

COORDENADORIA GERAL DE CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - COGEPS

EDITAL nº 042/2017-COGEPS

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PROVISÓRIO DA PROVA ESCRITA (OBJETIVA) DO CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA – ESTADO DO PARANÁ.

O Coordenador Geral de Concursos e Processos Seletivos - COGEPS no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando;

- o disposto nos artigos de 52 a 53 do Edital nº 001/2017, de 29 de março de 2017;
- o Edital nº 035/2017-COGEPS, de 26 de junho de 2017;
- as respostas dos recursos referentes às questões da Prova Escrita (Objetiva) apreciados, fundamentados e respondidos pelos docentes contratados pela COGEPS/UNIOESTE;

TORNA PÚBLICO:

Art. 1º - O resultado da análise dos recursos contra o gabarito provisório da Prova Escrita (Objetiva) do Concurso Público para o Provimento de Cargos do Quadro de Pessoal Efetivo da Câmara Municipal de Guarapuava, do Estado do Paraná, conforme descrito no anexo deste edital.

Art. 2º - Os gabaritos definitivos serão publicados na forma de Edital por parte da UNIOESTE, até as 17h do dia 06 de julho de 2017.

Publique-se e Cumpra-se.

Cascavel, 05 de julho de 2017.

CARLOS ROBERTO CALSSAVARA
Coordenador Geral de Concursos e Processos Seletivos
Portaria 0987/2012-GRE

PORTUGUÊS - NIVEL SUPERIOR

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
01	(X) Manter	() Anular	() Alterar
<p>RECURSO 01 – A alternativa de letra "B" afirma: O Estado Islâmico no Iraque e Síria (ISIS), considerado como um braço direito da al-Quaeda, foi criado em 2013. Tal alternativa não foi considerada como incorreta pela Banca examinadora. No entanto, tal afirmação aparenta estar equivocada. Deveras, Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIL) ou Estado Islâmico do Iraque e da Síria (EIS) - em inglês ISIS - é uma organização jihadista (lutadora, guerreira) do Oriente Médio, que teve um califado (um governo) proclamado em 29 de junho de 2014, sendo seu califa (chefe, sucessor de Maomé) Abu Bakr al-Baghdadi. Desde a data citada o grupo passou a se chamar Estado Islâmico. Seu califado está localizado, hoje, em Raqqa, na Síria. Muito antes disso, o grupo, em seu formato original, era composto e apoiado por várias organizações terroristas sunitas insurgentes, incluindo suas organizações antecessoras, como a Al-Qaeda no Iraque (2003-2006), o Conselho Shura Mujahideen (2006-2006) e o Estado Islâmico do Iraque (2006-2013). O Estado Islâmico cresceu significativamente devido à sua participação na Guerra Civil Síria e ao seu líder, Abu Bakr al-Baghdadi. Logo, a afirmação de que o ISIS teria sido criado em 2013 aparenta estar equivocada. Assim, o requerimento do presente recurso vem em linha de que seja a alternativa "B" também considerada como incorreta ou, se assim não entender a Banca, que seja, então, anulada a questão de número 13. Nesses termos, pede deferimento. Rodrigo Scapinello.</p>			
<p>RECURSO 02 – Sr. Coordenador Geral e Comissão especial da Coordenadoria Geral de Concursos e Processos Seletivos – COGEPS - UNIOSTE Dayanne Marciane Gonçalves Szczepanik, ora recorrente, candidata à vaga de Analista de Licitações e Contratos para a Câmara Municipal de Guarapuava, conforme Edital 001/2017, inscrição de n. 3220, devidamente inscrita na OAB n. 42.162-PR, RG sob o n. 5.823.781-7, CPF n. 007.521.039-89, residente e domiciliada à Rua Coronel Lustosa, n. 2250, Ap.403, Cep: 85.015-340, vem por meio deste interpor RECURSO Contra a questão n. 28 da Prova aplicada ao cargo de Analista de Licitações e Contratos, tendo em vista ERRO passível de anulação, conforme a alternativa apontada como correta no Gabarito Provisório.</p> <p>1) PRELIMINAR EXPLICAÇÃO A questão n. 28 da prova aplicada ao cargo de Analista de Licitações e Contratos, apresenta a possibilidade de 2 (duas) alternativas corretas de acordo com o enunciado. Ou seja, a questão pede para que o candidato avalie a alternativa INCORRETA, a qual deveria apresentar apenas 1 opção de alternativa Incorreta. Entretanto, a questão traz 2 (duas) alternativas com o conteúdo incorreto. Razão pela qual se faz pertinente REQUERER A SUA ANULAÇÃO. A questão, ora em análise, apresenta o seguinte conteúdo: 28. Quanto à formalização dos contratos administrativos, é INCORRETO afirmar que A. todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os seus representantes. B. o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços bem como nas dispensas e inexigibilidades, cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis. C. é permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a</p>			

qualquer interessado, a obtenção DE CÓPIA, mediante o pagamento dos emolumentos devidos. D. a Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação. E. TODOS, SEM EXCEÇÃO, serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato. O artigo 60 da Lei n. 8.666/93, no que se refere à alternativa E da questão n. 28, apresenta a seguinte redação: Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem. (grifo nosso). Ou seja, a alternativa E se encaixa no enunciado da questão n. 28, uma vez que existem exceções aos contratos e seu aditamento, conforme preceitua o art. 60 da Lei 8.666/93. A alternativa E da questão n. 28 está ERRADA/INCORRETA conforme pede o enunciado da referida questão. No entanto, a alternativa C também se encaixa como INCORRETA, uma vez que o artigo 63 da Lei n. 8.666/93 assim afirma: Art. 63. É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção de cópia autenticada, mediante o pagamento dos emolumentos devidos. A alternativa C fala apenas em CÓPIA, sem fazer referência a "autenticada", o que não está de acordo com a redação do artigo 63, e portanto, é, também, uma alternativa INCORRETA. Assim, diante o exposto, requer-se a ANULAÇÃO DA QUESTÃO 28 da prova aplicada aos candidatos ao cargo de Analista de Licitações e Contratos, referente ao concurso da Câmara Municipal de Guarapuava (Edital n. 001/2017), uma vez que apresenta a possibilidade de 2 (duas) alternativas INCORRETAS, de acordo com seu enunciado. 2) PEDIDOS Diante o exposto, e demonstrado o ERRO (2 alternativas possíveis para a resposta dos candidatos) da questão 28 (prova para o cargo de Analista de Licitações e Contratos), requer-se: a) A ANULAÇÃO DA QUESTÃO N. 28 da prova aplicada aos candidatos ao cargo de Analista de Licitações e Contratos, referente ao concurso da Câmara Municipal de Guarapuava (Edital n. 001/2017); b) O recebimento deste recurso, uma vez que se encontra dentro do prazo previsto; c) O deferimento para a anulação da questão n. 28, diante a fundamentação, baseada na Lei n. 8.666/93. Nestes Termos, Pede deferimento. Guarapuava, 28 de Junho de 2017. Dayanne Marciane Gonçalves Szczepanik OAB 42.162

RECURSO 03 – A questão 26 é exatamente igual a questão 29. Assim, havendo repetição de questões, as duas questões devem ser anuladas; ou apenas a questão 26; ou ser considerada válida a questão marcada de acordo com o gabarito e a outra anulada, uma vez que o candidato não é obrigado a assinalar a mesma assertiva nas duas questões, tampouco ser prejudicado por um erro da organização ao imprimir as provas. Termos em que, pede deferimento.

RECURSO 04 – Complementação ao recurso da questão 23: Sobre a aplicação do regime tarefa em obras (conforme afirma ser possível a questão 23), cumpre esclarecer o seguinte: Tarefa é o regime de execução próprio para pequenas obras ou para partes de uma obra maior. Refere-se, predominantemente, à mão-de-obra. A tarefa pode ser ajustada por preço certo, global ou unitário, com pagamento

efetuado periodicamente, após a verificação ou a medição pelo fiscal do órgão contratante. Em geral, o tarefeiro só concorre com a mão-de-obra e os instrumentos de trabalho, mas nada impede que forneça também pequenos materiais (fonte: Fonte: <http://www.ibraop.org.br> - com adaptações <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:u5bzBwOodRkJ:licitacoes econtratosadm.blogspot.com/2011/06/regimes-de-execucao-dos-contartos.html+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>). Vale ressaltar que, na oportunidade da publicação da lei 8666/93, o regime tarefa também foi previsto como uma forma de execução de obra. Contudo, na prática, nos dias atuais, o conceito de obra impede definitivamente a aplicação da tarefa. Se for verificado, em nenhum órgão público em território nacional, será encontrado si quer 1 (um) processo licitatório para execução de obra através do regime de tarefa. E se por venturo, algum administrador público tenha cometido o equívoco de publicar edital dessa forma, esse foi ou será reprovado quando for aferida a prestação de contas pelo Tribunal de Contas, sendo que, os motivos dessa reprovação de contas, são os já explanados através do recurso administrativo enviado a esta banca examinadora, ou seja, nas obras, devem, obrigatoriamente, ser precedidos por projeto básico e executivo. Hoje em dia, não há que se falar na aplicação do regime tarefa para pequenas obras, embora exista previsão disposta no art. 10 da lei 8666/93. Sobre o regime de tarefa para pequenas obras, tal dispositivo já deveria ter sido revogado a muito tempo, pois atualmente, nenhum Conselho do Crea admite a aplicação do regime tarefa em obras, sejam elas de grande ou pequeno porte. Nesse sentido, o próprio TCU TRIBUNAL DE CONSTAS DA UNIÃO tem entendido que a aplicação dos regimes da Lei 8666/93 provoca dúvidas quanto à sua aplicação, senão vejamos: "9. A Lei 8.666/1993 elenca os seguintes regimes de execução contratual: empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, tarefa ou empreitada integral. Pela letra da lei, não fica claro como e quando utilizar cada um dos regimes de execução por empreitada definidos pelo legislador. (fonte: AC-1977-28/13-P 044.312/2012-1 Relator: VALMIR CAMPELO - <https://contas.tcu.gov.br/juris/SvlHighLight?key=41434f5244414f2d434f4d504c45544f2d31323830393431&sort=RELEVANCIA&ordem=DESC&bases=ACORDAO->" De tal sorte, vale mencionar que, a Lei 8666/93 possui algumas outras lacunas que na prática inviabilizam sua execução. Como prova disso, trazemos um exemplo (sobre outro assunto da lei, porém útil pela didática) acerca do art da qualificação técnica, em que será analisado que um inciso entra em contradição com outro, a saber: Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: "II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;" Note que, no inciso II do art. 30, é exigido que a licitante apresente comprovação de que possui profissional técnico já na habilitação, ou seja, no dia do julgamento da habilitação, a empresa já deve apresentar comprovação de que possui um profissional vinculado a ela, por meio de contrato de prestação de serviços ou registro em carteira de trabalho. Agora, note a contradição entre o inciso II com o § 6º, ambos dispostos no art. 30. O § 6º, estabelece que não há necessidade de prévio

vínculo entre a empresa e o profissional, mas somente uma declaração formal da disponibilidade desse profissional, mediante relação explícita, sendo que, a comprovação trabalhista desse profissional indicado na lista, somente será apresentada na oportunidade da assinatura do contrato, no caso em que a licitante seja vencedora da licitação, senão vejamos: "Art. 30. § 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada a exigência de propriedade e de localização prévia." Tal exemplo foi aqui trazido apenas para demonstrar que, alguns pontos da lei 8666/93 podem ser conflitantes se a interpretação for aferida por quem tem pouco conhecimento sobre o tema. Nesse ponto, para não haver problemas no sentido de burlar a objetividade que deve reger todas as questões de uma prova, é obrigatório que a banca examinadora evite propor questão polêmica em concurso público. Afora isso, sobre o regime tarefa ser aplicado em obra (conforme afirma o gabarito da questão 23) na realização dessa equivocada afirmação demonstra conflito quando é colocada em prática. Nesse sentido, o Crea tem impugnado vários editais com objeto relativamente simples, tais como instalação de ar condicionado, manutenção de instalação elétrica, etc, que não tenham a exigência de responsável técnico na habilitação preliminar, conforme disposição da Lei nº 5.194/66, onde os estudos relativos à execução para o objeto pretendido serão elaborados fundamentados em estudos básicos consistentes e adequados à etapa e ao porte do empreendimento, atendendo aos preceitos da boa técnica em nível de projetos, especialmente quanto às condições de atualidade dos instrumentos aplicados, eficiência e segurança dos resultados, em pleno cumprimento às normas técnicas e aos procedimentos instituídos pelos Órgãos Competentes, conforme disposição do Art. 24 da Lei 5.194/66 a seguir: "Art. 24. A aplicação do que dispõe esta lei, a verificação e fiscalização do exercício e atividades das profissões nela reguladas serão exercidas por um Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) e Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), organizados de forma a assegurarem unidade de ação." Ora, se o Registro no Crea tem sido exigido para objetos de menor complexidade, mesmo em pequenas obras, não há que se falar em aplicação do regime "tarefa" na execução de obras, isto porque a tarefa só é aplicada em pequenos serviços simples que não necessitem de registro no Crea, e jamais em obras. Outro ponto que merece ser esclarecido, é que o termo "obra" remete a um conceito mais complexo já exarado no recurso administrativo. Para corroborar o que estamos afirmando, mesmo que haja previsão no art. 10 da lei 8666/93 sobre o regime tarefa ser aplicado em obras e serviços de engenharia, vale ressaltar que a Lei 8666 foi publicada no ano de 1993, e de lá pra cá, surgiram várias normativas em que pese o contrário, conforme a Lei Federal 12.462/2011, que destaca a crescente importância da EPG para as contratações de obras públicas, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – o RDC. O artigo 8º da Lei estatui expressamente que o regime de EPG deve ser preferencialmente adotado para a contratação de obras e serviços de engenharia, senão vejamos: "Art. 8º Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes: I - empreitada por preço unitário; II - empreitada por

preço global; III - contratação por tarefa; IV - empreitada integral; ou V - contratação integrada. § 1º Nas licitações e contratações de obras e serviços de engenharia serão adotados, preferencialmente, os regimes discriminados nos incisos II, IV e V do caput deste artigo. § 5º Nas licitações para a contratação de obras e serviços, com exceção daquelas onde for adotado o regime previsto no inciso V do caput deste artigo, deverá haver projeto básico aprovado pela autoridade competente, disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório." O § 1º do art. 8 da Lei 12.462/2011 vem corroborar o que vem sendo afirmado, ou seja, nas licitações e contratações de obras e serviços de engenharia serão adotados preferencialmente os regimes: empreitada por preço global; empreitada integral e contratação integrada. Repare que o regime tarefa não consta nas preferências citadas no art. 8. Ademais, o § 5º do art. 8 da Lei 12.462/2011, determina que, nas obras e serviços de engenharia deverão ser precedidas de projeto básico aprovado pela autoridade competente, obrigação essa não submetida ao regime "tarefa", por ser simples serviços de mão-de-obra, conforme já afirmado no recurso administrativo. Nessa linha, repare que, § 1º do art. 8 da Lei 12.462/2011 orienta dizendo "preferencialmente" quais são os regimes que devem ser usados nas licitações e contratações de obras e serviços de engenharia, pois caso seja usado o regime de tarefa, o mesmo foge da indicação da Lei 12.462/2011. Assim, a banca examinadora, ao elaborar uma questão polêmica afirmando ser possível a aplicação do regime tarefa em obras, com a realidade dos fatos o dizendo diferente, traz prejuízo ao princípio do concurso público no que concerne à objetividade. Todo concurso deve primar-se pela objetividade, e nunca propor uma questão que remeta a subjetividade, pois, como demonstrado, a teoria proposta pela questão 23 (e mal interpretada na Lei 8666/93) não se coaduna com a prática aplicada. Diante das evidências apontadas, resta que a questão 23 seja anulada, por impossibilidade de alguma das cinco alternativas atenderem efetivamente o enunciado da questão.

RECURSO 05 – Com o devido respeito, a questão 13 deve ser anulada, visto que a alternativa "B" também não pode ser considerada correta, como se verá. No site "<https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/258092677/estado-islamico-de-onde-veio-e-aonde-quer-chegar>", em artigo da autoria do Professor Luiz Flávio Gomes, jurista e criador do Movimento #QueroUmBrasilÉtico, Diretor-presidente do Instituto de Mediação Luiz Flávio Gomes, Doutor em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade Complutense de Madri e Mestre em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, há a afirmação: "Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EILL) ou Estado Islâmico do Iraque e da Síria (EIS) é uma organização jihadista (lutadora, guerreira) do Oriente Médio, que teve um califado (um governo) proclamado em 29 de junho de 2014, sendo seu califa (chefe, sucessor de Maomé) Abu Bakr al-Baghdadi. Desde a data citada o grupo passou a se chamar Estado Islâmico. Seu califado está localizado, hoje, em Raqqa, na Síria." No site "<http://tradutoresdedireita.org/1450-2/>", em seu vídeo, fala sobre um novo grupo intitulado Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISSIS), mas surgido em 2014. Já no site "<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2015/01/estado-islamico-entenda-origem-do-grupo>" consta que o grupo surgiu em 2004, como se verifica: "também conhecido como Isis, sigla em inglês para Estado Islâmico do Iraque e da Síria, o Estado Islâmico (EI) é um grupo muçulmano extremista fundado em outubro de 2004 a partir

do braço da Al Qaeda no Iraque. " Há inúmeros endereços eletrônicos com artigos constando informações divergentes sobre o tema. Na questão também não há referência a documento ou fato que embasaria a afirmação de que foi exatamente em 2013 a sua criação. Por essa razão, até pela forma como a alternativa "B" foi redigida, entendo que a mesma também está incorreta, razão pela qual deve ser anulada a questão 13, por ter duas alternativas, a "A" e a "B".

RESPOSTA AO RECURSO: Nenhum dos recursos diz respeito à questão número 1 de Língua Portuguesa. Os recursos NÃO procedem.

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
02	(X) Manter	() Anular	() Alterar
<p>RECURSO 01 – marca a alternativa INCORRETA. Conforme gabarito publicado a alternativa que preenche o enunciado é a letra C. Para o recorrente a alternativa que preenche o enunciado seria a letra D, pelos motivos abaixo: A alternativa de letra D está incorreta tendo em vista que não foi somente o crescimento da economia brasileira que aumentou o interesse de estrangeiros na língua portuguesa, bem como a maior presença de multinacionais, conforme consta no primeiro parágrafo do texto em questão. Ainda no primeiro parágrafo estamos diante de um núcleo de sujeitos unidos pelo conectivo aditivo E, que indica adição, portanto a alternativa de letra D, está INCORRETA pois a mesma não inclui a presença de multinacionais no núcleo do sujeito. Diante das argumentações sugiro que seja modificado o gabarito, recorrente a alternativa de letra D, COMO A incorreta de acordo com o primeiro parágrafo do texto</p>			
<p>RECURSO 02 - Impugna-se a questão nº 02, uma vez que não há resposta correta. Isso porque, em todas as opções, subjaz o sentido de "O valor de uma língua está associado ao mercado". Passa-se a demonstrar por que a opção "c", assinalada provisoriamente como correta, na verdade está errada. O texto da opção "c" ("no Celpe-Bras pode ser usado por alguém que queira comprovar a proficiência do idioma") está contido no quinto parágrafo do texto. Ainda, o excerto guarda relação direta com o expresso tanto no quarto quanto no sexto parágrafo, em virtude da coesão. A coesão nada mais é que a ligação harmoniosa entre os parágrafos, fazendo com que fiquem ajustados entre si, mantendo uma relação de significância. Nas palavras do mestre Evanildo Bechara (Moderna Gramática Portuguesa), "o enunciado não se constrói com um amontoado de palavras e orações. Elas se organizam segundo princípios gerais de dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentam estes princípios". Dessa forma, não se pode olvidar que no texto apresentado existe um concatenamento sintático e semântico entre os parágrafos, isto é, uma relação de interdependência, que se demonstrará a seguir. No quarto parágrafo, apresenta-se a afirmação de professora da Unicamp acerca da relação entre a importância do Português e a economia estável brasileira – que vem a ser o tema do texto. O quinto parágrafo, por sua vez, onde se insere a opção "c" da questão, retoma o dado "Celpe-Bras", já mencionado no terceiro parágrafo – o que, por si só, reforça a coesão já referida. Pois bem, neste quinto parágrafo, por óbvio, a ideia de busca de comprovação de proficiência através do Celpe-Bras guarda relação de coesão com</p>			

o valor da língua portuguesa associado ao mercado, que foi introduzido no parágrafo anterior. Vale dizer, esquematicamente: 1) Terceiro Parágrafo: apresenta-se o conceito de Celpe-Bras; 2) Quarto Parágrafo: apresenta-se o conceito de “importância do Português x mercado”; 3) Quinto Parágrafo: retoma-se o dado Celpe-Bras, relacionando-o à comprovação de proficiência, o que somente é buscado ante a importância do Português no mercado econômico, ideia coesa com o parágrafo anterior. Logo, demonstra-se que a opção “c” é incorreta, visto que também nela está embutido o sentido de “valor da língua associado ao mercado” na busca de proficiência nesta língua. Ante o exposto, requer que seja anulada a questão nº 02, por inexistir opção correta, considerando que todas as opções apresentadas guardam relação de coesão com o tema do texto; em especial, a busca de comprovação de proficiência somente ocorre em função do mercado, ou seja, nos termos do próprio texto, “para atuar em multinacionais do Brasil”.

RECURSO 03 - Referente a questão nº 02 (língua portuguesa), da prova de Analista de Licitações e Contratos, o enunciado traz o seguinte: “02. O sentido de “O valor de uma língua está associado ao mercado” NÃO aparece”, tendo o gabarito trazido como correta a alternativa “C” cuja resposta é “no Celpe-Bras e pode ser usado por alguém que queira comprovar a proficiência no idioma.”. Entretanto, não prospera a assertiva, visto que o texto base CRESCIMENTO DO BRASIL LEVA ESTRANGEIROS A APRENDEREM PORTUGUÊS, no 5º parágrafo dispõe: “Aplicado em 48 países, o Celpe-Bras pode ser usado, POR EXEMPLO, por um executivo que queira comprovar a proficiência no idioma para atuar em multinacionais do Brasil ou por um estrangeiro interessado em estudar numa universidade brasileira”. Ou seja, a resposta tida como errada, vez que se refere ao que NÃO aparece no texto, na realidade está certa, porque o quando menciona no texto “POR EXEMPLO”, a assertiva que indica “ALGUÉM” não se refere a pessoa específica, podendo, portanto, concluir que “ALGUÉM” pode ser qualquer pessoa que deseja comprovar proficiência no idioma. Desse modo, a alternativa que NÃO aparece no texto é a letra D: “no crescimento da economia brasileira aumentou o interesse de estrangeiros na língua portuguesa”, sendo que o texto base traz “O crescimento da economia brasileira E A MAIOR PRESENÇA DE MULTINACIONAIS no País aumentaram o interesse de estrangeiros em aprender a língua portuguesa”, assim, não é somente pelo fato do crescimento da economia brasileira, mas TAMBÉM pela maior presença de multinacionais no país, o que não está na alternativa D, Portanto diante de tudo que foi exposto, deve ser feita a ALTERAÇÃO da assertiva “C” para a “D”, pois é essa que traz o que NÃO apareceu no texto.

RESPOSTA AO RECURSO: A alternativa C é a única alternativa que não faz menção ao Mercado: fala apenas em comprovar a proficiência na língua. Todas as demais, explicitamente, inclusive, falam de economia estável, de crescimento ou de crise. **Os Recursos Não Procedem.**

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
03	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
RECURSO 01 – A questão 03 deve ser anulada pois tem 2 alternativas corretas, sendo a letra “a” e a letra “c”, tendo em vista que o enunciado da questão pede qual é a informação retomada a partir da ocorrência É o caso da italiana, assim, verifica-se no			

texto (parágrafo 5º) :“Aplicado em 48 países, o Celpe-Bras pode ser usado, por exemplo, por um executivo que queira comprovar a proficiência no idioma para atuar em multinacionais do Brasil ou por um estrangeiro interessado em estudar numa universidade brasileira.” Logo percebe-se que conforme o enunciado da questão É o caso da Italiana: retoma a informação que o Celpe-Bras pode ser usado, por exemplo, por um executivo que queira comprovar a proficiência no idioma para atuar em multinacionais do Brasil ou por um estrangeiro interessado em estudar numa universidade brasileira. De acordo com o texto tanto no parágrafo quinto quanto no sexto faz referência de executivos que queiram comprovar proficiência no idioma e de pessoas estrangeiras que tem interesse em estudar numa universidade no Brasil, sendo assim, tanto a alternativa “a” quanto a “b” estão corretas. Inclusive no parágrafo 6º do texto está claro que a italiana fará o exame ainda neste mês (executiva que quer comprovar proficiência), ou seja, as duas alternativas estão corretas.

RECURSO 02 – Venho por meio desta solicitar a alteração do gabarito da questão 3 onde se pede pra demonstrar a informação que é retomada após o 6º parágrafo, e analisando o contexto verificasse que no 7º parágrafo as palavras de Lourdes Zilberberg coordenadora do Departamento de Intercâmbio e internacionalização da Faap, que em sua frase diz;“Começou a ter tanta demanda que criamos diferentes níveis e o preparatório para o Celp-Bras. Sendo assim a resposta correta deveria ser a alternativa D.

RECURSO 03 – Com relação a questão, “Qual informação é retomada a partir da ocorrência: É o caso da italiana? 6º Parágrafo”, pode ser justificado que a letra “c” também é uma assertiva, tendo em vista, que no texto, não explicita ou tão mesmo diz que “Luisa Fantini”, se ela é executiva, estudante, e/ou ambas. Portanto peço a reavaliação da questão, tendo em vista esta situação. Obrigada.

RECURSO 04 – A questão nº 03 da prova de Analista de Licitações e Contratos, o enunciado traz o seguinte: “Qual informação é retomada a partir da ocorrência É o caso da italiana (6º parágrafo)?”, tendo como correta a alternativa A:” O Celpe-Bras pode ser usado por um estrangeiro interessado em estudar no Brasil”. Entretanto, da análise do texto, mais especificamente do citado 6º parágrafo, vislumbra-se que existe mais uma alternativa que é correta, qual seja a letra B. Isso porque no fragmento do 6º parágrafo é certo que a personagem italiana chegou há pouco mais de um ano a Brasília acompanhada do namorado que ela conheceu em Madri, senão vejamos: “É o caso da italiana Luisa Fantini, 23, formada em línguas e relações internacionais. ela chegou há pouco menos de um ano a Brasília acompanhada do namorado brasileiro, que conheceu em Madri, e pretende voltar a estudar em breve - ela fará o exame ainda neste mês. Para entender as regras do português e os complexos tempos verbais, estudantes e executivos estrangeiros têm procurado cada vez mais as escolas de idiomas.”, sendo que a alternativa B dispõe o trecho transcrito: “ela chegou há pouco menos de um ano a Brasília acompanhada do namorado brasileiro.” Dessa forma, claramente evidenciado que existem 2 alternativas corretas para a questão ora recorrida, imperiosa se faz a sua anulação.

RECURSO 05 – Conforme será esclarecido, o gabarito provisório da questão 3 comporta alteração de “A” para “B”. Pois somente a alternativa “B” responde ao que foi perguntado na questão em referência. Fundamento do questionamento da questão 03: A questão indaga: “Qual informação é retomada a partir da ocorrência É o caso

da italiana (6º parágrafo)?" A discordância é o uso da expressão "a partir de". Caso a questão não contivesse a expressão "a partir de", é indubitável afirmar que a alternativa "A" seria a correta. Entretanto, a questão solicitou a informação retomada a partir de. Ou seja, conforme o dicionário Michaelis, a expressão a partir de, significa a começar de. Desta forma, a começar da ocorrência "É o caso da italiana", a única alternativa retomada pela ocorrência "É o caso da italiana" é a letra "B". O uso da expressão coloca um ponto inicial, isto é, as informações atrás deste ponto não interessam, é do marco inicial para frente. É importante salientar que a questão nº 05 do 2º Processo Seletivo Simplificado para Agentes Universitários - 2015 da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), para o cargo Técnico em Enfermagem, trouxe em seu enunciado um questionamento semelhante ao modo de questionar da questão 03 em comento. Entretanto, não tinha em seu bojo a expressão "a partir de". Portanto, como o enunciado solicitou "a partir da ocorrência", a única alternativa correta é a "B". Destarte, solicito a ALTERAÇÃO do gabarito provisório da questão 03, da alternativa "A", para a correta "B".

RESPOSTA AO RECURSO: Em nenhuma passagem do texto se diz que a italiana é uma executiva. Diz-se que "Ela chegou há pouco menos de um ano a Brasília acompanhada do namorado brasileiro, que conheceu em Madri, e pretende voltar a estudar em breve", portanto, ela é uma estrangeira que pretende voltar a estudar no país, ou seja, se trata de uma estudante. A retomada deve responder a questão: Qual caso se refere a expressão: "É o caso da italiana..." **Os recursos não procedem.**

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:			
	04	(X) Manter	() Anular	() Alterar
RECURSO 01 – Resposta correta "C" - é possível identificar a resposta correta no primeiro parágrafo do texto "e a maior presença de multinacionais no País aumentaram o interesse de estrangeiros em aprender a língua portuguesa".				
RECURSO 02 – Boa tarde, venho através deste recurso solicitar a alteração do gabarito por motivo que a questão pede para afirmar que, segundo o texto, o aumento da demanda (7º parágrafo) refere-se? Como no 7º parágrafo e retomada o assunto referente ao 5º parágrafo onde se coloca que o Celpe-Bras e aplicado em 48 países e que a procura começou a ter tanta demanda que foi criado vários níveis e preparatórios para a prova do Celpe-Bras, palavras da coordenadora Louders Zilberberg no parágrafo 7º, sendo assim a resposta correta sera a alternativa, A) ao Celpe-Bras.				
RECURSO 03 – Prezado (a), além da alínea B (considerada correta pelo gabarito provisório), deve-se considerar também que a alínea A é correta. Pois, "aumento da demanda" está inserido no trecho "Começou a ter tanta demanda que criamos diferentes níveis e o preparatório para o Celpe-Bras." (7º parágrafo), trecho encerrado por um "ponto", significando que o texto se refere especificamente ao Celpe-Bras, ou, ao menos, que da leitura desse trecho, possível seja levar a tal conclusão. E, ainda, com a devida vênia, analisando-se o contexto geral do texto apresentado, levando-se em consideração o que expuseram os 3º e 5º parágrafos, confirma-se, também, que a proposição em comento diz respeito ao Celpe-Bras, desse modo, vejamos: "Na última década, o número de inscritos no Celpe-Bras [...] saltou de 1.155 para 6.139." (3º				

parágrafo); e "Aplicado em 48 países, o Celpe-Braspode ser usado [...]" (5º parágrafo). Desse modo, ante os argumentos acima expostos, requer-se que, sendo assim considerado por esta íncita banca de recursos, diante do fato da existência, para a questão 4 (português), de duas possíveis respostas corretas, quais sejam, alíneas B e A, seja anulada a referida questão nº 4. Atenciosamente, Marcelo do Nascimento Cerqueira, inscrição nº 3111, Analista de Licitações e Contratos.

RECURSO 04 – Pode-se afirmar que, segundo o texto, o aumento da demanda (7º parágrafo) refere-se A. ao Celpe-Bras. B. às escolas de idiomas. C. à maior presença de multinacionais no País. D. ao número de inscritos em centros culturais brasileiros. E. ao número de executivos interessados em atuar em multinacionais do Brasil. O Gabarito Provisório considerou como certa a alternativa "b" – às escolas de idiomas. Porém a alternativa considerada não está correta na medida em que a interpretação das alternativas deve levar em conta o contexto geral em que está inserido o parágrafo dentro do texto e o aumento da demanda não se deu pelo aumento das escolas de idiomas, e sim pelo aumento da procura proveniente da presença maior de multinacionais no país, ou seja, a maior presença de multinacionais no país é que ocasionou o aumento da demanda e não as escolas de idiomas, que é consequência do aumento daquela. Deste modo a alternativa correta é a "C" – à maior presença de multinacionais no País.

RECURSO 05 – A questão supracitada, sobre a que se refere "o aumento da demanda" tem como resposta a letra B: "às escolas de idiomas". Ocorre que "demanda" nos termos do Dicionário Aurélio significa: 3ª pess. sing. pres. ind. de 2ª pess. sing. imp. de 1. Demandar Intentar demanda contra. 2 - Exigir; reclamar. 3 - Procurar (...) Para o contexto apresentado no texto o sentido é de procurar e, sim a palavra "demanda" no 7º parágrafo refere-se às escolas de idiomas, ou seja, à procura pelas escolas de idiomas. No entanto, a questão não pede a que se refere à demanda no 7º parágrafo, mas de fato, pede a que se refere "o aumento da demanda", ou seja, o que fez com que a procura (a demanda) pelas escolas de idiomas aumentasse. Para responder essa questão devemos voltar ao parágrafo 6º e a resposta estará na frase: " Para entender as regras do português e os complexos tempos verbais, estudantes e executivos estrangeiros têm procurado cada vez mais as escolas de idiomas." Sendo assim, "o aumento da demanda" está textualmente relacionado aos "estudantes e executivos estrangeiros" interessados em entender as regras do português. Como tal assertiva não está elencada como resposta, a questão 04 é passível de anulação. Contudo, se observarmos a assertiva E: "ao número de executivos interessados em atuar em multinacionais do Brasil." Esta refere-se ao 5º parágrafo do texto, que explica por quem o Celpe-Bras pode ser utilizado, sendo dentre eles: o "executivo que queira comprovar a proficiência no idioma para atuar em multinacionais do Brasil". Desta forma, pode-se concluir que "o executivo que queira comprovar a proficiência no idioma para atuar em multinacionais do Brasil" é parte dos "executivos estrangeiros que têm procurado cada vez mais as escolas de idiomas". Sendo assim, conforme a escrita efetiva da questão, a assertiva E é a resposta mais adequada, dentro das apresentadas. De outra forma, não sendo esta a lógica estabelecida na interpretação, entende-se que a questão não apresenta resposta correta.

RECURSO 06 – Questão 04. Referida questão traz o seguinte enunciado: "Pode-se afirmar que, segundo o texto, o aumento da demanda (7º parágrafo) refere-se".

Tendo em vista que o texto base para a questão trouxe a sigla Faap sem o seu significado por extenso, o que contradiz as normas da língua portuguesa que recomenda o uso apenas de siglas que sejam de conhecimento dos destinatários do texto, o que no presente concurso não é o caso, uma vez que desconhece-se o significado de Faap, pois os destinatários originais eram os leitores de São Paulo, os quais possivelmente possuem esse conhecimento, pelo fato de que ao se fazer uma busca na internet, encontra-se Faap como Fundação Armando Alvares Penteado, localizada em São Paulo. Somado ao fato de que os parágrafos 3º e 5º informam a respeito do Celpe-Bras, seu significativo aumento de inscritos, países onde é realizado e os fins que se destina. Que os parágrafos 1º, 2º e 4º trazem apenas informações sobre economia e seu reflexo para com a língua portuguesa. Sendo que apenas na última parte do parágrafo 6º há menção da procura de mais escolas de idiomas. E que por parágrafo deve se entendido como uma parte do texto separada das demais, que se caracteriza por desenvolver sua própria ideia, e assim o parágrafo 7º ao trazer a informação de que houve um aumento da demanda, pode estar tanto vinculado diretamente ao parágrafo 6º, como vinculado a informação geral trazida no texto, sem a necessidade de estar atrelado imediatamente ao que lhe precede no parágrafo anterior. Que ao desconhecer a sigla Faap, pode-se concluir que o Departamento de Intercâmbio e Internacionalização pertence a entidade aplicadora do Celpe-Bras, frisando-se que pelo texto o exame é reconhecido pelo Ministério da Educação e não que este seja o responsável pelo exame. Conclui-se, que pelo exposto, o aumento da demanda refere-se ao aumento de inscritos no Celpe-Bras, que, por conseguinte trouxe a criação de diferentes níveis e o preparatório para o exame, pelo fato de que se não houvesse o aumento pelo Celpe-Bras não haveria necessidade de se criar níveis para este exame e nem o preparatório. Mencionado entendimento se justifica porque ao se acrescentar “às escolas de idiomas” logo após “demanda” (Começou a ter tanta demanda às escolas de idiomas que criamos diferentes níveis e o preparatório para o Celpe-Bras), verifica-se que a solução seria criar mais vagas nas escolas de idiomas para abarcar toda essa demanda. Do contrário, ao se acrescentar “ao Celpe-Bras” (Começou a ter tanta demanda ao Celpe-Bras que criamos diferentes níveis e o preparatório para o Celpe-Bras), verifica-se que está se falando de uma escola que já fornece curso de idiomas, a qual decidiu por diversificar os cursos que já eram oferecidos, ou mesmo está se falando do Departamento de Intercambio e Internacionalização, pois se desconhece o que é Faap. Assim, pelo acima exposto, requer-se a alteração da resposta da questão 4, para que passe a constar no gabarito definitivo a assertiva “a” como a resposta correta.

RECURSO 07 – Consoante será demonstrado, há duplicidade de respostas corretas. Esta questão apresenta no gabarito provisório a alternativa "B" como correta. Entretanto, a alternativa "A" também está correta. Fundamento do questionamento da questão 04: Antes de prosseguir, é necessário explicar que o verbo REFERIR, segundo o dicionário Michaelis, significa dizer respeito a; ter relação com. A questão declara: "Pode-se afirmar que, segundo o texto, o aumento da demanda (7º parágrafo) refere-se". Não há dúvidas que o aumento da demanda também refere-se às escolas de idiomas. Assim, a alternativa "B" está correta. A discordância do gabarito provisório, é que a alternativa "A" também está correta. Segundo o texto, pode-se afirmar que o aumento

da demanda, diz respeito e tem relação com o Celpe-Bras, mesmo que de modo mediato, indireto, mas não deixa de ter relação e nem de dizer respeito. Conforme o texto, na última década cresceu aproximadamente 530% o número de inscritos no Celpe-Bras; o Celpe-Bras é aplicado em 48 países; é utilizado por executivos e estudantes. Logo, para aprovação no exame de proficiência em português (Celpe-Bras), pessoas interessadas procuraram as escolas de idioma. A questão NÃO pediu a referência imediata, próxima, direta, instantânea, sem mediações. Mas sim a alternativa que refere-se ao aumento da demanda. Em contrassenso, o enunciado ficaria assim: NÃO se pode afirmar que, segundo o texto, o aumento da demanda refere-se. As duas alternativas excluídas por referirem ao aumento da demanda, seriam a "A" e "B". Portanto, o aumento da demanda refere-se às escolas de idiomas diretamente e indiretamente ao Celpe-Bras. Sendo assim, solicito a ANULAÇÃO da questão 04, pois o Edital nº 001/2017, de 29 de março de 2017, em seu artigo 49 afirma que das 5 (cinco) alternativas, será "apenas uma adequada".

RESPOSTA AO RECURSO: Os recursos não procedem uma vez que, conforme o texto: Para entender as regras do português e os complexos tempos verbais, estudantes e executivos estrangeiros têm procurado cada vez mais as escolas de idiomas. Ou seja, porque se "têm procurado cada vez mais as escolas de idioma" que aconteceu de "criamos diferentes níveis e o preparatório para o Celpe-Bras." Informação dada pela coordenadora do departamento de intercâmbio da FAAP, que hoje, segundo o texto, atende, em média, a 120 alunos por semestre. A demanda diz respeito, portanto, à procura cada vez maior pelas escolas de idiomas. O aumento de demanda é uma expressão que retoma a informação anterior, do contrário não faria sentido a coordenadora da FAAP falar sobre a criação de diferentes níveis e o preparatório: "estudantes e executivos estrangeiros têm procurado cada vez mais as escolas de idiomas." **Manter questão.**

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
	() Manter	(X) Anular	() Alterar
05			
<p>RECURSO 01 – A questão 5 pergunta quais das informações abaixo NÃO pode ser relacionada à Luísa Fantini quando da publicação do texto. A letra C E D não estão relacionadas a ela quando da publicação do texto. Uma vez que ela conheceu seu namorado (com o qual estava quando da publicação do texto) em Madri (invalidando assim a letra C) e ela prestou o exame no mês de outubro e não de setembro, uma vez que o exame seria prestado, segundo o texto, naquele mês e o texto foi publicado em outubro e não setembro. Sei que a informação trazida no enunciado "quando da publicação do texto" poderia fazer menção a data de publicação de fato, contudo, gera um duplo entendimento, pois poderia se referir também a que informação não poderia ser relacionada a ela quando o texto foi publicado no sentido de que ela conheceu o namorado com o qual ela estava na época (na data em que ocorreu a publicação) em Madri e não em Brasília. Agora por exemplo ela já poderia estar com outra pessoa ...no entanto na data em que ocorreu a publicação (quando da publicação) o namorado dela ela havia conhecido em Madri. Por essa razão peço anulação da questão, por conter 2 assertivas possíveis.</p>			
<p>RECURSO 02 – Solicito que o gabarito da Questão 05 de Português seja alterado de D</p>			

para E. Motivo: O comando da questão 5 pede para marcar a afirmativa que NÃO pode ser relacionada à Luisa Fantini, quando da publicação do texto. Motivo: Ocorre que A Folha de São Paulo publicou a matéria em 16/10/2011 (em outubro). Portanto, afirmar que ela fará o exame ainda no mês de setembro está errado e, portanto, é o gabarito da questão.

RECURSO 03 – A opção D e E, não pode ser relacionada à Luísa Fantini. Opção "D" - "Ela conheceu seu namorado em Brasília" Ela conheceu seu namorado em Madri (sexto parágrafo). Opção "E" "Ela fará o exame ainda no mês de setembro" Ela não poderia realizar o exame ainda no mês de setembro pois a publicação é de 16\10\2011, como "ela fará ainda neste mês" só poderia estar relacionada se a opção "E" estivesse "Ela fará o exame ainda no mês de outubro".

RECURSO 04 – A questão 05 faz menção o qual não pode ser relacionado a Italiana Luisa Fantini, nas opções tem-se as letras "d" "Ela conheceu seu namorado em Brasília" (opção do gabarito), todavia a opção "e" "Ela fará o exame ainda no mês de Setembro", está correta também, tendo em vista a data da publicação que foi realizada em 16/10/2011. Explico o texto fala expressamente que a Italiana Luisa, "(...) chegou a pouco menos de um ano a Brasília (...)", quer dizer que ela chegou antes do dia 16/10/2011, todavia NÃO HÁ DATA da sua chegada, assim considerando que o ano tem 365 (trezentos e sessenta e cinco dias), o pouco menos de um ano pode ser 1 (um) dia, 2 (dois) dias, antes da data de 16/10/2011, bem como a expressão "ela fará o exame ainda esse mês", remete-se a data do mês de outubro de 2011. Portanto a opção da letra "e", "Ela fará o exame ainda no mês de setembro", a tal premissa não pode ser relacionada a Luisa, quando da publicação do texto, porque no dia da publicação a repórter, afirma que ela fará ainda neste, o mês de outubro. Assim como há duas opções no gabarito deverá a referida questão ser anulada.

RECURSO 05 – A questão pergunta o que não pode ser relacionada à Luísa Fantini, quando da publicação do texto. Desta forma temos 2 alternativas como corretas. A primeira é a alternativa D em que fala que ela conheceu seu namorado em Brasília e o texto fala que ela conheceu seu namorado em Madri. A segunda é a alternativa E em que fala que ela fará o exame ainda no mês de setembro sendo que conforme está descrito na pergunta (quando da publicação do texto) o texto foi publicado em 16/10/2011, e no texto temos a afirmação de que ela fará o exame ainda esse mês que no caso é outubro e não setembro. Nesse contexto, existe duas afirmações que não pode ser relacionada à Luísa Fantini e não somente 1 alternativa.

RECURSO 06 – Com relação a questão, a letra "e" também é uma assertiva tendo em vista a seguinte situação "[...] – ela fará o exame ainda neste mês." ; se referindo a Luisa Fantini, mas não foi mencionado que faria no mês de setembro esse "exame", portanto ainda justifica a publicação ora realizada do texto "Flávia Foreque, Mercado, publicado na folha de São Paulo, em 16/10/2011.", assim, pode-se comprovar que a letra "e" não pode ser relacionada a "Luisa Fantini", porque nem mesmo o mês de exame foi identificado e o trecho "[...] neste mês", retoma a publicação do texto no mês de outubro. Portanto solicito a reavaliação da questão, tendo em vista essa situação. Obrigado.

RECURSO 07 – A questão trata-se da interpretação do texto de português. O gabarito considerou a afirmativa "D" certa. Com a compreensão inicialmente estabelecida por esta Banca Examinadora, requer que seja a questão reavaliada, uma vez que

podemos interpretar a questão com duas respostas corretas. Vejamos: 05. Qual das informações abaixo NÃO pode ser relacionada à Luisa Fantini, quando da publicação do texto? (...) D. Ela conheceu seu namorado em Brasília E. Ela fará o exame ainda no mês de setembro. Se consideramos que a pergunta questiona quando da publicação do texto, a correta é a letra "E", pois quando da publicação trata-se de tempo e a incorreta relacionada a publicação (tempo) do texto é a letra "E". Não pode ser relacionada à Luisa Fantini que ela fará o exame ainda no mês de setembro, pois segundo o texto ela fará o exame ainda no mês da publicação do texto, que é outubro. Pois o texto foi publicado em 16/10/2011. Dessa forma, a questão tem duas respostas incorretas, pois ela conheceu seu namorado em Madri (D) e fará o exame ainda no mês de outubro (E). Mas relacionada ao tempo é a letra (E). Podemos ir mais além e afirmar que a PERGUNTA É AMBÍGUA, COM DOIS SENTIDOS, pois ela pode estar perguntando qual das afirmativas não pode ser relacionada a Luiza com relação ao tempo, ou qual das alternativas está relacionada a tempo e é incorreta de fato. Assim de qualquer lado que analise a questão ela deve ser anulada. Assim, requer a avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a anulação OU alteração de gabarito da questão, de modo que a correta é a letra "E".

RECURSO 08 – A questão diz respeito ao contido no 6º parágrafo do texto apresentado para as questões de português, notadamente às informações que não podem ser relacionadas a Luísa Fantini quando da publicação do texto. O gabarito preliminar considerou a alternativa "D". Apesar da compreensão inicialmente estabelecida por esta Banca Examinadora, requer a ponderação de que há duas assertivas para a questão, ou seja, a letra "E" também não está relacionada à Luísa, haja vista que o texto traz que "ela fará o exame ainda neste mês", e a publicação do texto ocorreu em 16/10/2011, sendo que a assertiva "E" menciona o mês de setembro. Ademais, consta nas instruções para a realização da prova, de que apenas uma alternativa é a correta. Assim, requer a avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a anulação da questão.

RECURSO 09 – 05. Qual das informações abaixo NÃO pode ser relacionada à Luísa Fantini, quando da publicação do texto? A.Ela tinha 23 anos. B.Ela namorava um brasileiro. C.Ela é também formada em línguas. D.Ela conheceu seu namorado em Brasília. E.Ela fará o exame ainda no mês de setembro. A alternativa apresentada como correta no Gabarito Preliminar é a alternativa de "D", ocorre que a questão possui duas alternativas corretas, ou seja, letra "D" e letra " E", levando em consideração ao texto apresentado bem como a publicação que o texto traz em seu rodapé "Flávia Foreque, Mercado, publicado na Folha de São Paulo, em 16/10/2011" e ainda trecho de que relaciona a Luiza Fantini: " É o caso da italiana Luisa Fantini, 23, formada em línguas e relações internacionais. Ela chegou há pouco menos de um ano a Brasília acompanhada do namorado brasileiro, que conheceu em Madri, e pretende voltar a estudar em breve - ela fará o exame ainda neste mês. Para entender as regras do português e os complexos tempos verbais, estudantes e executivos estrangeiros têm procurado cada vez mais as escolas de idiomas. " Verifica-se que no texto mencionado ela fará o exame ainda neste mês, sendo o texto publicado em 16/10/2011, ou seja, mês de outubro, ficando claro que a alternativa de letra "E" também está correta, onde a mesma traz: " Ela fará o exame ainda no mês setembro", além de mais o enunciado traz: "Qual das informações abaixo NÃO pode ser

relacionada à Luísa Fantini, quando da publicação do texto?”. Deste modo, solicito a está Banca Examinadora, a avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a anulação/alteração de gabarito da questão.
RECURSO 10 – Em que pese a questão nº 05, solicitar que o candidato, marcasse a alternativa que não estivesse relacionado com a Luísa Fantini, verifica-se que havia duas alternativas de respostas na questão, sendo consideradas incorretas as alternativas "d" pelo fato do texto dizer que ela conheceu seu namorado em Madri (parágrafo 6 - "(...) acompanhada do namorado brasileiro, que conheceu em Madri) e a alternativa fala que Luísa conheceu seu namorado em Brasileira; e a alternativa "E" também estava incorreta, pois diz que "ela fará o exame ainda no mês de Setembro" contudo, em momento algum o texto fala do mês de setembro e a publicação do texto no rodapé, consta a data de 16/10/2011, logo o parágrafo 6º diz "ela fará o exame ainda neste mês" subtende-se que o mês seria outubro e não setembro. Assim sendo, pleiteia a candidata pela anulação da questão em tela, diante dos equívocos e confusas alternativas.
RESPOSTA AO RECURSO: Os recursos procedem. O mês 10 é OUTUBRO e não SETEMBRO como propõe a alternativa E. Dessa forma, há duas alternativas incorretas que não pode ser atribuídas a Luísa Fantini (D e E). Anular questão.

CONHECIMENTOS GERAIS - NIVEL SUPERIOR

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
	12	(X) Manter	() Anular
RECURSO 01 – A questão 12 apresenta mais de uma alternativa incorreta. A alternativa "D" retrata o seguinte fato: "Durante a chamada ocupação de Diogo Pinto, foi criada, em 1810, a colônia indígena de Guarapuava, considerada umas das mais antigas do Centro-Oeste do Paraná. Qual a fonte utilizada pela banca organizadora para afirmar que nessa data foi criada a "Colônia Indígena de Guarapuava, uma vez que não encontrei em nenhuma pesquisa tal registro. Analisando informações contidas no site da prefeitura de Guarapuava, temos a informação que nessa época a expedição comandada por Diogo Pinto construiu o Fortim Atalaia, que abrigou as tropas, seus familiares e povoadores. Ainda que, pelo contrário da seguinte afirmação, o Fortim tinha como objetivo a proteção destes contra-ataques indígenas. Segue o trecho e fonte; "O povoamento de Guarapuava foi o resultado de um processo histórico iniciado no século XVIII, com as Expedições do Tibagi e levado a cabo pela Real Expedição de Conquista do Povoamento dos Campos de Guarapuava, comandada por Diogo Pinto de Azevedo Portugal, que chegou à região em 17 de junho de 1810 e fez construir o Fortim Atalaia, onde abrigou as primeiras tropas, seus familiares e povoadores que dela fizeram parte. O Fortim Atalaia protegeu os componentes da Expedição dos frequentes ataques dos índios, pertencentes às três tribos que habitavam a região (Camés, Votorões e Cayeres ou Dorins)" Fonte/link: http://www.guarapuava.pr.gov.br/turista/historia/ Tendo em vista também que as tribos indígenas já ocupavam o território brasileiro muito antes da sua colonização, não cabe afirmar que seu início na região de Guarapuava se deu no ano de 1810.			
RECURSO 02 – A questão número 12 aponta pelo gabarito a alternativa INCORRETA a			

letra B, mas de acordo com argumentações abaixo descrita, alternativas INCORRETA seria a LETRA A, senão vejamos: Segundo a História da cidade de Guarapuava, "Oficialmente, a cidade surgiu com a assinatura do Formal de Instalação da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, em 9 de dezembro de 1819, A Vila Nossa Senhora de Belém recebeu foros de município no dia 12 de abril de 1871 pela Lei 271, sendo desmembrada de Castro. Portanto, através das fontes acima citadas, a questão n.º 13 pede para assinalar a alternativa Incorreta, e que a alternativa de letra A menciona que Guarapuava foi elevada a condição de cidade em 1871, sendo que na verdade a mesma foi elevada a condição de cidade em 9 de Dezembro de 1918, portanto a alternativa que está INCORRETA é a de letra A. Diante do exposto requer que seja alterado o gabarito apontando como INCORRETA A alternativa "A" Fonte de pesquisa Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

RECURSO 03 – solicito a anulação da questão 12 em virtude que era para se assinalar a questão incorreta, visto que na alternativa C fala-se sobre os campos gerais, onde conjunto de cidades fazem parte e a cidade de Guarapuava não se enquadra, tendo em vista essas informações a necessidade do cancelamento da mesma.

RECURSO 04 – Considero a alternativa D como incorreta. Pois Diogo Pinto, NÃO criou uma colônia indígena (como diz na questão) ele conquistou e povoou os campos de Guarapuava. A colônia Indígena já existia antes da expedição chegar ao território. Até, segundo o site da Prefeitura Municipal, foi responsável pela construção do Fortim de Atalaia para proteger-se dos ataques dos índios. Devido a isso, considero a alternativa D como a incorreta, ou seja, a resposta certa para a questão.

RECURSO 05 – A questão possui duas alternativas incorretas, a letra b, que é a do gabarito e a letra d. Isso porque, durante a ocupação de Diogo Pinto em 1810, não foi criada a colônia indígena de Guarapuava, mas sim, um povoamento, com índios, componentes das tropas e familiares. Ou seja, não era uma colônia indígena. É o que se infere do trecho constante do sítio <http://www.guarapuava.pr.gov.br/turista/historia/>, bem como no sítio do IBGE (<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=410940>) transcrito abaixo: "O povoamento de Guarapuava foi o resultado de um processo histórico iniciado no século XVIII, com as Expedições do Tibagi e levado a cabo pela Real Expedição de Conquista do Povoamento dos Campos de Guarapuava, comandada por Diogo Pinto de Azevedo Portugal, que chegou à região em 17 de junho de 1810 e fez construir o Fortim Atalaia, onde abrigou as primeiras tropas, seus familiares e povoadores que dela fizeram parte. O Fortim Atalaia protegeu os componentes da Expedição dos frequentes ataques dos índios, pertencentes às três tribos que habitavam a região (Camés, Votorões e Cayeres ou Dorins)". Nesse sentido, vale a pena citar o contido no sítio <http://www.encontraguapuava.com.br/guarapuava/>: (...) "Contudo, a região de Guarapuava continuou sem a presença do domínio europeu até o início do século XIX. A fim de consolidar a posse estratégica deste território, que já havia recebido expedições de reconhecimento no século XVIII, a coroa portuguesa, então sediada no Rio de Janeiro, determinou a organização de uma expedição para ocupar a região através de seu povoamento e garantir a nova fronteira com a Espanha. A Real Expedição de Conquista e Povoamento dos Campos de Guarapuava, comandada por Diogo Pinto de Azevedo Portugal. Chegou à região em 1 de dezembro de 1787 e fez construir o Fortim Atalaia (onde abrigou as primeiras tropas, seus familiares e povoadores

que dela fizeram parte, cerca de 300 famílias). O Fortim Atalaia, construído na região atualmente denominada Palmeirinha, protegeu os componentes da Expedição dos freqüentes ataques dos índios, pertencentes às três tribos que habitavam a região (Camés, Votorões e Cayeres ou Dorins). Entre 1812 e 1859, Guarapuava foi a primeira localidade brasileira a receber condenados ao degredo pela justiça como forma de ocupar a região com "brancos", pois os índios dominavam a matas do interior paranaense". Ou seja, de maneira nenhuma pode-se afirmar que houve a formação de uma colônia indígena, haja vista que a ocupação em 1810 deu-se por integrantes das tropas, familiares e, também pelos índios, mas não uma colônia indígena. Tanto é assim, que nesses três sítios citados, não há qualquer referência quanto à criação de uma colônia indígena de Guarapuava durante a ocupação de Diogo Pinto, mas sim, um povoamento. Além disso, no filme "Guarapuava 1810" (<https://www.youtube.com/watch?v=dpksFjAohlU>), que retratou a história de Guarapuava, não há qualquer menção da fundação de uma colônia indígena durante a ocupação de Guarapuava em 1810. Portanto, considerando que o item d da questão 12 está incorreto, a questão passa a ter duas respostas, motivo pelo qual, deve ser anulada. Termos, em que, pede deferimento.

RECURSO 06 – A questão supracitada, sobre a História e Geografia de Guarapuava tem como resposta a letra B: "Na década de 1940, a extração da madeira, que era considerada o principal produto econômico, gradativamente perde importância para a erva-mate, que passa a ser o principal produto de exportação". Afirmativa que está incorreta e, portanto, é uma resposta cabível para a questão. Ocorre que a assertiva "C" também está incorreta pelos seguintes motivos: 1. A região dos "Campos Gerais", geograficamente define a região do 2º Planalto paranaense e não do 3º onde está localizado tanto o município de Guarapuava, como o de Palmas. A expressão "Campos Gerais do Paraná" foi consagrada por MAACK (1948), que a definiu como uma zona fitogeográfica natural, com campos limpos e matas galerias ou capões isolados de floresta ombrófila mista, onde aparece o pinheiro araucária. Nessa definição, a região é ainda limitada à área de ocorrência desta vegetação que a caracteriza situada sobre o Segundo Planalto Paranaense, no reverso da Escarpa Devoniana, a qual o separa do Primeiro Planalto, situado a leste. (http://www.uepg.br/dicion/campos_gerais.htm) Tal fato inviabiliza a veracidade da assertiva, pois justamente os municípios mencionados (Guarapuava e Palmas), não compõe os chamados "Campos Gerais". 2. Ademais, a assertiva C encontra-se incorreta quando em sua redação a banca não relaciona o termo "respectivamente" e, portanto, a ordem apresentada leva o candidato a concluir que a consolidação das fronteiras ocorreu entre Guarapuava e Argentina, Palmas e Paraguai, o que no contexto deveria ser o contrário. Desta forma, a questão 12 admite duas respostas "B" ou "C", visto que ambas as assertivas encontram-se incorretas.

RECURSO 07 – No que tange a questão sob nº 12, assinale a alternativa incorreta, gera certo desconforto sobre a afirmativa "A", haja vista que é grande questão enigmática sobre a data/ano de origem da Cidade de Guarapuava, sendo questão de debates até mesmo entre gestões da Administração Municipal atual e anterior, sobre lapso cronológico de existência. Desta forma em levantamentos nos mais diversos setores, repartições Públicas e entidades de nosso Município, não fora logrado êxito em encontro de documento que registre tal afirmativa, menos ainda com obtenção do referido decreto provincial 271/1871, que supostamente elevaria a condição a Cidade. Em

resultados de buscas fora obtido o MAPPA GERAL DA PROVINCIA DO PARANA, datado de 1876 (grafia da época), que não existe a demarcação da Cidade ou qualquer outra nomenclatura ou menção à Guarapuava. Diferentemente de outros Municípios como Curitiba e Ponta Grossa, que já estão denominados em tal mapa. Sendo assim, torna-se impossível a concretização da afirmativa em na sua positividade, gerando a abalo no seu contexto. Com a não possibilidade de confirmação do exposto na alternativa "A", reveste-se como incorreta a referida alternativa, considerando mais de uma alternativa incorreta na mesma questão. Devido a tais motivos que não comprovam a veracidade dos fatos expostos a alternativa "A", requer que seja declarado como alternativa "A" e "B" as respostas corretas. Caso entendam diferente, realizem a anulação da questão sob nº 12, para não prejudicar os candidatados do presente Concurso Público.

RECURSO 08 – Impetro recurso referente a questão 12 de conhecimentos gerais, onde peço que a mesma seja anulada, pois ao meu ver, e procurando em muitas fontes, há duas alternativas incorretas, letra B e C. B- Na década de 1940, a extração da madeira, que era considerada o principal produto econômico, gradativamente perde importância para a erva-mate, que passa a ser o principal produto de exportação. C- A organização das fazendas dos Campos Gerais dá-se com a ampla valorização de animais de carga. Nesse processo, temos o povoamento de Guarapuava e Palmas que também procuram consolidar as fronteiras com a Argentina e o Paraguai. Como percebe-se na história fornecida por sites confiáveis na internet, não encontramos a alternativa "C" como segue a história da cidade abaixo. Guarapuava (do tupi-guarani: guará lobo e puava: bravo) foi o nome dado aos campos gerais descobertos em 1770, com área primitiva de 175.000 km². O território fazia limite com o Rio dos Patos (Ivaí) até o rio Paraná, por este até Corrientes (Argentina) e dali atravessando o sertão até encontrar o Rio Uruguai por este acima até e além das fronteiras dos Campos de São João, procurando o Porto União no Rio Iguaçu e no mesmo rumo até chegar novamente no Rio dos Patos. O povoamento de Guarapuava foi o resultado de um processo histórico iniciado no século XVIII, com as Expedições do Tibagi e levado a cabo pela Real Expedição de Conquista do Povoamento dos Campos de Guarapuava, comandada por Diogo Pinto de Azevedo Portugal, que chegou à região em 17 de junho de 1810 e fez construir o Fortim Atalaia, onde abrigou as primeiras tropas, seus familiares e povoadores que dela fizeram parte. O Fortim Atalaia protegeu os componentes da Expedição dos frequentes ataques dos índios, pertencentes às três tribos que habitavam a região (Camés, Votorões e Cayeres ou Dorins). Oficialmente, a cidade surgiu com a assinatura do Formal de Instalação da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, em 9 de dezembro de 1819. Após a instalação da Freguesia, passou a ser vila em 17 de julho de 1852 e, devido ao progresso do povoado, em 12 de abril de 1871, elevou-se à cidade, tornando-se um dos promissores municípios do Paraná. Fonte: <http://www.guarapuava.pr.gov.br/turista/historia/> Já na aba "Sobre Guarapuava": Guarapuava Localizada no centro-sul do estado do Paraná, Guarapuava está no trajeto entre a cidade de Curitiba e Foz do Iguaçu, nas margens da BR 277, principal Rodovia do Mercosul, que liga o Porto de Paranaguá ao Paraguai e à Argentina. Guarapuava é servida por duas ferrovias, operadas pela ALL e pela Ferroeste, que interligam o Porto à região oeste. O aeroporto de Guarapuava é equipado e homologado para vôos por instrumentos (IFR) e pode operar aeronaves de médio porte, além de contar com o serviço de abastecimento de aeronaves AVGAS e QAV. Além da BR 277, o sistema

rodoviário é integrado pelo entroncamento da PR 170 e da PR 466, que fazem ligação com o sul do estado, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e também com o norte do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Economia com uma economia diversificada, Guarapuava é local para investimentos em todas as áreas. A cidade se destaca no segmento agrícola, madeireiro e de produção de grãos, especialmente o milho. Outros setores que estão em pleno desenvolvimento são a indústria alimentícia e de papel e da produção de pintainhos. Além das indústrias instaladas nos distritos industriais, Guarapuava conta com uma imponente Planta Industrial em Entre Rios, operada pela Cooperativa Agrária, onde se encontra também a maior Maltaria Cervejeira da América Latina. Educação Além de uma educação fundamental de qualidade, Guarapuava se consolida como pólo referência em educação de nível superior. Juntas, a Unicentro, Faculdades Guarapuava, Faculdades Guairacá e a Faculdade Campo Real, ofertam mais de 70 cursos de graduação, 45 cursos de pós-graduação e mestrado. História e Turismo Com 200 anos de história, Guarapuava é um lugar perfeito para aprender muito da história do nosso país e desfrutar das belezas naturais que a cidade oferece. A cidade conta com belíssimos parques, praças, casarões antigos, igrejas e capelas, além de um museu, que registra a colonização da região e do estado. Em uma área de preservação, localizada a 46 quilômetros da cidade, está o Parque Municipal São Francisco da Esperança, com uma das maiores saltos do Brasil. Os 196 metros de queda d'água livre se encontram no centro de um belíssimo cânion, coberto de vegetação, e frondosos pinheiros araucária. Estrutura Com uma população de mais de 172 mil habitantes, Guarapuava dispõe de elementos estruturais para o desenvolvimento de novos empreendimentos na cidade, bem como a realização de eventos de negócios, congressos, seminários, encontros técnicos e exposições nacionais e internacionais. Além de espaços para a realização de eventos empresariais, a cidade dispõe de um belíssimo ginásio poliesportivo e uma grande praça para eventos religiosos. A cidade conta com uma estruturada rede hotéis e dispõe ao visitante todo o conforto e facilidade de acesso. Tudo isso faz de Guarapuava um excelente lugar para se investir, trabalhar e viver. Localização Guarapuava está localizada na região sul do Brasil, centro-sul do estado do Paraná, terceiro planalto, chamado Planalto de Guarapuava. Fonte: <http://www.guarapuava.pr.gov.br/turista/sobre-guarapuava/>

RECURSO 09 – O enunciado da questão indica para que o candidato assinale a alternativa “INCORRETA” em relação a História e Geografia de Guarapuava. O Gabarito preliminar considerou a alternativa “B”. Todavia a alternativa “D” também pode ser considerada, senão vejamos: No livro de Marco Aurélio Fernandes, PODER & COMÉRCIO, o mesmo retrata o processo de colonização dos campos de Guarapuava e nas páginas 42 e 43 o mesmo faz referência a chegada de Diogo Pinto nos campos de Guarapuava em 17 de junho de 1810, e no dia 16 de julho de 1810 se tem o primeiro contato com cerca de 30 índios ... “os índios como prova de amizade trazem suas filhas mais novas ... sendo que o padre proíbe o contato com as índias sob pena de excomunhão, o que causa uma revolta nos índios os quais entram em guerra atacando o Fortim”. No livro História do Paraná de Lucinéia Cunha Steca e Mariléia Dias Flores, em suas páginas 12 e 13 em nenhum momento se faz referência a fundação de uma colônia indígena, mas sim descreve com clareza o que era para ser feito na colonização. No livro organizado por FAISSAL EL KHATIB (1969) História do Paraná, o mesmo demonstra que temos em 1810 tão somente a criação do Fortim Atalaia. Assim, requer da Banca Examinadora a

avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a anulação da questão.

RECURSO 10 – A questão indica para assinalar a alternativa “INCORRETA” em relação à História e Geografia de Guarapuava. O Gabarito preliminar considerou a alternativa “B”. Entretanto, a alternativa “D” também pode ser considerada incorreta, tendo em vista que no livro de Marco Aurélio Fernandes, PODER & COMÉRCIO, o mesmo retrata o processo de colonização dos campos de Guarapuava e nas páginas 42 e 43 o mesmo faz referência a chegada de Diogo Pinto nos campos de Guarapuava em 17 de junho de 1810, e no dia 16 de julho de 1810 se tem o primeiro contato com cerca de 30 índios ... “os índios como prova de amizade trazem suas filhas mais novas ... sendo que o padre proíbe o contato com as índias sob pena de excomunhão, o que causa uma revolta nos índios os quais entram em guerra atacando o Fortim”. No livro História do Paraná de Lucinéia Cunha Steca e Mariléia Dias Flores, em suas páginas 12 e 13 EM NENHUM MOMENTO se faz referência a fundação de uma colônia indígena, mas sim descreve com clareza o que era para ser feito na colonização. No livro organizado por FAISSAL EL KHATIB (1969) História do Paraná, o mesmo demonstra que em 1810 tão somente tem-se a criação do Fortim Atalaia. Ainda, no site do Município de Guarapuava consta que “O povoamento de Guarapuava foi o resultado de um processo histórico iniciado no século XVIII, com as Expedições do Tibagi e levado a cabo pela Real Expedição de Conquista do Povoamento dos Campos de Guarapuava, comandada por Diogo Pinto de Azevedo Portugal, que chegou à região em 17 de junho de 1810 e fez construir o Fortim Atalaia, onde abrigou as primeiras tropas, seus familiares e povoadores que dela fizeram parte. O Fortim Atalaia protegeu os componentes da Expedição dos frequentes ataques dos índios, pertencentes às três tribos que habitavam a região (Camés, Votorões e Cayeres ou Dorins)”. Disponível em: <http://www.guarapuava.pr.gov.br/turista/historia/> Pelo exposto, solicita-se à Banca Examinadora a anulação da questão.

RECURSO 11 – Questão 12 O enunciado da questão indica para que o candidato assinale a alternativa “INCORRETA” em relação a História e Geografia de Guarapuava. O Gabarito preliminar considerou a alternativa “B”. Todavia a alternativa “D” também pode ser considerada, senão vejamos: No livro de Marco Aurélio Fernandes, PODER & COMÉRCIO, o mesmo retrata o processo de colonização dos campos de Guarapuava e nas páginas 42 e 43 o mesmo faz referência a chegada de Diogo Pinto nos campos de Guarapuava em 17 de junho de 1810, e no dia 16 de julho de 1810 se tem o primeiro contato com cerca de 30 índios ... “os índios como prova de amizade trazem suas filhas mais novas ... sendo que o padre proíbe o contato com as índias sob pena de excomunhão, o que causa uma revolta nos índios os quais entram em guerra atacando o Fortim”. No livro História do Paraná de Lucinéia Cunha Steca e Mariléia Dias Flores, em suas páginas 12 e 13 em nenhum momento se faz referência a fundação de uma colônia indígena, mas sim descreve com clareza o que era para ser feito na colonização. No livro organizado por FAISSAL EL KHATIB (1969) História do Paraná, o mesmo demonstra que temos em 1810 tão somente a criação do Fortim Atalaia. Assim, requer da Banca Examinadora a avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a anulação da questão em epígrafe.

RECURSO 12 – O enunciado da questão indica para que o candidato assinale a alternativa “INCORRETA” em relação a História e Geografia de Guarapuava. O Gabarito preliminar considerou a alternativa “B”. Todavia a alternativa “D” também pode ser

considerada, senão vejamos: No livro de Marco Aurélio Fernandes, PODER & COMÉRCIO, o mesmo retrata o processo de colonização dos campos de Guarapuava e nas páginas 42 e 43 o mesmo faz referência a chegada de Diogo Pinto nos campos de Guarapuava em 17 de junho de 1810, e no dia 16 de julho de 1810 se tem o primeiro contato com cerca de 30 índios ... "os índios como prova de amizade trazem suas filhas mais novas ... sendo que o padre proíbe o contato com as índias sob pena de excomunhão, o que causa uma revolta nos índios os quais entram em guerra atacando o Fortim". No livro História do Paraná de Lucinéia Cunha Steca e Mariléia Dias Flores, em suas páginas 12 e 13 em nenhum momento se faz referência a fundação de uma colônia indígena, mas sim descreve com clareza o que era para ser feito na colonização. No livro organizado por FAISSAL EL KHATIB (1969) História do Paraná, o mesmo demonstra que temos em 1810 tão somente a criação do Fortim Atalaia. Assim, requer da Banca Examinadora a avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a anulação da questão.

RECURSO 13 – Conforme será demonstrado, esta questão possui duas alternativas como resposta, a saber, letra "B" (prevista no gabarito) e letra "D". 1). É necessário registrar que o historiador toma como ponto de partida sua forma de ver a sociedade e a própria história. Desse modo, não é possível afirmar que há um autor senhor da verdade. 2) O Edital nº 001/2017, de 29 de março de 2017, afirma em seu artigo 39, parágrafo único, "Será de responsabilidade do candidato a escolha das obras de referência bibliográfica que entender mais convenientes". Logo, não seria possível solicitar pensamento exclusivo de autor. 3) A doutora Rosângela Ferreira Leite, em 2003, utiliza o termo colônia indígena de Guarapuava, referindo-se ao aldeamento indígena de Guarapuava, e afirma sua criação em 1810. Declara, também, que o aldeamento foi destruído em 1825 (fonte: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.612.pdf>, acessado: 29/06/17). 4) A mesma autora acima citada, em 2008, sustenta, contradizendo-se, que foi em 1812 a criação da colônia indígena de Guarapuava, isto é, o aldeamento de Atalaia, para organização e catequese de tribos que habitavam a região (fonte: <http://www.redalyc.org/html/2850/285022053007>, acessado: 29/06/17). 5) segundo a entidade da administração pública federal, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em seu site, no infográfico histórico de Guarapuava-PR, afirma que o aldeamento indígena de Guarapuava iniciou-se em 1812 (fonte: http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=410940&search=parana%7Cguarapuava%7Cinphographics:-history&lang=_ES, acessado: 29/06/17). 6). Conforme aduz Luizangela Padilha Pontarolo, em sua dissertação (p. 43) para o título de mestre em história pela Universidade Federal do Paraná, o Padre Francisco das Chagas Lima, escreveu na sua "Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava", que em 1810 houve os primeiros contatos de forma pacífica com os índios. Porém, NÃO se deu concretamente a colonização indígena de Guarapuava-PR, pois, "segundo o registro do padre, os índios não se estabeleceram definitivamente no aldeamento até 1812" (fonte: <http://etnolingustica.wdfiles.com/local--files/source%3A12/LuizangelaPadilhaPontarolo.pdf>, acessado: 29/06/17). 7). Nos dizeres de Marilda Alves de Campos e Rodrigo dos Santos, o aldeamento indígena de Atalaia, "conforme dados dos registros de batismos, iniciou-se com a captura de seis votorons que afastados dos demais se encontravam no dia 29 de janeiro de 1812 nas vertentes do rio denominado Cavernoso" (fonte: Revista Trilhas da História, Três Lagoas, v. 5, nº 10 jan-

jun, 2016, p. 22). 8) Como vários autores afirmam que a criação da colônia indígena de Guarapuava foi criada em 1812, a alternativa "D" passa a estar incorreta. Como o enunciado da questão 12 solicita a incorreta, tem-se que a alternativa "B" e a "D" estão corretas. Sendo assim, solicito a ANULAÇÃO da questão 12, pela duplicidade de alternativas corretas, a saber, alternativa "B" e "D", pois o Edital nº 001/2017, de 29 de março de 2017, em seu artigo 49 afirma que das 5 (cinco) alternativas, será "apenas uma adequada".

RECURSO 14 – A alternativa “D” também não pode ser considerada correta, razão pela qual a questão 12 deve ser anulada. Ainda que tenha sido criada colônia indígena de Guarapuava após a ocupação de Diogo Pinto, referida colônia não pode ser considerada uma das mais antigas do Centro-Oeste do Paraná, visto que não existe na atualidade. Assim, no máximo, foi uma das primeiras a serem criadas. O trabalho de Rosângela Ferreira Leite, <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.612.pdf> (acesso em 30 de junho de 2017) afirma que “foi uma das mais importantes e antigas” e que “durou até 1825, quando foi destruído por uma tribo rival”. Assim, a alternativa “D” também não pode ser considerada correta, visto que imprime a ideia de que a Colônia Indígena de Guarapuava ainda existe. Por existirem duas alternativas, requer a anulação da questão 12.

RESPOSTA AO RECURSO: A historiadora Rosângela Ferreira Leite, em texto intitulado DE ALDEADO A LIVRE POBRE Os casos de Rufina e dos ervateiros do Êre (Guarapuava 1853-1873), afirma: “A colônia indígena de Guarapuava foi uma das mais importantes e antigas do centro oeste paranaense. Criada em 1810, durante a ocupação de Diogo Pinto aos campos, esse aldeamento durou até 1825, quando foi destruído por uma tribo rival. Mesmo após a devastação do aldeamento, os kaingang, originários dos campos de Guarapuava, permaneceram na região lutando contra invasores e, por vezes, promovendo revoltas contra seus tutores, os colonizadores europeus. No estudo das tribos kaingang do Paraná devemos levar em consideração o duplo sentido da guerra aliado a insistência de permanência no território que hoje compreende a região de Guarapuava. Se por um lado é possível compreender a insistência das tribos kaingang como uma forma de manutenção de seu território, por outro, a permanência nos campos de Guarapuava tinha um sentido profundo de legitimidade da tribo frente aos ataques inimigos. Dessa forma, se afastar de seu território significava sucumbir-se ao inimigo e perder o sentido do tempo e da vida em grupo.” Em outro artigo da mesma autora, utilizado no recurso, ela afirma: “Entre as estratégias para organização do aldeamento, foi de grande importância a aliança estabelecida entre a missão colonizadora e o cacique Pahy, que se aproximou do “abarracamento” no período entre 1810 e 1812”, quer seja, não afirma início em 1812 do Aldeamento de Atalaia. Não há contradição na referida afirmação. Ainda a respeito desse aspecto, afirmar que a “colônia indígena de Guarapuava, considerada uma das mais antigas do centro oeste do Paraná”, não significa afirmar que ela ainda existe. Segundo dados do site do IBGE <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=410940>, Guarapuava (do tupi-guarani: guará lobo e puava: bravo) foi o nome dado aos campos gerais descobertos em 1770, com área primitiva de 175.000 km². Oficialmente, a cidade surgiu em 1819 como freguesia de Nossa Senhora de Belém. Passou a ser vila em 1852 e, devido ao progresso do povoado, em 1871, foi elevada à cidade, tornando-se um

dos promissores municípios do Paraná. Diante do exposto, **a questão deve ser mantida.**

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
13	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p>RECURSO 01 – Solicito a anulação da questão 13. O enunciado da questão solicitava para assinalar a alternativa incorreta e o gabarito considerou a afirmativa “A”. Apesar da compreensão inicialmente estabelecida por esta Banca Examinadora, faço o requerimento da ponderação de que a alternativa “D” também está incorreta no momento em que afirma que “A China é o único grande país a se relacionar com o governo Norte-Coreano...”. Argumenta-se que, conforme informações disponíveis em veículos de comunicação: “a China é um dos poucos países...”. Essa informação pode ser verificada em diferentes sites de veiculação de notícias, são eles: • https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2017/05/02/sete-perguntas-sobre-a-crise-com-a-coreia-do-norte---e-as-possibilidades-de-uma-guerra.htm • http://www.bbc.com/portuguese/internacional-39777419 • http://noticias.r7.com/internacional/sete-perguntas-sobre-a-crise-com-a-coreia-do-norte-e-as-possibilidades-de-uma-guerra-02052017 • http://g1.globo.com/mundo/noticia/sete-perguntas-sobre-a-crise-com-a-coreia-do-norte-e-as-possibilidades-de-uma-guerra.ghtml Ademais, ressalta-se que o termo “relacionar” apresentado na alternativa “D” refere-se a todos os tipos de relações possíveis, devido ao fato de não estar restrito a um determinado tipo de relação. O dicionário Michaelis (2015) conceitua “relacionar” como “estabelecer elos sociais ou afetivos com outrem”. Ainda, para comprovar o entendimento acima, como exemplo a ser citado, temos a Rússia, país que mantém relações com o governo Norte-coreano por meio da Nova rota marítima entre Rússia e Coreia do Norte (http://m.jb.com.br/internacional/noticias/2017/05/20/nova-rota-maritima-entre-russia-e-coreia-do-norte-e-resposta-a-controle-dos-eua/) Consoante a isso, seguem alguns dados referentes às relações do país asiático: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/20/economia/1492664119_821475.html http://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/prk/ http://www.mdic.gov.br/balanca/comex-vis/pais/output/html/prk.html?var=xxx http://www.suapesquisa.com/paises/coreia_do_norte/economia.htm Assim, conclui-se que, restringir a China como único país que possui relação com a Coreia do Norte demonstra desconhecimento sobre Geopolítica Internacional. Dado momento que, para continuar existindo a Coreia do Norte necessita manter a sua balança comercial ativa juntamente com a atuação de outros países (relações comerciais, políticas e afins).</p>			
<p>RECURSO 02 – A questão 13 apresenta mais de uma alternativa incorreta. A alternativa “d” da seguinte questão afirma o seguinte fato: “A China é o único grande país a se relacionar com o governo Norte-Coreano apesar das constantes ameaças de conflitos nucleares, principalmente com o governo estadunidense”. O enunciado cita a especificação de “único grande país”, mas deixa vago o sentido de “grande” na frase. Sendo assim admite-se várias interpretações para tal adjetivo, como por exemplo: grande em extensão territorial, grande em desempenho econômico, grande</p>			

em desenvolvimento social, etc. Sabe-se que além de se relacionar com a China, a Coreia do Norte também mantém relações com a Rússia, país este de maior extensão territorial no mundo, com área: 17.075.400 quilômetros quadrados. Segue alguns links comprovando tal relação comercial e política entre os dois países. Fonte/link: <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2016-09-17/coreia-do-norte-trabalhadores-escravos.html>. Matéria que cita a exportação de mão de obra da Coreia do Norte para a Rússia. Fonte/link: <https://www.cartacapital.com.br/internacional/russia-se-aproxima-da-coreia-do-norte>. Matéria que cita exportações da Rússia para a Coreia do Norte. Fonte/link: <http://veja.abril.com.br/mundo/coreia-do-sul-pede-mediacao-de-russia-e-china-na-crise/>. Matéria que cita pedido da Coreia do Sul para a Rússia agir como um mediador na tensão entre Coreia do Norte e Estados Unidos. Tendo em vista a subjetividade e o amplo sentido da palavra "grande" na afirmação, não se pode citar com clareza que a China é o único "grande" país a se relacionar com a Coreia do Norte. Desta forma solicito a anulação da referida questão.

RECURSO 03 – A questão número 13 aponta pelo gabarito a alternativa INCORRETA a letra A, mas de acordo com argumentações abaixo descrita, alternativas INCORRETA seria a LETRA B, senão vejamos: A alternativa "B" tem como sujeito o Estado Islâmico, portanto afirma a questão que o Estado Islâmico foi criado em 2013, sendo que na verdade o mesmo foi criado em 1999, segundo a folha de São PAULO, "Estado Islâmico nasceu em 1999 e cresceu com guerras no Iraque e Síria" Portanto a alternativa de letra B ESTA INCORRETA. Mediante as argumentações devidamente comprovadas, requer a alteração do gabarito, reconhecendo como INCORRETA A ALTERNATIVA B

RECURSO 04 – Observa-se que conforme solicitado na questão em relação a alternativa incorreta, a alternativa "b" também encontra-se incorreta pois: em 2010, o grupo ressurge com um novo líder, Abu Bakr al-Baghdadi e passa a ser conhecido Estado Islâmico do Iraque e da Síria (EIS). O EIS ganha mais força entre 2011 e 2013, quando se intensifica a luta dos rebeldes contra o regime sírio. Em 2013, (ao expandir o seu poder para a Síria), o grupo "muda novamente de nome", passando a se autodenominar Estado Islâmico do Iraque e do Levante, também conhecido por sua sigla em árabe, Daesh. Ao dominar territórios no Iraque e na Síria, em junho de 2014, "anunciaram a criação de um califado na região", e finalmente passaram a se chamar Estado Islâmico (EI). Na ocasião, Abu Bakr al-Baghdadi é proclamado califa. Portanto a criação se deu anteriormente a 2013, e neste ano apenas expandiu o seu poder para a Síria, e apenas alterou a sua denominação, desta forma proclamou a criação do califado em junho de 2014. Desta forma não pode-se afirmar que foi realmente criado em 2013. <http://guiadoestudante.abril.com.br>

RECURSO 05 – A questão 13 deve ser anulada tendo em vista que existem duas questões incorretas. A primeira, conforme edital, é a letra "a", uma vez que o acordo de paz foi aprovado pelo Congresso Nacional. A segunda é a letra "d", uma vez que a China não é o único grande país a se relacionar com a Coreia do Norte. Conforme veremos, a Rússia também se relaciona com o este governo. De acordo com o site português Diário de Notícias, "O governo russo é um dos poucos aliados de Kim Jong-Un". (<http://www.dn.pt/mundo/interior/moscovo-avisa-coreia-do-norte-que-esta-a-arriscar-um-ataque-contr-si-propria-5068329.html>). De acordo com o site Carta Capital, o comércio entre a Rússia e a Coreia do Norte aumentou em 85%. (<https://www.cartacapital.com.br/internacional/russia-se-aproxima-da-coreia-do->

norte) De acordo com artigo publicado no site Âmbito Jurídico, O Brasil tem celebrado acordos de cooperação econômica e técnica com a Coreia do Norte desde 2009. (http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13336) De acordo com o site Deutsche Welle, a Rússia se aproxima da Coreia do Norte. "Rússia vai reconstruir a rede de energia norte-coreana, enquanto os dois países vão desenvolver o porto norte-coreano de Rason para embarcar as exportações de carvão russo" (<http://www.dw.com/pt-br/r%C3%BAssia-se-aproxima-da-coreia-do-norte/a-38878099>) Segundo o site observador, citando a CNN, a Rússia criou até uma rota turística regular, realizada de Ferry entre os dois países. (<http://observador.pt/2017/05/18/coreia-do-norte-inaugura-ferry-regular-com-destino-a-russia/>) Segundo o site Jornal do Brasil, a Rússia aumentaram o comércio, principalmente com relação ao carvão. (<http://www.jb.com.br/economia/noticias/2017/05/06/comercio-entre-russia-e-coreia-do-norte-registra-aumento-de-73-em-2017/>) Desta forma, fica comprovado haverem duas questões incorretas, devendo a questão ser anulada.

RECURSO 06 – A questão oferece como resposta mais de uma questão incorreta; A opção B. trata sobre a criação do Estado Islâmico, na resposta o ISIS foi criado em 2013, porém sua criação foi em 2004, então esta opção é incorreta. A Opção D. A China é o único grande país a se relacionar com o governo Norte-Coreano apesar das constantes ameaças de conflitos nucleares, principalmente com o governo estadunidense. Porém a Coreia do Norte relaciona-se com a Rússia, que pode ser considerada uma das grandes potências mundiais, tanto armamentista quanto em relação ao seu PIB. O no gabarito Prévio a opção incorreta seria a opção A, no entanto temos mais 2 opções incorretas, fato que inviabiliza a referida questão.

RECURSO 07 – existe mais de 1 (uma) resposta incorreta

RECURSO 08 – A questão nº 13 da prova para o cargo de analista de licitações e contratos O enunciado da referida questão solicita que seja assinalada alternativa INCORRETA. Dadas as alternativas, não há o que se contestar quanto a veracidade do conteúdo das alternativas "C", "D" e "E" – CORRETAS. O conteúdo descrito na alternativa "A", considerada INCORRETA é condizente. Porém, analisando o conteúdo da alternativa "B" - "O Estado Islâmico no Iraque e Síria (ISIS) considerado um braço da al-Qaeda foi criado em 2013", vejamos: O texto da alternativa "B" é idêntico ao conteúdo do site O Globo - "Cinco pontos para entender o Estado Islâmico, grupo que aterroriza Iraque e Síria", disponível em: <http://infograficos.oglobo.globo.com/mundo/cinco-pontospara-entender-o-grupo-isis.html> – acesso em 27 de junho de 2017, afirmando ser uma resposta CORRETA e, portanto, não devendo ser assinalada esta questão. Porém, diversas outras fontes nacionais e internacionais com o mesmo reconhecimento e credibilidade que o site "O Globo" também retratam através de reportagens, matérias e artigos as origens de criação do Estado Islâmico no Iraque e Síria e demonstram não haver consenso em relação ao ano de criação do referido grupo, pois: O site BBC Brasil, no artigo "Entenda a 'mini guerra mundial' que ocorre na Síria" afirma que o Estado Islâmico no Iraque e Síria (ISIS) foi criado em junho de 2014: "O EI se aproveitou do caos e tomou controle de grandes áreas na Síria e no Iraque, onde proclamou a criação de um "califado" em junho de 2014." disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160216_siria_nova_guerra_tg -

acesso em 27 de junho de 2017. O mesmo site, em outro artigo "Sete perguntas para entender o 'Estado Islâmico' e como ele surgiu" afirma que foi em abril de 2010 "Em 2010, Abu Bakr al-Baghdadi se tornou seu novo líder, reconstruiu a organização e realizou múltiplos ataques. Três anos depois, se uniu à rebelião contra o presidente sírio Bashar al Assad, junto com a frente Al Nusra. Abu Bakr anunciou a fusão das milícias no Iraque e na Síria em abril daquele ano e a batizou como "Estado Islâmico do Iraque e do Levante" (ISIS, na sigla em inglês). " Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151114_estado_islamico_entenda_rb - acesso em 27 de junho de 2017. Já para a EBC – Empresa Brasileira de Comunicação, uma das maiores referências em comunicação e informação no Brasil, gestora de canais de TV como a TV Brasil, TV Brasil Internacional, Agência Brasil, Radioagência Nacional e do sistema público de Rádio, composto por oito emissoras afirma sobre o Estado Islâmico no artigo "Estado Islâmico: entenda a origem do grupo": "Também conhecido como Isis, sigla em inglês para Estado Islâmico do Iraque e da Síria, o Estado Islâmico (EI) é um grupo muçulmano extremista fundado em outubro de 2004 a partir do braço da Al Qaeda no Iraque." – Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2015/01/estado-islamico-entendaorigem-do-grupo> - acesso em 27 de junho de 2017. Outro site, especializado em orientação de estudos para vestibular, o EducaBras, também defende que o Estado Islâmico no Iraque e Síria (ISIS) foi criado em 2004, reafirmando a ideia de que não há consenso sobre a data de criação e a denominação do grupo no conteúdo "O Estado Islâmico e a Guerra Civil na Síria": "O Estado Islâmico (EI) nasceu no Iraque em 2004. Esse grupo islâmico extremista surgiu como um braço do grupo terrorista Al-Queda. Contudo, devido aos métodos violentos empregados e às atrocidades cometidas pelo EI, essa organização passou a ser considerada radical pelo próprio Al Queda. Houve uma ruptura: o EI se tornou uma organização independente. O EI é liderado por Abu Bakr al-Baghdadi, que está à frente dessa organização terrorista desde 2010. Até recentemente, o grupo era conhecido como Estado Islâmico do Iraque e Levante (EIL, ou ISIS, em inglês), pois o grupo controla partes do Iraque e da Síria (também chamada de Levante). O grupo alterou sua denominação para Estado Islâmico (EI), pois seu líder, Al Baghdadi, não deseja apenas conquistar a Síria e o Iraque. O grupo ambiciona tomar outros países árabes, como a Jordânia e a Arábia Saudita. " Disponível em: https://www.educabras.com/vestibular/materia/geografia/conflictos_e_crisis_atuais/aulas/o_estado_islamico_e_a_guerra_civil_na_siria - acesso em 27 de junho de 2017. O artigo "Estado Islâmico – Grupo terrorista" escrito pelo mestre em história Cláudio Fernandes e o graduado em história Daniel Neves para o site UOL, disponível em: <http://historiadomundo.uol.com.br/idadecontemporanea/estado-islamicogrupo-terrorista.htm> - acesso em 27 de junho de 2017 afirma a falta de consenso no nome do grupo "Em 29 de agosto de 2014, o grupo terrorista sunita Estado Islâmico (EI) – que já foi denominado também como Estado Islâmico no Iraque e na Síria (EIS) e Estado Islâmico no Iraque e no Levante (EIL) – anunciou que seu líder, Abu Bakr al-Baghdadi, autoproclamou-se califa da região situada ao noroeste do Iraque e em parte da região central da Síria.", bem como na data de criação: "A história do grupo terrorista Estado Islâmico está relacionada com o processo de crise política que se desencadeou no Iraque após a guerra iniciada em 2003. A Guerra do Iraque ocorreu

dois anos após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, chefiados por membros da organização Al-Qaeda, então liderada por Osama Bin Laden. A Al-Qaeda possuía grande espaço de atuação no território iraquiano e em parte da Síria. O grupo Estado Islâmico nasceu como uma derivação da Al-Qaeda (os dois grupos romperam relações em fevereiro de 2014) e fundamenta-se nos mesmos princípios dessa organização, que remontam à ideologia pan-islâmica de Sayyid Qutb, antigo líder da Irmandade Muçulmana. No entanto, além da influência do fundamentalismo de Sayyid Qutb, o EI tem suas raízes ideológicas relacionadas com o wahabismo." Outro site, denominado Guia do Estudante, da Editora Abril em "Conheça a origem do Estado Islâmico" afirma que o grupo em questão foi criado em outro tempo: "Anos depois, em 2010, o grupo ressurgiu com um novo líder, Abu Bakr al-Baghdadi e passa a ser conhecido Estado Islâmico do Iraque e da Síria (EIS). O EIS ganha mais força entre 2011 e 2013, quando se intensifica a luta dos rebeldes contra o regime sírio." Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/conheca-a-origem-do-estado-islamico/> - acesso em 27 de junho de 2017. Ainda para o site G1 do grupo Globo.com, em "Entenda o conflito envolvendo o Estado Islâmico na Síria e no Iraque": "Estado Islâmico (EI): Grupo muçulmano extremista fundado em 2004 no Iraque, inicialmente como um braço da rede terrorista Al-Qaeda – com o qual romperia posteriormente. Até recentemente, o grupo era conhecido como Estado Islâmico do Iraque e Levante (EIL, ou ISIS na sigla em inglês). " Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/08/entenda-o-conflito-envolvendo-o-estado-islamico-na-siria-e-no-iraque.html> - acesso em 27 de junho de 2017. Não obstante, o site Mundo Educação da BOL, através do artigo "Estado Islâmico" disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/estado-islamico.htm> - acesso em 27 de junho de 2017 afirma que: "A história da formação do Estado Islâmico está atrelada aos projetos que a Al-Qaeda – organização terrorista fundada por Osama Bin Laden e responsável pelos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 – desenvolveu para a conquista de poder na Síria e no Iraque após a guerra que os Estados Unidos da América e outras nações ocidentais deflagraram contra Saddam Hussein em 2003. O Estado Islâmico – que já foi chamado de Estado Islâmico no Iraque e na Síria (ISIS, em inglês) – originouse como um braço da Al-Qaeda que atuava na região do Levante, na fronteira entre os dois países citados, mas logo se tornou independente da organização de Bin Laden e passou a atuar seguindo suas próprias regras. Os membros mais antigos da Al-Qaeda já declararam que o EI possui uma postura amplamente mais radical que a rede responsável pelos ataques do 11 de setembro. " Está comprovado que não há consenso sobre a data de criação do Estado Islâmico no Iraque e na Síria diante de tantas variações nas referências aqui citadas. A questão, portanto, aborda um tema aberto, em que não se pode apurar e confirmar informações precisas com exatidão, pois não existem pesquisas fundamentadas e registradas sobre o assunto ou documentos que comprovem sua data de criação. Uma coisa é certa: todas as referências aqui citadas, selecionadas aleatoriamente na internet, entre milhares de artigos, afirmam que o Estado Islâmico no Iraque e na Síria teve várias denominações ao longo do tempo e que o grupo não foi criado no ano de 2013, apresentando diversas sugestões de data de criação, portanto deve-se considerar a alternativa "B" da questão número 13 INCORRETA, assim como a alternativa "A", admitindo, portanto, DUAS alternativas INCORRETAS. Sendo assim, a

questão possui duas respostas. Solicito, portanto, a ANULAÇÃO da Questão Nº 13 do Caderno de Questões para o Cargo de Analista de Licitações e Contratos.

RECURSO 09 – A questão de letra B) O Estado Islâmico no Iraque e Síria (ISIS) considerado um braço da al-Qaeda foi criado em 2013 Está incorreta, pois o estado islâmico é de 2014 "Em 2013, ao expandir o seu poder para a Síria, o grupo muda novamente de nome, passando a se autodenominar Estado Islâmico do Iraque e do Levante, também conhecido por sua sigla em árabe, Daesh. Ao dominar territórios no Iraque e na Síria, em junho de 2014, anunciaram a criação de um califado na região, e finalmente passaram a se chamar Estado Islâmico (EI). Na ocasião, Abu Bakr al-Baghdadi é proclamado califa." link: <http://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/conheca-a-origem-do-estado-islamico/>

RECURSO 10 – A alternativa de letra "B" afirma: O Estado Islâmico no Iraque e Síria (ISIS), considerado como um braço direito da al-Qaeda, foi criado em 2013. Tal alternativa não foi considerada como incorreta pela Banca examinadora. No entanto, tal afirmação aparenta estar equivocada. Deveras, Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIL) ou Estado Islâmico do Iraque e da Síria (EIS) - em inglês ISIS - é uma organização jihadista (lutadora, guerreira) do Oriente Médio, que teve um califado (um governo) proclamado em 29 de junho de 2014, sendo seu califa (chefe, sucessor de Maomé) Abu Bakr al-Baghdadi. Desde a data citada o grupo passou a se chamar Estado Islâmico. Seu califado está localizado, hoje, em Raqqa, na Síria. Muito antes disso, o grupo, em seu formato original, era composto e apoiado por várias organizações terroristas sunitas insurgentes, incluindo suas organizações antecessoras, como a Al-Qaeda no Iraque (2003-2006), o Conselho Shura Mujahideen (2006-2006) e o Estado Islâmico do Iraque (2006-2013). O Estado Islâmico cresceu significativamente devido à sua participação na Guerra Civil Síria e ao seu líder, Abu Bakr al-Baghdadi. Logo, a afirmação de que o ISIS teria sido criado em 2013 aparenta estar equivocada. Assim, o requerimento do presente recurso vem em linha de que seja a alternativa "B" também considerada como incorreta ou, se assim não entender a Banca, que seja, então, anulada a questão de número 13. Nesses termos, pede deferimento. Rodrigo Scapinello.

RECURSO 11 – Prezado (a), com a devida vênia, requer-se a anulação da questão 13 (conhecimentos gerais), pois, analisando-se com profundidade e objetividade, percebe-se que há duas respostas corretas (Obs. a questão pede para assinalar a alternativa incorreta), quais sejam, alíneas A (gabarito provisório) e D. Explico. Faz-se necessário atentar para o alto grau de imperatividade, explicitado no enunciado da alínea D, ao afirmar categoricamente que "A China é o ÚNICO grande país a se relacionar com o governo Norte-coreano [...]". Insta dizer que a China NÃO é o Único país a se relacionar com a Coreia do Norte. Existem países da "ala" comunista que se relacionam com ela e, recordando, por volta da década de 60, a antiga União Soviética (hoje, Rússia), a China e a Coreia do Norte, assinaram tratado de cooperação em variados assuntos estratégicos. Alguns anos depois, é verdade, a União Soviética retirou-se do acordo (mas, ainda mantendo alguma relação). Ressalta-se que nos últimos dois anos, o que é externado pelas redes de notícias, há uma visível aproximação da Rússia à Coreia do Norte, retomando suas conversações e relações, o que já está acontecendo. Desse modo, a expressão "ÚNICO GRANDE PAÍS [...]" não

seria, a meu ver, a expressão mais apropriada para uma questão objetiva, porque não dá margem a outra interpretação. Ressalto que, normalmente, usualmente a rede jornalística global usa a expressão "China, a MAIOR ALIADA da Coreia do Norte", "a MAIOR PARCEIRA", ou "a GRANDE ALIADA", por exemplo, e, Quase Nunca, afirmam que a China seria "o ÚNICO PAÍS". E, ainda, não fica claro em "Grande país" qual o real sentido, em que contexto ele é utilizado, assim, "grande" concerne a: extensão territorial?; número de habitantes?; economicamente?; político; importador? etc. Contudo, com o devido respeito à Banca recursal, sou obrigado a requerer a anulação da questão 13, porque há duas hipóteses de respostas corretas (dentre as incorretas afirmações), alíneas A e D. Atenciosamente, Marcelo do Nascimento Cerqueira, inscrição 3111, Analista de Licitações e Contratos.

RECURSO 12 – 13. A questão possui duas alternativas incorretas, a letra a, que é a do gabarito provisório, e a letra b. O Estado Islâmico no Iraque e na Síria (ISIS), na verdade foi criado em outubro de 2004, devido a ocupação do Iraque em 2003 pelos Estados Unidos. Tal informação está disponível no sítio <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2015/01/estado-islamico-entenda-origem-do-grupo>: "Também conhecido como Isis, sigla em inglês para Estado Islâmico do Iraque e da Síria, o Estado Islâmico (EI) é um grupo muçulmano extremista fundado em outubro de 2004 a partir do braço da Al Qaeda no Iraque. É formado por sunitas, o maior ramo do islamismo. Entre os países muçulmanos, os sunitas são minoria apenas entre as populações do Iraque e do Irã, compostas majoritariamente por xiitas. Em janeiro de 2014, o Estado Islâmico declarou que o território sob seu controle passaria a ser um califado, a forma islâmica de governo". E também do sítio: <http://guiame.com.br/gospel/missoes-acao-social/o-que-e-o-isis-4-fatos-importantes-sobre-este-grupo-terrorista-que-esta-atuando-no-iraque.html> "O Começo do Isis pode ser rastreado até a Segunda Guerra do Golfo, em 2003, quando os EUA, juntamente com uma pequena coalizão de outras nações, invadiram o Iraque e derrubaram o ditador Saddam Hussein". O que houve em 2013 foi na verdade uma refundação do grupo, com uma nova nomenclatura, de ISI passou a ser ISIS. É o que se infere da reportagem da Revista Superinteressante (<http://super.abril.com.br/historia/os-eua-criaram-o-estado-islamico-e-a-siria-o-fez-invincivel/>): "Em 2006, reuniu-se com outros grupos e se proclamou "Estado Islâmico no Iraque" (ISI, na sigla em inglês). Quatro anos depois, Abu Bakr assumiria a liderança do grupo." (...) Também em abril de 2013, o ISI anunciava sua entrada oficial na Síria, aproveitando os enormes vazios de poder deixados pela guerra entre o ditador Bashar al-Assad e os vários grupos rebeldes. Roubando para si parte dos militantes da Frente Nusra, afiliada à Al-Qaeda, Abu Bakr refundava seu grupo como Estado Islâmico do Iraque e da Síria – o ISIS. Ou seja, refundar é bem diferente de criar. Criar significa algo novo, partindo do zero. Não é o caso, como se deduz dos trechos acima. Portanto, não se pode afirmar que o ISIS foi criado em 2013. Dessa forma, considerando que há duas alternativas incorretas, a questão deve ser anulada. Termos em que, pede deferimento.

RECURSO 13 – A alternativa (D) da referida questão, também está incorreta, pois a China não é o único país a se relacionar com a Coreia do Norte, como está expresso na alternativa, o que muitos não sabem é que o Brasil possui relações comerciais com o governo Norte-coreano desde 2001, exportando grande parte da produção de soja a este, tanto o Brasil possui embaixada em Pyongyang, quanto a Coreia do Norte têm

a sua fixada em Brasília. Assim, o Brasil só não entra em debates por haver interesses comerciais. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5046-republica-popular-democratica-da-coreia> Dessa forma, requer que a devida pontuação seja atribuída.

RECURSO 14 – Questão 13. No que reporta a questão sob nº 13, assinale a alternativa incorreta, é oportuno alegar a abrangência de 2 (duas) alternativas que caracterizam incorretas. A alternativa “B”, que expõem: “ O Estado Islâmico no Iraque e Síria (ISIS) considerado um braço da al-Qaeda foi CRIADO em 2013. ” (Grifos nossos). A terminologia empregada “CRIADA”, torna-se negligente, pois a criação do Estado Islâmico é anterior a 2013, mais precisamente em 2006. Tal organização teve sua criação no Iraque, após a morte de Zarqawi. Em 2010, Abu Bakr al-Baghdadi se tornou seu novo líder e anunciou a fusão das milícias no Iraque e na Síria em abril daquele ano (2010) e a batizou como "Estado Islâmico do Iraque e do Levante" (ISIS, na sigla em inglês). Desta forma é questionável a afirmativa exposta na alternativa “B”, pois não ocorreu a criação do ISIS em 2013. Revestindo tal alternativa como incorreta. Devido a tais motivos que não comprovam a veracidade dos fatos expostos a alternativa “B”, requer que seja declarado como alternativa “A” e “B” as respostas corretas. Caso entendam diferente, realizem a anulação da questão sob nº 13, para não prejudicar os candidatos do presente Concurso Público.

RECURSO 15 – Peço recurso referente a questão 13, pois, duas alternativas encontram-se incorretas, portanto a questão deveria ser anulada. A alternativa A como colocado pela banca e a alternativa B. A - Em 2016, após mais de meio século de conflitos armados entre o governo colombiano e as FARC (Forças Armadas e Revolucionárias da Colômbia), ambos chegaram a um acordo de paz. O pacto se tornou efetivo por meio de referendo aprovado pela população colombiana em outubro naquele mesmo ano. B - O Estado Islâmico no Iraque e Síria (ISIS) considerado um braço da al-Qaeda foi criado em 2013. Como percebido em várias pesquisas de fontes diferentes, o Estado Islâmico no Iraque e Síria não foi criado em 2013, conforme o trecho abaixo: Também conhecido como Isis, sigla em inglês para Estado Islâmico do Iraque e da Síria, o Estado Islâmico (EI) é um grupo muçulmano extremista fundado em outubro de 2004 a partir do braço da Al Qaeda no Iraque. É formado por sunitas, o maior ramo do islamismo. Entre os países muçulmanos, os sunitas são minoria apenas entre as populações do Iraque e do Irã, compostas majoritariamente por xiitas. Fonte: <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2015/01/estado-islamico-entenda-origem-do-grupo>

RECURSO 16 – A alternativa “B” diz o seguinte: “O Estado Islâmico no Iraque e Síria (ISIS) considerado um braço da al-Qaeda foi criado em 2013”. Ora! Não há qualquer ato oficial de criação do Estado islâmico, especificamente no Iraque e na Síria, até porque, por obviedade, se trata de uma organização terrorista. Alguns Jornais, como o jornal “O Globo” até mencionam que o ano de criação foi em 2013, mas NÃO É UM REGISTRO OFICIAL, NÃO HÁ UM REGISTRO OFICIAL! O ano de 2013 pode ter sido um ano em que o Estado Islâmico criou ascensão no Iraque e na Síria, mas não há como se ter certeza se a organização, nessas localidades, já existia bem antes disso. Nesse contexto, ante a impossibilidade de aferimento da veracidade da alternativa “B”, requer-se a anulação da questão 13.

RECURSO 17 – Com o devido respeito, a questão 13 deve ser anulada, visto que a alternativa “B” também não pode ser considerada correta, como se verá. No site

"<https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/258092677/estado-islamico-de-onde-veio-e-aonde-quer-chegar>", em artigo da autoria do Professor Luiz Flávio Gomes, jurista e criador do Movimento #QueroUmBrasilÉtico. Diretor-presidente do Instituto de Mediação Luiz Flávio Gomes. Doutor em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade Complutense de Madri. Mestre em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, há a afirmação: "Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EILL) ou Estado Islâmico do Iraque e da Síria (EIS) é uma organização jihadista (lutadora, guerreira) do Oriente Médio, que teve um califado (um governo) proclamado em 29 de junho de 2014, sendo seu califa (chefe, sucessor de Maomé) Abu Bakr al-Baghdadi. Desde a data citada o grupo passou a se chamar Estado Islâmico. Seu califado está localizado, hoje, em Raqqa, na Síria." No site "<http://tradutoresdedireito.org/1450-2/>", em seu vídeo, fala sobre um novo grupo intitulado Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISSIS), mas surgido em 2014. Já no site "<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2015/01/estado-islamico-entenda-origem-do-grupo>" consta que o grupo surgiu em 2004, como se verifica: "também conhecido como Isis, sigla em inglês para Estado Islâmico do Iraque e da Síria, o Estado Islâmico (EI) é um grupo muçulmano extremista fundado em outubro de 2004 a partir do braço da Al Qaeda no Iraque." Há inúmeros endereços eletrônicos com artigos constando informações divergentes sobre o tema. Na questão também não há referência a documento ou fato que embasaria a afirmação de que foi exatamente em 2013 a sua criação. Por essa razão, até pela forma como a alternativa "B" foi redigida, entendo que a mesma também está incorreta, razão pela qual deve ser anulada a questão 13, por ter duas alternativas, a "A" e a "B".

RECURSO 18 – As matérias abaixo comprovam a inconsistência da resposta no gabarito provisório. "2017627 De onde vêm os refugiados africanos? | Todo o conteúdo | DW | 18.08.2015 <http://www.dw.com/ptbr/deondev%C3%AAMOSrefugiadosafricanos/g186557921/1> MUNDO De onde vêm os refugiados africanos? Em 2015 mais de 200 mil pessoas entraram ilegalmente na Europa cruzando o mar Mediterrâneo. Listamos os principais países de origem dos refugiados africanos e os motivos pelos quais eles deixam seus lares. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), em 2015 mais de 200 mil pessoas entraram ilegalmente na Europa cruzando o mar Mediterrâneo. Mais de 2 mil delas não sobreviveram à perigosa travessia. Entre as vítimas estão sírios e iraquianos, mas a maioria vinha da África. Listamos os principais países de origem dos refugiados e explicamos por que tantas pessoas arriscam a vida para fugir de seus países. 1º Eritreia Segundo a ONU, pelo menos 357 mil pessoas – 5% da população – fugiram da Eritreia em 2014. O país, considerado a "Coreia do Norte da África", enfrenta péssimas condições econômicas e humanitárias como pobreza, tortura e prisões arbitrárias. A maioria dos refugiados são jovens que querem fugir do Exército. O serviço militar oficial dura 18 meses, mas na prática é prorrogado indefinidamente." "2017627 De onde vêm os refugiados africanos? | Todo o conteúdo | DW | 18.08.2015 <http://www.dw.com/ptbr/deondev%C3%AAMOSrefugiadosafricanos/g186557921/1> MUNDO De onde vêm os refugiados africanos? Em 2015 mais de 200 mil pessoas entraram ilegalmente na Europa cruzando o mar Mediterrâneo. Listamos os principais países de origem dos refugiados africanos e os motivos pelos quais eles deixam seus lares. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), em 2015 mais de 200 mil pessoas entraram ilegalmente na Europa cruzando o mar Mediterrâneo. Mais

de 2 mil delas não sobreviveram à perigosa travessia. Entre as vítimas estão sírios e iraquianos, mas a maioria vinha da África. Listamos os principais países de origem dos refugiados e explicamos por que tantas pessoas arriscam a vida para fugir de seus países. 1º Eritreia Segundo a ONU, pelo menos 357 mil pessoas – 5% da população – fugiram da Eritreia em 2014. O país, considerado a "Coreia do Norte da África", enfrenta péssimas condições econômicas e humanitárias como pobreza, tortura e prisões arbitrárias. A maioria dos refugiados são jovens que querem fugir do Exército. O serviço militar oficial dura 18 meses, mas na prática é prorrogado indefinidamente." "2017627 De onde vêm os refugiados africanos? | Todo o conteúdo | DW | 18.08.2015 <http://www.dw.com/ptbr/deondev%C3%AAsrefugiadosafricanos/g18655792> 1/1 MUNDO De onde vêm os refugiados africanos? Em 2015 mais de 200 mil pessoas entraram ilegalmente na Europa cruzando o mar Mediterrâneo. Listamos os principais países de origem dos refugiados africanos e os motivos pelos quais eles deixam seus lares. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), em 2015 mais de 200 mil pessoas entraram ilegalmente na Europa cruzando o mar Mediterrâneo. Mais de 2 mil delas não sobreviveram à perigosa travessia. Entre as vítimas estão sírios e iraquianos, mas a maioria vinha da África. Listamos os principais países de origem dos refugiados e explicamos por que tantas pessoas arriscam a vida para fugir de seus países. 1º Eritreia Segundo a ONU, pelo menos 357 mil pessoas – 5% da população – fugiram da Eritreia em 2014. O país, considerado a "Coreia do Norte da África", enfrenta péssimas condições econômicas e humanitárias como pobreza, tortura e prisões arbitrárias. A maioria dos refugiados são jovens que querem fugir do Exército. O serviço militar oficial dura 18 meses, mas na prática é prorrogado indefinidamente." "2017627 De onde vêm os refugiados africanos? | Todo o conteúdo | DW | 18.08.2015 <http://www.dw.com/ptbr/deondev%C3%AAsrefugiadosafricanos/g18655792> 1/1 MUNDO De onde vêm os refugiados africanos? Em 2015 mais de 200 mil pessoas entraram ilegalmente na Europa cruzando o mar Mediterrâneo. Listamos os principais países de origem dos refugiados africanos e os motivos pelos quais eles deixam seus lares. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), em 2015 mais de 200 mil pessoas entraram ilegalmente na Europa cruzando o mar Mediterrâneo. Mais de 2 mil delas não sobreviveram à perigosa travessia. Entre as vítimas estão sírios e iraquianos, mas a maioria vinha da África. Listamos os principais países de origem dos refugiados e explicamos por que tantas pessoas arriscam a vida para fugir de seus países. 1º Eritreia Segundo a ONU, pelo menos 357 mil pessoas – 5% da população – fugiram da Eritreia em 2014. O país, considerado a "Coreia do Norte da África", enfrenta péssimas condições econômicas e humanitárias como pobreza, tortura e prisões arbitrárias. A maioria dos refugiados são jovens que querem fugir do Exército. O serviço militar oficial dura 18 meses, mas na prática é prorrogado indefinidamente."

RECURSO 19 – A questão solicita a alternativa INCORRETA sendo que o Gabarito Provisório considerou a alternativa "A". Entretanto, em pesquisa realizada verifica-se que a Banca utilizou-se de informações retiradas do site "O GLOBO" e NÃO CITOU A FONTE para a alternativa "B". A mesma também pode ser considerada incorreta já que em vários outros sites constam outras datas de criação/fundação do ISIS, veja-se: "Também conhecido como Isis, sigla em inglês para Estado Islâmico do Iraque e da Síria, o Estado Islâmico (EI) é um grupo muçulmano extremista fundado em outubro de

2004 a partir do braço da Al Qaeda no Iraque." Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2015/01/estado-islamico-entenda-origem-do-grupo> "Estado Islâmico nasceu em 1999 e cresceu com guerras no Iraque e Síria" – Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/11/1706936-estado-islamico-nasceu-em-1999-e-cresceu-com-guerras-no-iraque-e-siria.shtml> Não obstante tais informações, alguns sites não citam ISIS, mas sim "Estado Islâmico do Iraque e do Levante", o que torna a questão confusa para ser resolvida, induzindo os candidatos a erro, veja-se a seguinte notícia: "O líder do 'Estado Islâmico' do Iraque, o clérigo Al Bagdadi, formatado pela sua passagem pelo cárcere de Camp Bucca e pela guerra, anunciou em 2013 a criação do 'Estado Islâmico' do Iraque e do Levante (Síria)" – Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/como-surgiu-o-estado-islamico-como-se-financia-e-quem-faz-vista-grossa/39659> Por fim, às informações do site Guia do Estudante traz que: "O Estado Islâmico – a mais poderosa organização extremista islâmica da atualidade –, foi criado em 2003, com o nome Al Qaeda no Iraque (AQI)." Cita somente que o mesmo foi alterado para a nomenclatura "Estado Islâmico do Iraque e do Levante" em 2013. – Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/conheca-a-origem-do-estado-islamico/> Sendo assim, solicita-se a anulação da questão por constar informações divergentes quando da criação do Estado islâmico.

RECURSO 20 – Questão 13 A questão solicita a alternativa INCORRETA sendo que o Gabarito Provisório considerou a alternativa "A". Entretanto, em pesquisa realizada verifica-se que a Banca utilizou-se de informações retiradas do site "O GLOBO" e NÃO CITOU A FONTE para a alternativa "B". A mesma também pode ser considerada incorreta já que em vários outros sites constam outras datas de criação/fundação do ISIS, veja-se: "Também conhecido como Isis, sigla em inglês para Estado Islâmico do Iraque e da Síria, o Estado Islâmico (EI) é um grupo muçulmano extremista fundado em outubro de 2004 a partir do braço da Al Qaeda no Iraque." Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2015/01/estado-islamico-entenda-origem-do-grupo> "Estado Islâmico nasceu em 1999 e cresceu com guerras no Iraque e Síria" – Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/11/1706936-estado-islamico-nasceu-em-1999-e-cresceu-com-guerras-no-iraque-e-siria.shtml> Não obstante tais informações, alguns sites não citam ISIS, mas sim "Estado Islâmico do Iraque e do Levante", o que torna a questão confusa para ser resolvida, induzindo os candidatos a erro, veja-se a seguinte notícia: "O líder do 'Estado Islâmico' do Iraque, o clérigo Al Bagdadi, formatado pela sua passagem pelo cárcere de Camp Bucca e pela guerra, anunciou em 2013 a criação do 'Estado Islâmico' do Iraque e do Levante (Síria)" – Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/como-surgiu-o-estado-islamico-como-se-financia-e-quem-faz-vista-grossa/39659> Por fim, às informações do site Guia do Estudante traz que: "O Estado Islâmico – a mais poderosa organização extremista islâmica da atualidade –, foi criado em 2003, com o nome Al Qaeda no Iraque (AQI)." Cita somente que o mesmo foi alterado para a nomenclatura "Estado Islâmico do Iraque e do Levante" em 2013. – Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/conheca-a-origem-do-estado-islamico/> Sendo assim, solicita-se a anulação da questão por constar informações divergentes quando da criação do Estado islâmico.

RECURSO 21 – A questão solicita a alternativa INCORRETA sendo que o Gabarito

Provisório considerou a alternativa "A". Entretanto, em pesquisa realizada verifica-se que a Banca utilizou-se de informações retiradas do site "O GLOBO" e NÃO CITOU A FONTE para a alternativa "B". A mesma também pode ser considerada incorreta já que em vários outros sites constam outras datas de criação/fundação do ISIS, veja-se: "Também conhecido como Isis, sigla em inglês para Estado Islâmico do Iraque e da Síria, o Estado Islâmico (EI) é um grupo muçulmano extremista fundado em outubro de 2004 a partir do braço da Al Qaeda no Iraque." Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2015/01/estado-islamico-entenda-origem-do-grupo> "Estado Islâmico nasceu em 1999 e cresceu com guerras no Iraque e Síria" – Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/11/1706936-estado-islamico-nasceu-em-1999-e-cresceu-com-guerras-no-iraque-e-siria.shtml> Não obstante tais informações, alguns sites não citam ISIS, mas sim "Estado Islâmico do Iraque e do Levante", o que torna a questão confusa para ser resolvida, induzindo os candidatos a erro, veja-se a seguinte notícia: "O líder do 'Estado Islâmico' do Iraque, o clérigo Al Bagdadi, formatado pela sua passagem pelo cárcere de Camp Bucca e pela guerra, anunciou em 2013 a criação do 'Estado Islâmico' do Iraque e do Levante (Síria)" – Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/como-surgiu-o-estado-islamico-como-se-financia-e-quem-faz-vista-grossa/39659> Por fim, às informações do site Guia do Estudante traz que: "O Estado Islâmico – a mais poderosa organização extremista islâmica da atualidade –, foi criado em 2003, com o nome Al Qaeda no Iraque (AQI)." Cita somente que o mesmo foi alterado para a nomenclatura "Estado Islâmico do Iraque e do Levante" em 2013. – Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/conheca-a-origem-do-estado-islamico/> Sendo assim, solicita-se a anulação da questão por constar informações divergentes quando da criação do Estado islâmico.

RESPOSTA AO RECURSO: Há mais do que uma assertiva INCORRETA na questão. **Nesse sentido, a mesma deve ser invalidada.**

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
15	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p>RECURSO 01 – Fundamentação e Referência Bibliográfica: A questão 15 tem como tema a "Lei 10.741/2003 – Estatuto do Idoso", na qual pede-se para assinalar a alternativa incorreta, sendo que o gabarito provisório considerou a letra "D" como afirmativa correta. Quanto a alternativa "D", não há objeções, sendo notório a correta indicação do gabarito provisório. Contudo, deve ser realizado uma análise da alternativa "E", que assim afirma: E). "Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, são vedadas a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir". Contudo, cumpre esclarecer que, conforme dispõe o art. 40, § 1º, inc. II da Constituição Federal, qualquer servidor que complete 70 anos de idade, será, obrigatoriamente, submetido à aposentadoria compulsória, senão vejamos: "Art. 40. § 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003) II - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70</p>			

(setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 88, de 2015)" Nessa linha, conclui-se que, em outras palavras, a Constituição veda que seja admitido pessoa em cargo público com mais de 70 anos. Sendo assim, a afirmação proposta pela afirmativa "E" entra em contradição com o disposto na Constituição Federal. Afora isso, fica claro que o enunciado da letra "E" da questão 15, da forma que foi proposta, ao citar o termo "inclusive para concursos", não se coaduna com o disposto na Constituição. Portanto, insta destacar que, por exemplo, se uma pessoa com 70 anos é aprovada em concurso público, a mesma não poderá ser admitida para o cargo, por determinação do art. 40, § 1º, inc. II da Constituição Federal. Logo, isto significa que, "não" é vedado (ao contrário do que afirma a alternativa "E") estabelecer o limite de idade de 70 anos para admissão em concurso público, pois, caso o fosse, em uma eventual nomeação de pessoa em concurso público com 70 anos ou mais, a mesma seria automaticamente aposentada por força do art. 40 da Constituição. Conforme pode se verificar, o enunciado da alternativa "E" menciona ser vedada impor limite máximo de idade, quando, na verdade, o órgão público responsável pelo concurso deve limitar a idade a 70 anos, sendo assim, a afirmação da alínea "E" está incorreta. Em face dessa situação, constatamos que existem duas possíveis respostas para a questão 15, ou seja, as alternativas "D" e "E" são incorretas, evidenciando ser necessário promover a revisão do gabarito provisório. Diante das evidências apontadas, requer a avaliação com ponderação das justificativas apresentadas, de modo a promover, na questão 15, a sua anulação. Leandro Folador Cianorte – PR, 27 de Junho de 2017.

RESPOSTA AO RECURSO: No recurso em comento, deve-se atentar para o ENUNCIADO da questão, que assevera o candidato a assinalar a questão INCORRETA "ACERCA DA LEI 10.741/2003 – ESTATUTO DO IDOSO", portanto, trata-se de uma análise sob o ponto de vista do que dispõem o Estatuto (ver o que se pede no enunciado) e não em conjunto com a Constituição Federal. A apreciação deve ser feita com a interpretação restrita às disposições estatutárias da Lei 10.741/2003. A alternativa E está em consonância com o artigo 27 do referido Diploma Legal (Lei 10.741/2003). Tendo em vista que a análise da questão deve se dar de acordo com o seu enunciado, mantém-se o gabarito provisório. **Recurso não procede.**

CONHECIMENTO ESPECIFICO DO CARGO DE ANALISTA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
	(X) Manter	() Anular	() Alterar
23			
<p>RECURSO 01 – Fundamentação e Referência Bibliográfica: A questão 23 tem como tema a "Lei 8666/93 ", na qual pede-se para assinalar a alternativa correta, sendo que o gabarito provisório considerou a letra "D" como afirmativa correta. Quanto a alternativa "D" ser considerada correta, para afirmar com segurança essa afirmação, primeiramente, deve ser analisada cuidadosamente o art. 6 e 7 da Lei 8666/93, senão vejamos: Art. 60 para os fins desta Lei, considera-se: VIII - Execução indireta - a que o órgão ou entidade contrata com terceiros sob qualquer dos seguintes regimes: d) tarefa - quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com</p>			

ou sem fornecimento de materiais; Art. 6o Para os fins desta Lei, considera-se: IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos: a) desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza; b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem; c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução; d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução; e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso; f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados; Veja que, quando se busca na lei 8666/93 os critérios para se fazer uma obra, o art. 6, dos incisos "a" ao "f", trazem vários pré-requisitos complexos para sua efetiva execução. Já o art. 7, menciona ainda, ser obrigatório, nos casos de obras e serviços, o seguinte: Art. 7o As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência: I - projeto básico; II - projeto executivo; III - execução das obras e serviços. Sobre a matéria, não é à toa que esses critérios são exigidos nas obras, pois, caso assim não o fosse, poderia acarretar sérios riscos de segurança na construção de um prédio, por exemplo. O que deve ser ressaltado no caso de "obra", é que esse termo envolve alta complexidade e conhecimentos técnicos, o que não ocorre no caso de "tarefa". A tarefa, é utilizada para a prestação de serviços simples, tais como, retirada de entulho do local da obra, roçada de grama no local da obra, entre outros serviços simples. Geralmente, o que ocorre na prática, é que uma empreiteira de grande porte que vence a licitação para a obra principal, acaba terceirizando esses serviços pequenos de mão-de-obra através do regime de tarefa às empresas menores. Diante da leitura cuidadosa dos artigos 6 e 7, observa-se que o "enunciado" da alternativa realmente existe e está previsto na lei 8666/93, ou seja, a "tarefa e empreitada por preço unitário" são comumente previstos no art. 6. Contudo, o ponto que merece ter destaque na questão 23, é o seu enunciado, que assim dispõe: Questão 23: "Constituem-se regimes de execução indireta de {obras} e serviços". Ocorre que, o quesito "tarefa" não se enquadra com uma obra. Embora a alínea "d) " do art. 6 mencione que a tarefa seja uma "mão-de-obra para pequenos trabalhos", não se deve confundir a mão-de-obra com a OBRA propriamente dita. Isto porque, o regime de tarefa é utilizado para a execução de serviços simples, não sendo obrigatório o registro no CREA e tampouco a pré-existência

de Projeto Básico para sua realização. Já, em se tratando de OBRA, essa deve seguir todos os critérios elencados no inc. I do art. 7 da lei 8666/93, quais sejam, possuir projeto básico. Logo, pode se constatar que TAREFA não constitui um regime de execução indireta de OBRAS. A Obra requer um projeto básico, que só pode ser elaborado por profissional competente com registro no CREA, devendo ser efetuados estudos preliminares mais complexos para que um projeto seja executado. Já a TAREFA, na verdade, trata-se de pequenos trabalhos de mão-de-obra, não necessitando de projeto básico como o é nas OBRAS. A própria lei 8666/93, no art. 6, VIII, d, conceitua a tarefa, senão vejamos: art. 6, VIII, d, tarefa - quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais; Conforme pode se verificar, o enunciado da questão "23" mencionada quais são os regimes que podem ser executados indiretamente nos caso de obras e serviços, e o tarefa, não o é. Para que a afirmativa "D" seja realmente correta, teria que ser mudado estruturalmente o enunciado da questão 23, da seguinte forma: "Questão 23. Constituem-se regimes de execução indireta de serviços: (Exemplo Ilustrativo) " Repare que, foi retirado o termo " |obra" no nosso exemplo. Se a questão 23 tivesse sido colocado dessa forma, NESSE CASO ficaria óbvio que a afirmativa "D" seria correta, pois a "tarefa" é um regime somente para serviços, enquanto que a "empreitada por preço unitário" pode ser empregada; tanto para obra, quanto para serviço. A problemática da questão 23, é que foi juntado dois termos em um mesmo grupo, porém, esses termos possuem conceitos diferentes, conforme já mencionado no art. 6, VIII, d, tarefa – e no art. 6, VIII - b) empreitada por preço unitário. Esses dois conceitos devem ser analisados separadamente. Afóra isso, da forma como foi proposta a questão 23, constatamos que não existe nenhuma possível resposta para a mesma, tendo em vista que o conceito de "tarefa" não se coaduna com os requisitos obrigatórios quando tratamos do termo "obra", sendo, portanto, necessário promover a revisão do gabarito provisório. Assim, diante das evidências apontadas, requer a avaliação com ponderação das justificativas apresentadas, de modo a promover a anulação da questão 23. Cianorte – PR, 27 de junho de 2017.

RESPOSTA AO RECURSO: Apesar dos argumentos do(a) recorrente, a resposta à questão recorrida encontra fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, que instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública, a qual o fez nos seguintes termos:

"Art. 10. As **obras e serviços** poderão ser executados nas seguintes formas

I - execução direta;

II - execução indireta, nos seguintes regimes:

a) empreitada por preço global;

b) empreitada por preço unitário;

c) (Vetado).

d) **tarefa**;

e) empreitada integral".(destaques nossos)

Vê-se que a lei não restringe, como pretende o recorrente, a utilização do regime de tarefa apenas a serviços, mas refere-se, expressamente, a OBRAS e SERVIÇOS. Pode, portanto, ser empregado o regime de tarefa tanto para obra quanto para serviço, da mesma forma que a empreitada por preço unitário, por preço global ou integral.

Corroboram este entendimento o contido no Acórdão 1977/2013 do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU, Relator: VALMIR CAMPELO, de onde retiramos que: "(...) 9. A

Lei 8.666/1993 elenca os seguintes regimes de execução contratual: empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, tarefa ou empreitada integral. Pela letra da lei, não fica claro como e quando utilizar cada um dos regimes de execução por empreitada definidos pelo legislador. A escolha do regime de execução da obra não é decisão de livre arbítrio do gestor, visto que deve ser pautada pelo interesse público e estar sempre motivada, pois impactará as relações entre contratado e contratante, as medições do contrato firmado, seus aditivos, entre outros fatores relacionados à gestão do empreendimento contratado. Decorre desse entendimento a constatação de que não existe, em tese, um regime de execução melhor que outro, e sim um regime que, no caso concreto, melhor atende ao interesse público”.

Pelo exposto, deve ser mantido o gabarito provisório, que considera correta para a questão de número 23 a alternativa “D” – “tarefa e empreitada por preço unitário”.

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
	28	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular
<p>RECURSO 01 – A alternativa "B" também está incorreta na medida em que se tratando da Lei 10.520/2002 - Lei do Pregão, as contratações deverão ocorrer através de instrumento de contrato. No artigo 4º, Inciso XXII da Lei 10.520/02 fica claro: "XXII - homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido em edital; e...". Para que não haja o julgamento subjetivo e margem à dúvida pede-se a anulação da questão em tela.</p>			
<p>RECURSO 02 – Quanto a formalização dos contratos administrativos é incorreto afirmar que. Segundo o gabarito a resposta incorreta é a opção E, porém, esta opção está contemplada pelo ART 60 da lei 8666/93, Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato. Vale lembrar que a questão não menciona a lei 8666/93 para cobrar um texto exatamente igual como resposta, e sim trata-se de conceito, portanto todas as opções estão corretas.</p>			
<p>RECURSO 03 – Sr. Coordenador Geral e Comissão especial da Coordenadoria Geral de Concursos e Processos Seletivos – COGEPS - UNIOSTE Dayanne Marciane Gonçalves Szczepanik, ora recorrente, candidata à vaga de Analista de Licitações e Contratos para a Câmara Municipal de Guarapuava, conforme Edital 001/2017, inscrição de n. 3220, devidamente inscrita na OAB n. 42.162-PR, RG sob o n. 5.823.781-7, CPF n. 007.521.039-89, residente e domiciliada à Rua Coronel Lustosa, n. 2250, Ap.403, Cep: 85.015-340, vem por meio deste interpor RECURSO Contra a questão n. 28 da Prova aplicada ao cargo de Analista de Licitações e Contratos, tendo em vista ERRO passível de anulação, conforme a alternativa apontada como correta no Gabarito Provisório.</p> <p>1) PRELIMINAR EXPLICAÇÃO A questão n. 28 da prova aplicada ao cargo de Analista de Licitações e Contratos, apresenta a possibilidade de 2 (duas) alternativas corretas de acordo com o enunciado. Ou seja, a questão pede para que o candidato avalie a alternativa INCORRETA, a qual deveria apresentar apenas 1 opção de alternativa Incorreta. Entretanto, a questão traz 2 (duas) alternativas com o conteúdo incorreto. Razão pela qual se faz pertinente REQUERER A SUA ANULAÇÃO. A questão, ora em análise, apresenta o seguinte conteúdo: 28. Quanto à formalização dos contratos</p>			

administrativos, é INCORRETO afirmar que A. todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os seus representantes. B. o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços bem como nas dispensas e inexigibilidades, cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis. C. é permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção DE CÓPIA, mediante o pagamento dos emolumentos devidos. D. a Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação. E. TODOS, SEM EXCEÇÃO, serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato. O artigo 60 da Lei n. 8.666/93, no que se refere à alternativa E da questão n. 28, apresenta a seguinte redação: Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem. (grifo nosso). Ou seja, a alternativa E se encaixa no enunciado da questão n. 28, uma vez que existem exceções aos contratos e seu aditamento, conforme preceitua o art. 60 da Lei 8.666/93. A alternativa E da questão n. 28 está ERRADA/INCORRETA conforme pede o enunciado da referida questão. No entanto, a alternativa C também se encaixa como INCORRETA, uma vez que o artigo 63 da Lei n. 8.666/93 assim afirma: Art. 63. É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção de cópia autenticada, mediante o pagamento dos emolumentos devidos. A alternativa C fala apenas em CÓPIA, sem fazer referência a "autenticada", o que não está de acordo com a redação do artigo 63, e portanto, é, também, uma alternativa INCORRETA. Assim, diante o exposto, requer-se a ANULAÇÃO DA QUESTÃO 28 da prova aplicada aos candidatos ao cargo de Analista de Licitações e Contratos, referente ao concurso da Câmara Municipal de Guarapuava (Edital n. 001/2017), uma vez que apresenta a possibilidade de 2 (duas) alternativas INCORRETAS, de acordo com seu enunciado. 2) PEDIDOS Diante o exposto, e demonstrado o ERRO (2 alternativas possíveis para a resposta dos candidatos) da questão 28 (prova para o cargo de Analista de Licitações e Contratos), requer-se: a) A ANULAÇÃO DA QUESTÃO N. 28 da prova aplicada aos candidatos ao cargo de Analista de Licitações e Contratos, referente ao concurso da Câmara Municipal de Guarapuava (Edital n. 001/2017); b) O recebimento deste recurso, uma vez que se encontra dentro do prazo previsto; c) O deferimento para a anulação da questão n. 28, diante a fundamentação, baseada na Lei n. 8.666/93. Nestes Termos, pede deferimento. Guarapuava, 28 de Junho de 2017. Dayanne Marciane Gonçalves Szczepanik OAB 42.162

RECURSO 04 – A questão 28 possui duas alternativas incorretas, alternativas "B" e "E". A alternativa "B" dispõe o seguinte: "o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços bem como nas dispensas e inexigibilidades, cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação,

e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis". Pois bem! A alternativa em questão é dada como correta pela banca examinadora porque traz a transcrição literal do artigo 62, "caput", da Lei nº 8.666/93. CONTUDO, como o enunciado da questão e muito menos a alternativa "B", NÃO FAZ REFERÊNCIA direta ao artigo 62, "caput", da lei supramencionada, tem-se como decorrência lógica que a interpretação deva se dar sob uma análise ampla do diploma legal. E o § 4º, do artigo 62, da referida lei, destaca que: "É dispensável o termo de contrato e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica". Ou seja, o instrumento/termo de contrato NÃO É OBRIGATÓRIO em casos de concorrência, tomada de preços, dispensa ou inexigibilidade, INDEPENDENTEMENTE DO VALOR da contratação, diferentemente do que aponta a alternativa "B", nos casos de pronta entrega e que não dependam de obrigações futuras. Com efeito, é indiscutível que a alternativa "B" também deva ser considerada incorreta, pois a expressão "o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de (...)" NÃO É UMA VERDADE ABSOLUTA! A luz dessa ordem de ideias, a alternativa somente poderia ser considerada correta, se trouxesse referência direta ao artigo 62, "caput", da lei 8.666/92, ou se não tratasse a afirmação como uma unanimidade, inadvertidamente ignorando a excepcionalidade trazida pelo § 4º do mesmo artigo. Vejamos exemplos do que seria uma alternativa correta: "Segundo o artigo 62, "caput", da Lei 8.666/92, o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de (...)" "Via de regra, o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de (...)" "O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de (...), salvo exceções" Ou seja, uma vez que a própria lei 8.666/93 prevê a possibilidade de dispensa de instrumento de contrato ou termo de contrato – que é a mesmíssima coisa segundo a doutrina – nos casos de Concorrência Pública, Tomada de Preços, Dispensa e Inexigibilidade, independentemente do valor da contratação, tem-se que a anulação da questão 28, por existir duas alternativas incorretas, é medida que se impõe. Requer-se anulação.

RECURSO 05 – 28. Quanto à formalização dos contratos administrativos, é INCORRETO afirmar que: A.todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os seus representantes. B.o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços bem como nas dispensas e inexigibilidades, cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis. C.é permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção de cópia, mediante o pagamento dos emolumentos devidos. D.a Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação. E.todos, sem exceção, serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato. A alternativa apresenta com correta no Gabarito Preliminar a alternativa de letra " E", ocorre que na questão que há duas alternativas corretas que passo a fundamentar: A alternativa de letra "A" a mesma está correta conforme consta o artigo 61 da Lei 8.666.93, que traz " Art. 61. Todo contrato deve mencionar os

nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais. Alternativa de letra "B" a mesma está correta conforme consta o artigo 62 da Lei 8.666.93, que traz: Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. Alternativa de letra "C" a mesma está INCORRETA, conforme consta o artigo 63 da Lei 8.666.93 que traz: Art. 63. É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção de CÓPIA AUTENTICADA, mediante o pagamento dos emolumentos devidos. Conforme vemos na lei trata-se de cópia autenticada, esta deverá ser cobrada. Alternativa de letra "D" a mesma está correta conforme consta o artigo 64 da Lei 8.666.93 que traz: Art. 64. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta Lei. Alternativa de letra "E" a mesma está INCORRETA, conforme consta no artigo 60 da Lei 8.666.93 que traz: Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem. Deste modo, as alternativas que estariam corretas conforme o enunciado seria as letras "C" e "D", pois as mesmas apresenta-se com texto de forma incorreta, diante solicito a está Banca Examinadora, a avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a anulação/alteração de gabarito da questão.

RECURSO 06 – A questão 28 do Caderno de Prova Escrita (Objetiva), de 25 de junho de 2017, para o cargo de Analista de Licitações e contratos, que exigia a escolha da alternativa INCORRETA, deve ser anulada, visto que possui duas incorretas, como verá. A alternativa "E" foi a indicada pelo gabarito provisório. Todavia, a "B" também está incorreta. A alternativa em questão traz a letra seca do caput do art. 62 da Lei 8.666/93, a seguir transcrito: "Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço". Todavia, o § 4º do referido artigo excetua a regra do caput, estabelecendo que é dispensável o termo de contrato e que é facultada a substituição por outros instrumentos hábeis, a critério da Administração, independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica, como se verifica: "§ 4o É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da

Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica." Assim, ao se analisar a letra seca do caput do art. 62 isoladamente, ou seja, desacompanhado de seu parágrafo §4º, temos uma alternativa INCORRETA, assim como a "E". Com efeito, o instrumento de contrato não é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades, independentemente de seu valor, na hipótese do §4º do art. 62 da Lei 8.666/93. Diante disso, temos uma questão com duas alternativas, a "B" e a "E", razão pela qual requer a sua anulação.

RESPOSTA AO RECURSO: De fato, a alternativa "C" da questão nº 28 afirma que "é permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção de cópia, mediante o pagamento dos emolumentos devidos". Todavia, a lei geral de licitações e contratos (Lei nº 8.666/93), artigo 63, ao referir-se à obtenção de cópia, especifica que deva ser autenticada, o que pode ter induzido os candidatos a considerarem tal alternativa incorreta, pela falta do termo "autenticada". Além disso, no que se refere à alternativa "B", embora o caput do artigo 62 da Lei nº 8.666/93 imponha o termo de contrato nos casos de concorrência e tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades de valores compreendidos nos limites destas duas modalidades, seu parágrafo quarto dispensa o mesmo termo nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive relativas a assistência técnica, independentemente do valor. Não é, portanto, correto afirmar de forma absoluta que o instrumento de contrato é obrigatório em todos os casos de concorrência e de tomada de preços, tampouco de dispensas e inexigibilidades de valores compreendidos nos limites das duas modalidades supracitadas.

Impõe-se, pelos motivos acima, a anulação da questão número 28, tendo em vista mais de uma alternativa INCORRETA.

CONHECIMENTO ESPECIFICO DO CARGO DE ANALISTA LEGISLATIVO

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
18	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p>RECURSO 01 – Questão 18. Onde se lê: Segundo o artigo 61 da Constituição Federal, está somente poderá ser emendada mediante proposta: O correto seria segundo o artigo 60 da Constituição federal, está somente poderá ser emendada mediante proposta: Apesar da resposta estar correta no gabarito, a questão deve ser anulada pelo erro na questão causando assim, confusão ao candidato. Assim, requer a avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a anulação da questão.</p>			
<p>RECURSO 02 – Solicito a anulação da questão 18. A questão apresenta, em seu enunciado que "Segundo o Art. 61 da Constituição Federal, esta somente poderá ser emendada mediante proposta". Contudo, o Art. 61 trata das leis e o Art. 60 é que trata da Emenda à Constituição. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm</p>			

RECURSO 03 – A questão 18, refere-se expressamente ao art. 61 da Constituição Federal, fundamentando que o artigo refere-se sobre as emendas a Constituição Federal, todavia o artigo que trata de emenda a Constituição Federal é o art. 60 conforme segue, "Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: (...) III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros. " Assim, o art. 61, não se refere-se as emendas Constituição e sim às iniciativas de lei, conforme segue "Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. " Deste modo pelo enunciado contrariar diretamente o texto Constitucional, deverá ser anulada a questão.

RECURSO 04 – A questão 18 deve ser anulada, pois está eivada de vícios em seu enunciado, tendo em vista que na literalidade do seu enunciado pede que o candidato marque a alternativa segundo o que dispõe o artigo 61 da Constituição Federal, no entanto, todas as alternativas apresentadas não condiz com o referido artigo, sendo assim, entendo que fui induzida a erro (pegadinha) eis que na questão não há alternativa que faça referência ao artigo 61 da CF, nesse sentido veja o referido artigo: Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. § 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas; II - disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração; b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios; c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998) d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios; e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001) f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998) § 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

RECURSO 05 – O cabeçalho (18. Segundo o "Art. 61" da Constituição Federal, esta somente poderá ser emendada mediante proposta:) Resposta (C. de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.) Conforme Gabarito provisório. Subseção II Da Emenda à Constituição "Art. 60." A Constituição poderá ser emendada

mediante proposta: (...) III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros. Pergunta apresenta erro quando referencia os artigos.

RECURSO 06 – Segundo o Art. 61 da Constituição Federal, esta somente poderá ser emendada mediante proposta: A. de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal. B. do Presidente da Câmara de Deputados. C. de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros. D. por decisão do Senado Federal, com aprovação de um terço dos membros da Câmara dos Deputados. E. em virtude de sentença judicial transitada em julgado. Pede-se reconsideração quanto a esta questão sendo que em hipótese alguma o referido artigo nem de forma clara, nem de forma genérica mostra como certa a seguinte questão. Segue artigo anexo. Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. § 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas; II - disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração; b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios; c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios; e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. § 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

RECURSO 07 – Com relação a questão, encaminho transcrição do Artigo 61 CF: "Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. § 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas; II - disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração; b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios; c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998); d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública

dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios; e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001); f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998); § 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles. " Portanto cabe ressaltar que a resposta da questão sobre letra "c" ou qualquer ou letra não contempla a referida questão, pois conforme o artigo acima a resposta é inválida. Portanto solicito a anulação da referida questão. Obrigado.

RECURSO 08 – O Enunciado da questão remete ao Art. 61 da Constituição Federal. O gabarito preliminar considerou a alternativa "C" como correta. Ocorre que alternativa considerada como correta é exatamente o texto do inciso III do Art. 60 da Constituição Federal, havendo, portanto, erro material na elaboração da questão, levando esta candidata a dar interpretação diversa e conseqüentemente prejudicando a sua resposta. Assim, requer da Banca Examinadora a avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a anulação da questão.

RECURSO 09 – No enunciado desta questão nº 18, consagra que "Segundo o art. 61 da Constituição Federal (...)" Ocorre que a alternativa trazida como correta, letra C, é cópia "ipsis litteris" do artigo 60 da Constituição Federal e não do art. 61, logo verifica-se que houve um equívoco no momento da digitação e/ou elaboração da questão. Senão vejamos o artigo 60 da CF/88: Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: (...) III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros. Diante do exposto, requer seja considerada nula a questão supra, tendo em vista que houve um erro ou de digitação da questão, ou do formulação da mesma, o que induziu o candidato a erro.

RECURSO 10 – O enunciado da questão está expresso artigo 61 da CF, o qual trata sobre a iniciativa das leis complementares e ordinárias, no entanto, no final do enunciado fala sobre proposta de emendas, a qual está prevista no artigo 60 da CF. O equívoco está na referência de um artigo, porém desejando a resposta que se encontra em outro. Embora seja um erro quanto ao número do artigo, mas tal equívoco pode induzir a marcação da alternativa incorreta. Dessa forma, requer que seja atribuída nota quanto a questão.

RECURSO 11 – O artigo no qual se enquadra a resposta considerada como correta por esta banca examinadora refere-se ao artigo 60 e não 61 conforme o enunciado da questão, dessa forma, compreende-se que não havia resposta correta para a questão.

RECURSO 12 – O Enunciado da questão remete ao Art. 61 da Constituição Federal. O gabarito preliminar considerou a alternativa "C" como correta. Ocorre que alternativa considerada como correta é exatamente o texto do inciso III do Art. 60 da Constituição Federal, havendo, portanto, erro material na elaboração da questão, levando esta candidata a dar interpretação diversa e conseqüentemente prejudicando a sua resposta. Assim, requer da Banca Examinadora a avaliação das ponderações

apresentadas, de modo a promover a anulação da questão.
RECURSO 13 – A resposta da questão 18 se encontra disposta no artigo 60, III, da C.F e não no artigo 61, conforme disposto no enunciado da questão. Assim sendo, totalmente plausível a anulação da referida.
RESPOSTA AO RECURSO: Recurso procede. Invalizar questão.

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
19	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p>RECURSO 01 – A referida questão 19, afirma que a opção “b”, está correta, todavia ao analisar verificamos que a letra “c”, uma vez que é vedado o acesso aos estrangeiros NÃO naturalizados, tendo em vista que o art. 37, inciso I, trata-se de uma norma de eficácia contida, e não há qualquer lei, que regulamente o acesso de estrangeiros de modo universal, salvo em universidades públicas, conforme jurisprudência do STF, conforme segue, EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ESTRANGEIRO. ACESSO AO SERVIÇO PÚBLICO. ARTIGO 37, I, DA CB/88. O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil [redação após a EC 19/98], consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não autoaplicável. Precedentes. Agravo regimental a que se dá provimento” (RE 544.655-AgR, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJe 10.10.2008 – grifos nossos). “EMENTA: RECURSO. Embargos de declaração. Caráter infringente. Embargos recebidos como agravo. Professor estrangeiro. Contratação. Pretensão de acesso ao Regime Jurídico Único. Vedação por força do art. 37, I, da Constituição Federal. EC nº 19/88, que acrescentou os §§ 1º e 2º, ao art. 207, da Carta da República. Eficácia limitada, porque dependentes de normatividade ulterior Jurisprudência assentada. Ausência de razões novas. Decisão mantida. Agravo regimental improvido. Nega-se provimento a agravo regimental tendente a impugnar, sem razões novas, decisão fundada em jurisprudência assente na Corte” (RE 342.459-ED, Rel. Min. Cezar Peluso, Primeira Turma, DJ 23.6.2006 – grifos nossos). Diante o concurso em âmbito municipal, não verificamos qualquer regulamentação a estrangeiros, tendo em vista não ser competência exclusiva a União a edição da lei, deste modo a opção da letra “c”, ao afirmar que é vedado ao estrangeiro acesso cargos e funções públicas, é verdadeira, tendo em vista a inexistência de lei no âmbito municipal, regulamentando a norma de eficácia contida na Constituição Federal, deste modo deve ser anulada a questão por haver duas questões possíveis.</p>			
RESPOSTA AO RECURSO: Mantem-se a questão por expressa previsão no texto legal.			

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
20	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p>RECURSO 01 – A alternativa (C) está correta também, pois a soberania federativa é um princípio, estabelecido pela Constituição Federal, artigo 1º, inciso I. Assim, a soberania permite que Estados e Municípios se auto organizem, em vista da autonomia administrativa e financeira que possuem. Dessa forma, requer que a alternativa</p>			

marcada (C), também seja atribuída a devida nota.

RESPOSTA AO RECURSO: pela previsão no texto legal.

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
21	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
RECURSO 01 – Questão ambígua e mal formulada e que não apresenta resposta certa. vejamos, a resposta considerada como certa pela banca afirma que administração pública pode firmar contrato com o particular ou outra entidade administrativa para a consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria administração .O que não está correto, pois, a administração deve seguir condições estabelecidas pela Constituição Federal e Pela Lei de Licitações, nao por mera liberalidade da Administração e sim pra atender o interesse público, assim, a contratação deve seguir a condicionante lei, não condicionantes da própria administração. O controle imposto pela Lei de Licitações visa proporcionar que o administrador atue em harmonia com os princípios que norteiam a sua atividade e busque, na contratação de bens de serviços, a proposta mais vantajosa, de modo a evidenciar o interesse público.			
RESPOSTA AO RECURSO: Mantém a questão, por ser a administração que estabelece as condições desta contratação.			

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
25	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
RECURSO 01 – A questão trata sobre a competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, matéria regulada especificamente pelo artigo 23 da Constituição Federal. E nenhuma das alternativas da questão encontra-se nos incisos do referido artigo. O gabarito da questão informado pela Banca Organizadora é a alternativa (E), a qual trata de vedações dos entes informados e não sobre competências, da mesma forma não se encontra no artigo 23, CF, sobre competência comum dos entes, muitos menos nos incisos do artigo 19, CF, o qual dispõe sobre as vedações. Dessa forma, requer que seja atribuída a devida nota da questão.			
Pelo gabarito divulgado no dia 26/06/17, consta como correta a letra C,ou seja, deve-se cobrar imposto sobre templos e qualquer culto. Porém segundo art 150, consta o seguinte: Inciso VI do Artigo 150 da Constituição Federal de 1988 Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993) a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; b) templos de qualquer culto; Portanto discordo da organização considerar como correta a letra C			
RESPOSTA AO RECURSO: Resposta da questão é o texto da CF/88.			

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
26	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
RECURSO 01 – As questões número 26 e 29 são iguais, foi informado pelo fiscal da sala			

que fosse deixada em branco, pois seria cancelada e atribuído notas para todos.	
RECURSO 02 – 26 Questão igual a 29 questão.	
RECURSO 03 – A referida questão está repetida no caderno de provas, está repetida conforme verifica-se com a questão de nº 29, deste modo diante a afronta diretamente ao edital, em seu art. 30, que prevê que serão 30 questões no valor máximo de 100 pontos, deverá SER ANULADO A PRESENTE PROVA, por contrariar diretamente o edital, tendo em vista não conter o número mínimo de questões propostos no edital, o que fere frontalmente o princípio da vinculação dos atos administrativos, uma vez que o prosseguimento do referido certame fere diretamente o princípio da igualdade entre os candidatos, tendo em vista fere o edital e a prova não é 100 % (cem por cento), inédita, o que desfavorece os candidatos. SUCESSIVAMENTE, caso não seja o entendimento por não anular a prova do certame, querer a anulação da QUESTÃO 29 E QUESTÃO 26, por ambas serem idênticas.	
RECURSO 04 – A questão 29 e 26 estão duplicadas.	
RECURSO 05 – boa tarde, em meu caderno de provas as questões 26 e 29 são idênticas! favor observar e tomar as medidas corretas.	
RECURSO 06 – Com relação a questão, peço a anulação da questão, tendo em vista a duplicidade da pergunta sob o nº 29, por assim, o inscrito poder deliberar a questão alternadamente assim poder auferir acerto. Portanto solicito a anulação da questão conforme descrição acima, como também da questão 29. Obrigado.	
RECURSO 07 – A questão em tela merece ser anulada, bem como a questão 29 haja vista estarem em duplicidade, o que trouxe prejuízos a esta candidata e certamente a outros candidatos na medida em houve perda na pontuação também em duplicidade. O Edital prevê a quantidade de 30 questões para a prova, entendo que as mesmas devem ser distintas. Manter duas questões iguais certamente prejudica a isonomia da seleção pública, uma vez que favorece candidatos que acertaram ambas prejudicando aqueles que erraram duplamente como no meu caso, ferindo a igualdade de oportunidade aos participantes. Assim, requer da Banca Examinadora a avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a anulação das questões.	
RECURSO 08 – A questão em tela merece ser anulada, bem como a questão 29 haja vista estarem em duplicidade, o que trouxe prejuízos a esta candidata e certamente a outros candidatos na medida em houve perda na pontuação também em duplicidade. O Edital prevê a quantidade de 30 questões para a prova, entendo que as mesmas devem ser distintas. Manter duas questões iguais certamente prejudica a isonomia da seleção pública, uma vez que favorece candidatos que acertaram ambas prejudicando aqueles que erraram duplamente como no meu caso, ferindo a igualdade de oportunidade aos participantes. Assim, requer da Banca Examinadora a avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a anulação das questões.	
RESPOSTA AO RECURSO: Recurso procede. Anular a questão.	

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
27	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
RECURSO 01 – A questão 27 deve ser anulada, uma vez que o seu enunciado pede			

para que o candidato marque a alternativa incorreta, sendo que o gabarito apresenta a alternativa da letra "e", no entanto, a letra "d" também está incorreta, pois, o artigo 78 da Lei Orgânica do Município dispõe que: "O Município poderá instituir contribuição de seus servidores para o custeio, em benefício destes de sistemas de previdências e assistência social." Assim, a alternativa da letra "d" faz referência dos sistemas de previdências e assistência social, veja, a letra de lei determina que o município poderá instituir contribuições de sistemas de previdências e não dos sistemas de previdências, eis que ao fazer referências dos sistemas pode ser dos já existentes inclusive fora da municipalidade, é importante ressaltar que as preposições ao ligarem palavras ou orações estabelecem determinados valores semânticos, ou seja, há relevante diferença ao utilizar a preposição dos quando a lei utiliza a preposição de.

RECURSO 02 – A questão 27 merece ser anulada, pois há um equívoco na assertiva considerada como certa, qual seja, a letra e. A questão pede para marcar a alternativa incorreta. A assertiva e está assim descrita: "E. um percentual não inferior a 2% (dois por cento) dos cargos e empregos do Município será destinado a pessoas portadoras de deficiência, devendo os critérios para seu preenchimento ser definidos em lei estadual." Analisando a lei orgânica do município de Guarapuava, verifica-se que em seu artigo 76, está assim disposto: Um percentual não inferior a 2% (dois por cento) dos cargos e empregos do Município será destinado a pessoas portadoras de deficiência, devendo os critérios para seu preenchimento ser definidos em lei municipal." Por cento que a banca considerou a alternativa e incorreta, por constar o termo estadual ao invés de municipal, como grifado acima. No entanto, o STF já decidiu, em ação direta de inconstitucionalidade, que a competência para legislar sobre direito civil é competência privativa da União. Senão vejamos: Ementa: AGRADO REGIMENTAL EM AGRADO DE INSTRUMENTO. DIREITO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA. LEI ESTADUAL 4.049/2002. ESTACIONAMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS. GRATUIDADE AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA E AOS MAIORES DE SESSENTA E CINCO ANOS. VIOLAÇÃO AO ART. 22, I, DA CONSTITUIÇÃO. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO CIVIL. AGRADO IMPROVIDO. I ? A Lei estadual 4.049/2002, ao prever a gratuidade de todos os estacionamentos situados no Estado do Rio de Janeiro aos portadores de deficiência e aos maiores de sessenta e cinco anos, proprietários de automóveis, violou o art. 22, I, da Constituição Federal. Verifica-se, no caso, a inconstitucionalidade formal da mencionada lei, pois a competência para legislar sobre direito civil é privativa da União. Precedentes. II ? Agravo regimental improvido.(AI 742679; Segunda Turma; Relator: Min Ricardo Lewandowski; Data de Julgamento: 27/09/11). Assim, em que pese ser letra da lei orgânica, o município não tem competência para legislar sobre pessoas portadoras de deficiência, que são abarcadas pelo Direito Civil. Desta forma, a questão induz o candidato a erro, motivo pelo qual, ante a sua imprecisão, que é característica fundamental de questões objetivas em um concurso, deve ser anulada. Termos em que, pede deferimento.

RECURSO 03 – A questão tem como tema o plano de cargos e salários do serviço público municipal. O gabarito provisório considerou como certa a alternativa C. Ocorre que, o enunciado da questão faz referência ao serviço público municipal de maneira genérica, sem apontar qual especificamente ou a Lei Orgânica de qual município. A Constituição Federal, lei maior que trata sobre o cargos e salários do

serviço público municipal, prevê no inciso V do art. 115, após nova redação dada pela Emenda Constitucional de n.º 21 de 14 de fevereiro de 2.006 que: "as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento". Ou seja, a Constituição Federal norteadora do serviço público municipal não dispõe sobre percentual mínimo de cargos em comissão a ser ocupados por servidores de carreira. Dessa forma, em que pese a brilhante composição desta Banca, requer a ponderação de que, é nítida a existência de erro material, pois se a intenção é referir-se de maneira específica ao serviço público do Município de Guarapuava, deveria dispor expressamente ou ao menos fazer remissão a sua Lei Orgânica, onde é previsto tais peculiaridades deste município, sob pena de a melhor interpretação estar relacionada ao serviço público de maneira genérica e não específica. Assim, requer a avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a alteração do gabarito ou anulação da questão.

RESPOSTA AO RECURSO: Recurso procede. Anular a questão.

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
29	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
RECURSO 01 – As questões número 26 e 29 são iguais, foi informado pelo fiscal da sala que fosse deixada em branco, pois seria cancelada e atribuído notas para todos.			
RECURSO 02 – 29 QUESTÃO É IGUAL A 26 QUESTÃO.			
RECURSO 03 – A referida questão está repetida no caderno de provas, está repetida conforme verifica-se com a questão de nº 26, deste modo diante a afronta diretamente ao edital, em seu art. 30, que prevê que serão 30 questões no valor máximo de 100 pontos, deverá SER ANULADO A PRESENTE PROVA, por contrariar diretamente o edital, tendo em vista não conter o número mínimo de questões propostos no edital, o que fere frontalmente o princípio da vinculação dos atos administrativos, uma vez que o prosseguimento do referido certame fere diretamente o princípio da igualdade entre os candidatos, tendo em vista fere o edital e a prova não é 100 % (cem por cento), inédita, o que desfavorece os candidatos. SUCESSIVAMENTE, caso não seja o entendimento por não anular a prova do certame, querer a anulação da QUESTÃO 29 E QUESTÃO 26, por ambas serem idênticas.			
RECURSO 04 – existem mais de uma resposta incorreta.			
Com relação a questão, peço a anulação da questão, tendo em vista a duplicidade da pergunta sob o nº 26, por assim, o inscrito poder deliberar a questão alternadamente assim poder auferir acerto. Portanto solicito a anulação da questão conforme descrição acima, como também da questão 29. Obrigado.			
A questão 29 e 26 estão duplicadas			
RESPOSTA AO RECURSO: Recurso procede. Anular a questão.			

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
30	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
RECURSO 01 – Quanto aos princípios da administração pública direta e indireta, é			

<p>INCORRETO afirmar que: Resposta no gabarito: b) são os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A questão deve ser anulada pois segundo o artigo 37 da Constituição Federal esses são os princípios da administração pública direta e indireta. Então onde se lê: é INCORRETO afirmar que, deveria ser é CORRETO afirmar que. Assim, requer a avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a anulação da questão.</p>
<p>RECURSO 02 - Colenda Banca do Concurso Público- UNIOESTE. A questão nº 30 aduz: "Quanto aos princípios da administração pública direta e indireta, é INCORRETO afirmar que A. são os da legalidade, impessoalidade, objetividade, publicidade e eficiência. B. são os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. C. são os da legalidade, impessoalidade, moralidade, objetividade e publicidade. D. são os da legalidade, impessoalidade, moralidade, transparência e publicidade. E. são os da legalidade, impessoalidade, transparência, publicidade e eficiência. Pelo gabarito preliminar foi considerada a alternativa "B". A questão cobrou do candidato a alternativa INCORRETA. Entretanto, a alternativa "B" (são os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) contém princípios elencados no artigo 37 da Constituição Federal. Ou seja, são princípios CORRETOS e não INCORRETOS. Diante do exposto, requer-se: 1) A anulação da questão nº 30. Nestes termos, Pede Deferimento.</p>
<p>RECURSO 03 - Todas as opções de respostas são princípios da administração pública direta e indireta, não existe nenhuma incorreta.</p>
<p>RECURSO 04 - Na questão pede-se para marcar a alternativa INCORRETA mais Segundo o artigo 37 da Constituição Federal: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sendo assim a alternativa B é CORRETA ao invés de INCORRETA, portanto venho respeitosamente pedir a anulação da mesma.</p>
<p>RECURSO 05 - Solicito a anulação da questão 30. A questão solicitou, em seu enunciado, que o candidato assinalasse a alternativa incorreta referente aos princípios da administração pública direta e indireta. O gabarito considerou a afirmativa "B" que apresenta: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Contudo, essa alternativa é uma resposta CORRETA, pois, conforme Art. 37. da CF: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência". http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm</p>
<p>RECURSO 06 - As opções "A", "C", "D" e "E", estão INCORRETAS. "A" - objetividade, não faz parte dos princípios. "C" - Objetividade, não faz parte dos princípios. "D" - transparência, não faz parte dos princípios. "E" - transparência, não faz parte dos princípios.</p>
<p>RECURSO 07 - A questão 30 deve ser anulada, tendo em vista que o enunciado afirma que é INCORRETO, afirmar sobre os princípios da administração pública, informando os princípios, dado como correta a questão correta a letra "b", todavia ao verificar que quanto ao princípio da Administração Pública é correto afirmar que são os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme art. 37 da Constituição Federal. Deste modo quando o enunciado afirma que é errada (INCORRETA) que os princípios acima elencados estão errados, ou seja, que aqueles</p>

princípios elencados na questão da letra "b", não são princípios da Administração Pública direta e indireta, contraria diretamente a Constituição federal, em seu art. 37. Deste modo requer a anulação da questão, por não haver resposta correta no presente questão.

RECURSO 08 - A questão nº 30, deve ser anulada, tendo em vista que em seu enunciado pede que o candidato marque a alternativa INCORRETA, pois bem, nas alternativas apresentadas tem quatro incorretas e uma correta, sendo que o gabarito aponta a alternativa correta, frise-se o enunciado pede a INCORRETA, sendo assim, é medida que se impõe a sua anulação.

RECURSO 09 - Diz a questão: Quanto aos princípios da administração pública direta e indireta, é INCORRETO, no sentido de que tais princípios não correspondem a administração. Porque segundo o artigo 37 da Constituição Federal: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Sendo assim, a letra "B" está correta e não INCORRETA como pede o enunciado.

RECURSO 10 - impugna-se a questão nº 30, uma vez que não há resposta correta. O gabarito provisório assinalou como alternativa correta a ser marcada a alternativa B., no entanto, o enunciado impõe que se marque a alternativa INCORRETA. Com exceção da alternativa B, que está correta, todas as demais alternativas estão INCORRETAS. Segundo a Constituição Federal, art. 37 caput, são princípios da Administração Pública direta e indireta a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, vejamos: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: " Portanto, a única alternativa que não poderia ser marcada como errada é a alternativa B, contrapondo-se totalmente ao gabarito provisório. Já todas as demais alternativas (A, C, D, E) estão incorretas, sendo impossível exigir que o concursando opte por uma única incorreta. Ante o exposto, requer que seja anulada a questão nº 30, considerando a pluralidade de alternativas "incorretas" a serem marcadas, uma vez que o enunciado pede para que seja marcada a alternativa INCORRETA.

RECURSO 11 - O enunciado foi elaborado de forma equivocada, ao invés de solicitar que se assinale a alternativa incorreta deveria solicitar a correta.

RECURSO 12 - existem mais de uma resposta incorreta.

RECURSO 13 - 30. Quanto aos princípios da administração pública direta e indireta, é INCORRETO afirmar que A. são os da legalidade, impessoalidade, objetividade, publicidade e eficiência. B. são os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. C. são os da legalidade, impessoalidade, moralidade, objetividade e publicidade. D. são os da legalidade, impessoalidade, moralidade, transparência e publicidade. E. são os da legalidade, impessoalidade, transparência, publicidade e eficiência. Pede-se reconsideração e anulação quanto a seguinte questão, porque a questão pede a alternativa INCORRETA. e de acordo com artigo 37 da constituição em anexo explicita os princípios em que se pede na questão . art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade,

impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

RECURSO 14 - Com relação a questão, peço a anulação do mesmo, tendo em vista que a transcrição da pergunta, pede o "incorreto", e a questão possui quatro alternativas incorretas. Portando solicito a anulação da questão conforme descrição acima. Obrigado.

RECURSO 15 - O enunciado da questão está da seguinte maneira: Quanto aos princípios da administração pública direta e indireta é INCORRETO afirmar que: A questão dada como correta pelo gabarito provisório a assertiva seria "B", senão vejamos: "B". São os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Princípios constitucionais da Administração Pública são a base norteadora, auxiliam na construção de leis e jurisprudências. Sem esses princípios na administração pública o ato se tornará nulo. Princípios, neste sentido são os alicerces da ciência. A Constituição Federal, em seu artigo 37 estabelece cinco princípios básicos e submetem a administração pública direta e indireta, vejamos: Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. São estes os princípios que são o eixo da administração pública, pois estão expostos na carta magna. LEGALIDADE O princípio da legalidade manifesta que administração pública pode só fazer o que está em lei, se ocorrer excesso ou praticar algo ilegal ocorrerá a nulidade do ato. Helly Lopes Meirelles leciona que "a legalidade, como princípio de administração significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e as exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso". (1998, p.67). IMPESSOALIDADE. Os atos administrativos devem ser imparciais, inibindo quaisquer tipos de privilégios, interesses e discriminações, e assegura a defesa do interesse público sobre o privado. Os atos do administrador não são necessariamente deste e sim da administração, devendo todas as realizações serem atribuídas ao ente estatal que o promove. Desta feita, entende-se que os atos não são necessariamente do agente, mas sim da administração, sendo desta todo o crédito. Na carta Magna, no artigo 37 é cristalina lição, veja-se: § 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. Em função desse princípio, é que se exige os concursos públicos, para cargo ou carreira pública. MORALIDADE O princípio da moralidade não está ligado à consciência do agente e sim ao conjunto de regras que podem ser observadas dentro de toda a administração pública, portanto é extraído da administração. Pelo princípio da moralidade administrativa, não bastará ao administrador o cumprimento da estrita legalidade, ele deverá respeitar os princípios éticos de razoabilidade e justiça, pois a moralidade constitui pressuposto de validade de todo ato administrativo praticado (MORAES, 2005, p. 296). PUBLICIDADE É o princípio que manifesta a imposição da administração em divulgar seus atos. Os atos são divulgados no diário oficial (União, estadual ou municipal) como a obrigação constante na lei em garantir a transparência da administração dando conhecimento generalizado e produzindo seus efeitos jurídicos. É necessário que os atos e decisões

tomados sejam devidamente publicados para o conhecimento de todos, o sigilo só é permitido em casos de segurança nacional. É necessário que eles sejam publicados e divulgados, e assim possam iniciar a ter seus efeitos, auferindo eficácia ao termo exposto. EFICIÊNCIA Este princípio zela pela "boa administração", aquela que consiga atender aos anseios na sociedade, consiga de modo legal atingir resultados positivos e satisfatórios, como o próprio nome já faz referência, ser eficiente. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em se desempenhar apenas com uma legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento as necessidades da comunidade e de seus membros. " A eficiência é uma característica que faz com que o agente público consiga atingir resultados positivos, garantindo à sociedade uma real efetivação dos propósitos necessários, como por exemplo, saúde, qualidade de vida, educação, etc. CONCLUSÃO Os princípios são as garantias fundamentais. Neste entendimento, o enunciado da questão está incorreto, visto que a assertiva apresentada pelo gabarito como correta "B", é a cópia fiel do princípios elencados nos artigo 37 da CF. A única assertiva que poderia ser dada como incorreta para a questão seria assertiva "E", onde não existe o princípio básico da moralidade, senão vejamos: "E" são os da legalidade, impessoalidade, transparência, publicidade e eficiência. Por fim, o gabarito deve ser alterado para a assertiva de letra "E", visto que vai totalmente em desfavor ao artigo 37 da Constituição Federal. Posto que Princípios não podem ser restringidos. Devendo a pontuação da questão ser atribuída a pontuação da prova deste candidato, ou ainda ser anulada a questão e atribuída a pontuação a prova deste candidato recorrente. Nestes termos, pede deferimento. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS Constituição Federal, 2017. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm CRETELLA, Júnior, José. Curso de Direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1986. PIETRO, Maria Sylvia Zanella de. Direito Administrativo, 22 ed,Ed Atlas,,São Paulo, 2009 MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros,1998. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2005.

RECURSO 16 - Recurso Marco Antonio de Lima, CPF nº 512.340.929-72, RG. 1.367.708-5/PR inscrito no concurso público da Câmara Municipal de Guarapuava-PR, sob nº 3677, cargo de Analista Legislativo, realizado no dia 25 p.passado, vem a través do presente apresentar o seguinte RECURSO contra a divulgação do gabarito: Referente a questão nº 30 foi comunicado no decorrer da prova por parte dos fiscais que encontravam-se na sala que a questão estaria prejudicada, pois a palavra INCORRETO deveria ser CORRETO, e que não precisaria sequer preencher o gabarito, pois vejamos a situação: 30. Quanto aos princípios da administração pública direta e indireta, é INCORRETO afirmar que A. são os da legalidade, impessoalidade, objetividade, publicidade e eficiência. B. são os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. C. são os da legalidade, impessoalidade, moralidade, objetividade e publicidade. D. são os da legalidade, impessoalidade, moralidade, transparência e publicidade. E. são os da legalidade, impessoalidade, transparência, publicidade e eficiência. Diante disso, e observando a questão nº 24 que pede a mesma coisa, exceto, muda a palavra INCORRETO para CORRETO, solicito a anulação da referida questão.

RECURSO 17 - enunciado da questão indica para que o candidato assinale a

<p>alternativa "INCORRETA" em relação aos princípios da administração pública direta e indireta. O Gabarito preliminar considerou erroneamente a alternativa "B". Ademais há a existência de duas respostas corretas para o enunciado da questão, o que viola o disposto no edital que prevê a existência de uma única resposta correta para cada questão. Assim, requer da Banca Examinadora a avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a anulação da questão.</p>
<p>RECURSO 18 - Questão 30: Referida questão traz o seguinte enunciado: "Quanto aos princípios da administração pública direta e indireta, é INCORRETO afirmar que", sendo que como resposta o gabarito provisório trouxe a assertiva "b", a qual diz: "são os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência". Assim, o que se verifica é que o enunciado da questão possui erro quando pediu para indicar a assertiva INCORRETA, vez que se assim for, as alternativas "a", "c", "d" e "e" são passíveis de indicação. Portanto, a única forma de ser a alternativa "b" seria se o enunciado tivesse pedido para indicar a assertiva CORRETA. Concluindo, não havendo possibilidade de se alterar o contido no enunciado da questão, não é possível se aceitar como resposta a assertiva "b", bem como ao se tornar impossível de se alterar para outra assertiva (pois as demais alternativas estariam corretas), a anulação da questão 30 é medida que se requer e espera.</p>
<p>RECURSO 19 - A questão fala para assinalar a INCORRETA, e a alternativa (b), é a correta, conforme o disposto do artigo 37 da CF, dessa forma todas as demais estão erradas, sendo assim, o enunciado deveria colocar marque a correta. Marquei a alternativa (A), sem olhar as demais pois sabia que estava incorreta. Dessa forma, tal questão é passível de anulação, pelo equívoco de colocar INCORRETO, quando deveria ser posto marque a alternativa Correta.</p>
<p>RECURSO 20 - A questão está incorretamente formulada, visto que a resposta considerada como correta pela banca examinadora refere-se a afirmativa correta e não incorreta conforme o enunciado da questão.</p>
<p>RESPOSTA AO RECURSO: Recurso procede. Anular a questão.</p>

PORTUGUÊS NIVEL MÉDIO

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
02	(X) Manter	() Anular	() Alterar
<p>RECURSO 01 – Segundo o texto: "Qualquer cidadão que vai a polícia prestar declarações que possam ajuda-la numa diligencia (apelido que eles puseram no ato de investigar), é logo apelidada de testemunha chave. Suspeito é mister x, advogado é causídico, soldado é militar". Pois bem, a opção que NÃO seria a usada pelo repórter é a opção C (Usa diligencia para investigar). Pois, segundo o texto, a diligência foi apenas um apelido que utilizaram para investigar, e não uma substituição da palavra. As outras opções têm a letra é ligando, ou afirmando a substituição do significado, EX: Suspeito é mister x, advogado é causídico, soldado é militar. No entanto, não está descrito no texto, que diligência é investigar, por esse motivo, solicito que seja anulada ou alterada para opção c a resposta correta.</p>			
<p>RECURSO 02 – A alternativa C também seria possível, visto que no texto a interpretação da a entender que o termo diligência é usado pelo policiais. trecho: "apelido que eles</p>			

puseram no ato de investigar" o termo eles da a entender e retoma policiais, desta forma torna a questão com duplo interpretação, ficando esta com 2 gabaritos possíveis. o termo em destaque não é mencionado pelos jornalistas. Desta forma creio que a questão é passível de anulação.

RECURSO 03 – A questão solicita que seja marcada a alternativa cuja primeira opção NÃO seria usada pelo repórter policial. O gabarito, segundo a banca, é a alternativa "A". Porém, na terceira linha do segundo parágrafo do texto lemos: "soldado é militar". Logo, essa não seria a opção correta de resposta. Assim como todas as outras alternativas, pois todas estão corretas.

RECURSO 04 – Senhor Examinador, a questão 2 requer a alternativa que NÃO seria usada pelo repórter em se tratando de "falar uma língua especial". A banca manteve a letra A como correta, mas indago: De acordo com o texto: " Qualquer cidadão que vai á polícia prestar declarações que possam ajudá-la numa diligência (apelido que eles puseram no ato de investigar), é logo apelidada de testemunha-chave . Suspeito é Mister X, advogado é causídico, soldado é militar, marinheiro é naval, copeira é doméstica ..." como posto neste trecho, estas seriam opções em que seriam usadas. Um soldado para militar, além de ser usada, como demonstra o texto, está no mesmo período, inclusive, juntamente com .. o Suspeito é Mister X, advogado é causídico.. Outras alternativas que também aparecem como resposta para a questão. Por qual motivo o Suspeito é Mister X, advogado é causídico não seriam também a correta? Reitero que interpretativamente e logicamente há 3 opções na questão que estão conjuntas e no mesmo contexto e são apenas separada por virgulas. Não pode-se inferir de que a única alternativa correta seria esta frase que a banca julgou como correta, que está no meio do período, sendo apenas separada por uma enumeração. Leva-se ao candidato o entendimento de que não há resposta correta para a questão visto que as outras alternativas também estão corretas. Diante do exposto requer a anulação desta.

Podemos observar que no texto fala sobre o ato de investigar e não investigar

RECURSO 05 – Esta questão teve como resposta correta no gabarito a opção "Usa soldado para militar", letra A. Mas de acordo com o texto esta opção está na enumeração usada para referir-se como o repórter escreve "...advogado é causídico, soldado é militar, marinheiro é naval...". Sendo assim, a alternativa está incorreta.

RECURSO 06 – A respeito da questão número 2, pede-se que se marque a alternativa cuja primeira opção não seria utilizada pelo repórter policial, observa-se que a opção trazida como sendo gabarito da questão seria a alternativa "A. Usa soldado para militar", assim entende-se que o repórter não utilizaria em uma reportagem policial esse termo, o que é controvertido com o próprio texto de apoio, pois na linha 9 expressamente o texto traz o seguinte... soldado é militar... assim como as demais expressões das outras alternativas também aparecem da mesma maneira no referido texto nas linhas 7, 8 e 9. Assim sendo entende-se por este motivo que a questão em apresso não possui uma alternativa que se pode julgar como sendo correta ensejando assim a anulação da referida questão.

RESPOSTA AO RECURSO: Os recursos NÃO procedem uma vez que se pede o que o jornalista NÃO usaria. Dessa forma, a alternativa A é a única em que a ordem está trocada. O jornalista usaria Militar e não soldado. "Soldado é Militar", "advogado é causídico", "marinheiro é naval", ou seja, é a segunda opção a usada pelo jornalista

segundo o texto. **Manter a questão.**

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
03	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
RECURSO 01 – A questão 3 referente a prova para o cargo de Auxiliar Administrativo não apresenta resposta correta. A opção e), dada como certa, em que se lê “um crime descrito pela imprensa sangrenta”, de acordo com o gabarito, não remonta ao que se afirmar em “falar uma língua especial”. Porém, o trecho retirado do texto pode sim se referir a ela, uma vez que ao lermos a frase concluímos que o crime será descrito pelos mesmos indivíduos da imprensa policial, chamados de imprensa sangrenta, e como foram identificados anteriormente podemos também concluir que a forma que descreverão é com os mesmos termos que comumente usam, ou seja, utilizando a sua “linguagem especial”.			
RECURSO 02 – entendo que a alternativa D não retoma' falar uma língua especial.			
RECURSO 03 – A opção correta consta como letra "E", mas ao relatar que o crime foi descrito pela "imprensa sangrenta" a frase na íntegra já relaciona a própria imprensa sangrenta a "falar uma língua especial", pois a imprensa é sangrenta justamente pelo fato de ela usar esse tipo de palavreado. Portanto a resposta correta seria a letra "D", pois o "falar em língua especial" não é retomado em "para complicar a vida das pessoas".			
RECURSO 04 – A questão número 03 – Língua Portuguesa, não possui alternativa correta, porque todas as alternativas retomam a expressão selecionada, conforme segue: “Entortado literário” se refere ao repórter policial, qual revira, “entorta” as palavras, assim fala uma língua especial. “Nada pelo nome comum”, faz referência ao locutor esportivo, que assim como o repórter policial falam uma “língua especial”. “Quanto mais cororoca, melhor”, faz referência a língua especial falada pelo repórter, tal como o locutor. “Pra complicar a vida da gente” se refere aos “locutores esportivos, delegacia do imposto de renda, os guardas de trânsito, as mulheres dos outros e aos repórteres policiais” que, por sua vez, remetem à ideia de que falam uma “língua especial”. E “num crime descrito pela imprensa sangrenta” retoma o “falar uma língua especial” justamente pelo uso da palavra sangrenta que faz referência ao modo como as notícias são dadas, de forma exagerada e dramática a partir do “falar uma língua especial”.			
RECURSO 05 – Apenas na alternativa B não há retomada de linguagem figurada ou “especial”, como pede o enunciado. A alternativa E, que consta como correta, apresenta uma “língua especial”, já que “imprensa sangrenta” é uma linguagem conotativa. Logo, está incorreta.			
RECURSO 06 – A questão é uma sobre uma retomada de expressão “DE ACORDO COM O TEXTO”. A alternativa D (para complicar a vida da gente) se refere a locutores esportivos, Delegacia do Imposto de Renda, guardas de trânsito, mulheres dos outros e repórteres policiais (parágrafo 3, linha 4-6), atendendo também ao comando da questão, pois não retoma “falar uma língua especial”. Dessa forma, solicito o CANCELAMENTO DA QUESTÃO, pelo fato de duas alternativas (D e E) serem aceitas como resposta.			
RECURSO 07 – Apesar da compreensão inicialmente estabelecida por esta Banca			

Examinadora, requer a ponderação de que a presente questão não possui resposta correta, uma vez que todas as alternativas retomam "falar uma língua especial". A própria alternativa "E" considerada gabarito da questão usa termos especiais "Num crime descrito pela imprensa sangrenta". Outrossim, a alternativa "E" possui um erro de escrita, no texto está escrito "Num crime descrito pela imprensa sangrenta". Na questão 03 alternativa "E" "um crime descrito pela imprensa sangrenta". Diante do exposto, solicito a anulação da questão.

RESPOSTA AO RECURSO: Os recursos NÃO procedem. A questão 3 pede para marcar a alternativa que NÃO retoma o enunciado "falar uma língua especial". Todas as outras alternativas, com exceção da letra E, retomam enunciado uma vez que o efeito de sentido desse enunciado tem a ver, segundo o texto, com o métier jornalístico, com a dificuldade de compreensão das palavras (justamente porque não são de uso corrente) e porquê dessa forma complicam a vida da gente, de acordo com o texto.
Manter a questão.

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
05	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
RECURSO 01 – Métier = substantivo masculino área de trabalho, de atuação; ofício, profissão, ocupação. Nesta questão é possível também interpretar que para a compreensão das notícias é necessário entender também o sentido empregado, visto que segundo o texto as notícias seriam apelativas por parte dos jornalistas, desta forma caberia como resposta a letra D.			
RECURSO 02 – A questão 5 referente a prova para o cargo de Auxiliar Administrativo apresenta duas alternativas corretas. Além da opção b) dada como certa no gabarito, podemos afirmar que a opção d) também está correta. A expressão retirada do texto "é preciso estar acostumado ao métier jornalístico" indica que o indivíduo precisa ser iniciado na linguagem jornalística para compreender as notícias por ela apresentadas, como muito bem destacado na opção b). Sendo assim, é necessário também que o leitor esteja atento aos sentidos empregados pelas expressões usadas por esse tipo de imprensa, uma vez que essas possuem, como ficou claro com o texto, um caráter apelativo. Portanto a opção d) também contém uma alternativa verdadeira, pois quem está acostumado ao "métier" jornalístico conseqüentemente deve estar atento aos sentidos empregados.			
RECURSO 03 – Resposta em gabarito provisório: "C" Porém, o significado de metiér é, Ofício; profissão, ocupação ou área que compreende o trabalho de uma pessoa. Conclusão, ou não tem relação ao texto ou da forma que está o significado você precisa conhecer com profundidade as palavras, o que por conseqüência comprovaria que a resposta é a letra "E"			
RECURSO 04 – Caríssimo (a) (s), afirma a alternativa B, considerada correta pela ilustre Banca, que a iniciação à linguagem jornalística é pressuposto para a compreensão das notícias, devendo, portanto, ser costumeira, pois iniciação presume habitualidade. O enunciado da questão traz a ideia de que é preciso estar acostumado àquela linguagem. A alternativa B diz que para compreender as notícias trazidas pelo métier se faz necessária uma iniciação à linguagem jornalística, logo, havendo habitualidade. Outrossim, a alternativa D traz que para que tais notícias sejam compreendidas é			

necessário estar atento aos sentidos empregados. Ora, não parece correto que o receptor precise ter contato contínuo com aquela linguagem para que a compreenda, sendo que se este atentar-se aos sentidos trazidos por ela já será capaz de compreender o que se transmite. Entretanto, o enunciado traz a hipótese de costume e que esta confirma habitualidade. Porém, (alternativa b) a habitualidade gerada pela iniciação não é elemento suficiente para garantir a compreensão da notícia, pois mesmo assim o receptor poderá não compreendê-la, o que destoaria da realidade. Sendo que (alternativa d) o elemento "atenção" é considerado bem mais eficaz para compreensão do métier. Acredita-se, pois, haver equívoco na estrutura da alternativa B, que afirma necessidade de iniciação para compreensão da notícia. Pois a habitualidade ao referido métier não garante a compreensão, portanto, é uma falsa afirmação. Por sua vez, suprimindo-se das alternativas o trecho "para compreender as notícias" não haveria contestação à alternativa B. Igualmente, a alternativa D, mesmo garantindo a compreensão das notícias por meio da atenção, não supre a falta do elemento habitualidade a que se refere o enunciado da questão. Ora, sendo assim, nenhuma alternativa encontra-se completa, e, portanto, a questão, ou deveria ser anulada, ou ter duas alternativas (parcialmente) corretas, B e D.

RECURSO 05 – Um iniciado na linguagem jornalística pode ou não compreender as notícias e na letra D mostra que uma pessoa atento(que significa que presta atenção, que tem ou está com tento; concentrado, alerta) seria mais adequado para estar acostumado.

RECURSO 06 – Sobre "é preciso estar acostumado ao "métier"", pode-se afirmar que: No terceiro parágrafo do texto, nas quatro primeiras linhas, encontra-se a referência para a resolução da questão 5, no texto foi utilizada uma linguagem não usual onde o sentido das palavras podem variar conforme o contexto, logo, se o sentido das palavras podem variar conforme o contexto pode-se " afirmar que para compreender as notícias se faz necessário estar atento aos sentidos empregados". Então pede-se mudança de gabarito para a letra "D" ou alternativamente anulação da questão.

RECURSO 07 – A alternativa correta a ser assinalada é a letra "D" pois, não existe necessidade de "ser iniciado", existe sim a necessidade de ter conhecimento de mundo e estar atento a linguagem empregada na notícia para entender a mensagem, do contrário, se houvesse necessidade de ser iniciada no métier jornalístico, assim toda comunicação (texto) de profissão diferente, como de medicina , engenharia, o leitor deveria ser iniciado no métier destas profissões também para poder entender o contexto. O jornalista policial utiliza figura de linguagem acessível ao público, pois aquele anseia ser entendido por seu interlocutor. Como é o caso da questão em pauta. Ademais, podemos observar: iniciados.m. Aquele que passou a ter conhecimento ou prática em alguma coisa. Indivíduo que recebeu os ensinamentos, as práticas de... Segundo dicionário de língua portuguesa o conceito de ser iniciado, requer uma prática, uma solenidade, uma aceitação na comunidade específica daquela área, o que não acontece com o leitor comum que tem acesso a notícia jornalística, por isso utiliza o conhecimento de mundo, e os leitores identificam a figura de linguagem captando o sentido figurado, de forma simples, pois se a notícia fosse de termos rebuscado e houvesse necessidade de ser iniciado para entendê-la , não haveria público para as notícias prejudicando a própria profissão do jornalista. Portanto, defendo que a questão seja anulada, se ainda assim não for o entendimento

da respeitável Banca, requer a conversão da alternativa correta para a alternativa "D".
RECURSO 08 – O gabarito da questão dá como correta a alternativa que diz que "para compreender as notícias é necessário ser iniciado na linguagem jornalística". Não se pode fazer tal afirmação visto que o próprio texto diz que a "língua especial" é utilizada por locutores esportivos, pelos guardas de trânsito, pelas mulheres dos outros. Se a afirmação fosse verdadeira, esses mesmos personagens não compreenderiam pois não são jornalistas. Sendo assim, solicito o CANCELAMENTO DA QUESTÃO por não estar apresentada de forma clara e não possuir alternativas satisfatórias à resposta da questão.
RECURSO 09 – RESPOSTA "D", pois o texto, texto noticioso, o que estamos chamando de Fato Jornalístico mantém uma relação referencial pressuposta, e, de certo modo construída, com a realidade. É uma relação ativa de construção social e lingüística (significativa) dessa realidade. Portanto, pode-se sim fazer necessária, não somente a iniciação em linguagem jornalística, e sim fazer conexão à realidade social.
RESPOSTA AO RECURSO: Todo o texto diz respeito ao emprego de palavras ou expressões próprias de uma profissão. A questão propõe interpretar o texto, ou seja, o que o texto diz sobre tal afirmação. De acordo, ainda com o texto, esse emprego se trata de "uma língua especial". E ainda, segundo o texto, "é preciso estar acostumado ao "métier" para morar no noticiário policial". A única alternativa que retomar estas afirmações é a alternativa B. Todas as outras alternativas supõem que "estar atento", "conhecer com profundidade", "saber ler", "sentido literal" sequer são trazidas no texto como forma para compreender a notícia policial. OS RECURSOS NÃO PROCEDEM.

MATEMÁTICA – NIVEL MÉDIO

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
09	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
RECURSO 01 – Questão incompleta.			
RECURSO 02 – Questão incompleta, impossibilitando sua resolução.			
RECURSO 03 – Não havia equação alguma para ser resolvida			
RECURSO 04 – A referida questão traz o seguinte enunciado: "A equação representa o valor que uma transportadora cobra de seus clientes para entregar um produto. A variável, medida em quilômetros, representa a distância que deverá ser percorrida para efetuar a entrega. Assim, para entregar um produto a 100 quilômetros de distância, a transportadora cobra" Em momento algum o enunciado oferece a informação sobre o valor cobrado por quilômetro pela transportadora. O enunciado oferece somente um valor, que é da quilometragem percorrida, ficando impossível chegar no valor total cobrado pela entrega. Mesmo que usássemos os valores fornecidos nas alternativas para realizar o cálculo, não poderíamos chegar no valor único referente ao cobrado por quilômetro pela transportadora. Portanto a referida questão é impossível de ser resolvida com valores exatos devido a insuficiência de informações fornecidas pelo enunciado.			
RECURSO 05 – A questão nove está incompleta impossível de resolver			
RECURSO 06 – Peço a anulação da questão 9 da prova para oficial administrativo pois			

conforme enunciado da questão "A equação representa o valor que uma transportadora cobra de seus clientes para entregar um produto. A variável, medida em quilômetros, representa a distância que deverá ser percorrida para efetuar a entrega. Assim, para entregar um produto a 100 quilômetros de distância, a transportadora cobra". A equação não nos foi dada no enunciado, portanto não havia como responder a referida questão.
RECURSO 07 – conforme será demonstrado com a publicação oficial, a questão 09 não possui a fórmula para o desenvolvimento da questão. Solicito a revisão geral da questão. Assim poderão decidir em anular ou não a questão.
RECURSO 08 – Falta de dados na questão.
RESPOSTA AO RECURSO: Houve problemas com a impressão da prova e as equações do enunciado da questão não foram impressas o que inviabiliza a sua resolução. Questão anulada.

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
10	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
RECURSO 01 – Questão com formulação incompleta.			
RECURSO 02 – Questão incompleta, impossibilitando sua resolução.			
RECURSO 03 – Peço a anulação da questão 10 da prova pra oficial administrativo pois conforme enunciado da questão "Determinada empresa, que funciona 8 horas por dia, possui a fórmula para saber qual é a quantidade de unidades do produto que está em estoque em cada dia. A variável representa quantas horas foram trabalhadas (corresponde ao horário de abertura da empresa; corresponde ao fato de a empresa estar funcionando há uma hora, e assim sucessivamente) e representa a quantidade de unidades em estoque após horas. Assim, é CORRETO afirmar que a quantidade máxima, de unidades do produto, em estoque é de". Não nos foi dado nenhuma variável pra estimar a resposta da referida questão.			
RECURSO 04 – conforme será demonstrado com a publicação oficial, a questão 10 não possui a fórmula para o desenvolvimento da questão. Solicito a revisão geral da questão. Assim poderão decidir em anular ou não a questão.			
RECURSO 05 – Falta de dados na questão.			
RESPOSTA AO RECURSO: Houve problemas com a impressão da prova e as equações do enunciado da questão não foram impressas o que inviabiliza a sua resolução. Questão anulada.			

CONHECIMENTOS GERAIS - NIVEL MÉDIO

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
11	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
RECURSO 01 – O atual (2017/2020) prefeito do município de Guarapuava, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no site http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/resultados , é CESAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI FILHO e, conforme apareceu na urna eletrônica, CESAR SILVESTRI FILHO. Em nenhuma das alternativas exposta na questão possui corretamente o nome do atual Prefeito de			

Guarapuava. Dado o exposto e da certeza de seriedade, justa e moral da banca Unioeste, solicito a anulação da questão 11 por falta de opção correta nas alternativas.

RECURSO 02 – venho solicitar o anulamento da questão 11, da prova para cargo de auxiliar administrativo, pois entre as alternativas não tem nenhuma correta. no gabarito divulgado pela organizadora do concurso está que alternativa correta seria letra "D" que contém o seguinte nome: César Filho Silvestri. a pergunta se referia ao nome do senhor prefeito do município de Guarapuava entre ano (2017/2020). O nome correto do senhor prefeito é Cesar Augusto Carollo Silvestri Filho. como consta no site da prefeitura de Guarapuava: <http://www.guarapuava.pr.gov.br/administracao/administracao-direta/> ,por esse motivo venho pedir o anulamento da questão 11 por não ter nenhuma alternativa correta, em relação ao nome do Senhor Prefeito.

RECURSO 03 – O nome do Prefeito de Guarapuava está errado. Na prova está Cesar Filho Silvestri e na verdade é Cesar Augusto Carollo Silvestri Filho (Cesar Silvestri Filho e não Cesar Filho Silvestri). Peço que seja anulada a questão.

RECURSO 04 – Com relação à questão de nº 11 do Concurso Público – Edital nº 001/2017, Cargo: Oficial Administrativo: A referida questão pergunta o nome do atual prefeito de Guarapuava. Segundo o gabarito está correta a alternativa "D" (César Filho Silvestri). Em pesquisa à página oficial do Município de Guarapuava, constatou-se que o nome correto do atual prefeito é: Cesar Augusto Carollo Silvestri Filho. Ainda em pesquisa em outros sites, como por exemplo: o Jornal Correio do Cidadão, G1, Eleições e Política. Verifica-se que, o prefeito é também conhecido popularmente como Cesar Silvestri Filho. Tendo em vista o fato explicado acima, considera-se que o nome do prefeito na referida alternativa encontra-se formalmente errado por estar em desacordo com o nome correto do mesmo, ou seja, o correto seria Cesar Augusto Carollo Silvestri Filho no lugar de César Filho Silvestri. Por conseguinte, analisa-se ainda que, o prefeito é também citado popularmente como Cesar Silvestri Filho, a alternativa encontra-se novamente incorreta por apresentar os sobrenomes invertidos (Filho Silvestri). Com base no exposto acima, visando-se a lisura no referido processo classificatório deste concurso público realizado através desta renomada instituição, solicita-se a anulação da questão de número 11 por não apresentar nenhuma resposta correta. REFERÊNCIAS: Disponível em: <<http://www.guarapuava.pr.gov.br/administracao-direta/prefeito/prefeito/> > acesso em: 27/06/2017. Disponível em: <<http://www.correiodocidadao.com.br/guarapuava/prefeito-de-guarapuava-e-eleito-vice-presidente-da-amocentro/>> acesso em 27/06/2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/eleicoes/2016/noticia/2016/10/cesar-silvestri-filho-do-pps-e-reeleito-prefeito-de-guarapuava.html>> acesso em 27/06/2017. Disponível em: <<http://eleicoespolitica.com/prefeito2016/candidatos-a-prefeito-2016/guarapuava-pr/>> acesso em 27/06/2017.

RESPOSTA AO RECURSO: Segundo o que consta como resultado das eleições para o mandato de 2017/2020 para o município de Guarapuava pelo TER-PR é o Sr. Cesar Augusto Carollo Silvestri Filho. Da mesma forma este nome figura nos atos administrativos que são publicados pelo Chefe do Poder Executivo no Boletim oficial do Município. Na questão 11 o nome do atual Prefeito está incompleto e tem um

sobrenome invertido (alternativa D), na lógica das alternativas até poderia ser Cesar Silvestri Filho, nome popularmente conhecido. **O recurso procede deve ser anulada a questão.**

CONHECIMENTO ESPECIFICO DO CARGO DE ASSISTENTE DE CONTABILIDADE

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
17	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p>RECURSO 01 – Considerando que a questão número 17 - Prova para o cargo de Assistente de Contabilidade pede a marcação da alternativa CORRETA, solicito de Vossas Senhorias a ANULAÇÃO da referida questão, haja vista que a construção da mesma foi baseada em textos de normas revogadas, e que, por conseguinte já possuem novas versões mais atualizadas. A justificativa do pleito, bem como a transcrição <i>ipsis litteris</i> das alternativas são expostas a seguir. Questionamento da referida questão: 17. Com relação ao plano de contas público, podemos afirmar que: I- o sistema contábil é a estrutura de informações para identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação dos atos e dos fatos da gestão do patrimônio público, com o objetivo de orientar o processo de decisão, a prestação de contas e a instrumentalização do controle social. II- representa um conjunto de contas previamente definidas, organizadas e codificadas, uniformiza o registro contábil dos atos e fatos que afetam o patrimônio público. III- o plano de contas público tem como objetivos: - padronizar os registros contábeis dos órgãos da administração direta e indireta, de acordo com o método de partidas dobradas; - mensurar os custos públicos; - evidenciar o patrimônio e suas variações e propiciar o conhecimento adequado da situação econômica, patrimonial, orçamentária e financeira de todas as unidades. Assertiva I (Revogado) – A alternativa traz o texto do item 10 da NBC T 16.2 – PATRIMÔNIO E SISTEMAS CONTÁBEIS, a qual foi revogada pela NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL publicada no dia 04/10/2016, ou seja, antes da abertura do presente edital. Assertiva II (Desatualizada) – A alternativa traz um texto desatualizado do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). A redação da introdução do plano de contas do MCASP – 4ª Edição pode ser vista a seguir: “Dessa forma, através de um conjunto de contas previamente definidas, organizadas e codificadas, uniformiza o registro contábil dos atos e fatos que afetam o Patrimônio Público. ” O fragmento acima não encontra mais respaldo na 7ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, o qual pode ser conferido na Parte IV (Página 340) da norma, atualmente, em vigor. Assertiva III (Desatualizada) – A assertiva, de igual modo, traz o texto, desatualizado, da 4ª Edição do MCASP item 2.2 objetivos. Considerando os argumentos acima expostos, solicito de Vossas Senhorias, responsáveis pela Coordenadoria de Concursos e Processos Seletivos /COGEPS, a ANULAÇÃO da questão 17, referente à prova para o cargo de Assistente de Contabilidade, pelo fato de todas as assertivas estarem desatualizadas e/ou revogadas.</p>			
<p>RECURSO 02 – Com relação a questão de número 17 especificamente item III, traz que um dos objetivos do plano de contas público é o de mensurar os custos públicos, a questão gabarito traz que as alternativas II e III estão corretas, mas como é possível</p>			

verificar o plano de contas não tem como objetivo mensurar os custos público, uma vez que tal função é atribuído ao subsistema de custos. Analisando o MCASP 7ª edição pág. 340 e 341 parte IV –Plano de contas aplicado ao setor público, traz o seguinte texto: O PCASP alinha-se a esta finalidade por meio da padronização da forma de registro contábil para a extração de informações para estes usuários. Dessa forma, podemos citar como objetivos do PCASP: a. Padronizar os registros contábeis das entidades do setor público; b. Distinguir os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle; c. Atender à administração direta e à administração indireta das três esferas de governo, inclusive quanto às peculiaridades das empresas estatais dependentes e dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS); d. Permitir o detalhamento das contas contábeis, a partir do nível mínimo estabelecido pela STN, de modo que possa ser adequado às peculiaridades de cada ente; e. Permitir a consolidação nacional das contas públicas; f. Permitir a elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) e dos demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF); g. Permitir a adequada prestação de contas, o levantamento das estatísticas de finanças públicas, a elaboração de relatórios nos padrões adotados por organismos internacionais – a exemplo do Government Finance Statistics Manual (GFSM) do Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como o levantamento de outros relatórios úteis à gestão; h. Contribuir para a adequada tomada de decisão e para a racionalização de custos no setor público; e i. Contribuir para a transparência da gestão fiscal e para o controle social. Observa-se que em momento algum o texto traz que o objetivo do plano de contas é o de mensurar os custos públicos. Assim sendo, solicito que a referida questão seja anulada, por não trazer uma alternativa que se possa julgar como sendo correta.

RESPOSTA AO RECURSO: Questão anulada pela mesma ter sido formulada com itens que não fazem integrante da nova edição. **Anular questão.**

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
20	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
RECURSO 01 – Considero o texto não apresenta nenhuma informação referente as características da DFC. e também não menciona a DOAR. A intenção do texto é mencionar a obrigatoriedade da DFC e a convergência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais.			
RECURSO 02 – Considerando que a questão número 20 - Prova para o cargo de Assistente de Contabilidade pede a marcação da alternativa CORRETA, solicito de Vossas Senhorias a ALTERAÇÃO DO GABARITO da referida questão, haja vista que a mesma possui o gabarito equivocado, sendo ele: LETRA "C", conforme o gabarito preliminar do Concurso. No entanto, a resposta correta encontra amparo na LETRA "A". A justificativa do pleito, bem como a transcrição <i>ipsis litteris</i> das alternativas são expostas a seguir. Questionamento da referida questão: 20. No texto abaixo: A demonstração dos fluxos de caixa (DFC) passou a ser um demonstrativo contábil obrigatório para as sociedades anônimas, no Brasil, a partir da edição da lei nº 11.638/07. A origem dessa lei foi o projeto de lei nº 3.741/00, que tinha a intenção de promover uma série de ajustes na lei nº 6.404/76, denominada lei das S/A. Além das			

modificações em aspectos societários, o referido projeto de lei caracterizou-se como um dos primeiros passos para iniciar o processo de convergências das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais do IASB (International Accounting Standards Board) e junto a esse processo vem a confecção dos CPC's, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O TEXTO ACIMA TEM A INTENÇÃO de demonstrar que LETRA C (Gabarito Preliminar) - "propõe a finalidade de descrever que, enquanto a DOAR evidencia os movimentos ocorridos no patrimônio contábil que acarretavam reflexo no capital não circulante, a DFC foca de forma específica apenas nos movimentos financeiros, que provocam efeitos no caixa e seus equivalentes. " ERRADA. A assertiva não encontra arrimo no referido texto, visto que, em seu bojo sequer é citada a demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR) e de igual modo o texto não entra nos aspectos contábeis das demonstrações, restringindo-se a informar a obrigatoriedade da demonstração dos fluxos de caixa (DFC) e o início do processo de transição às normas internacionais. LETRA A (Objeto do Pleito)- "está interessado em caracterizar a obrigatoriedade da DFC no que se refere às normas contábeis relacionadas com a apresentação e a elaboração das demonstrações contábeis. Isso não dispensa de citar linhas interpretativas e leis sobre o assunto, inclusive sobre a sua utilização na área pública. " CORRETA. A alternativa "A" tanto no seu primeiro período quanto no segundo encontra respaldo no texto. O que pode ser verificado na redação da questão 20 em suas três primeiras linhas ao tratar da obrigatoriedade da DFC e nas três últimas ao se referir ao processo de convergência, o qual inclui a contabilidade aplicada ao setor público. Considerando os argumentos acima elencados, solicito de Vossas Senhorias, responsáveis pela Coordenadoria de Concursos e Processos Seletivos /COGEPS, a ALTERAÇÃO DO GABARITO da questão 20, referente à prova para o cargo de Assistente de Contabilidade, pelo fato da assertiva CORRETA ser a "Letra A".

RECURSO 03 – A questão número 20 cita a lei 11.638/07 e o projeto de lei nº 3.741/00 os quais não estão referenciados no edital do concurso. Porém para a resolução da questão seria necessário prévio conhecimento do conteúdo das referidas normas. No entanto, por não estar previstas no edital não poderiam ser cobradas. Outrossim, a questão pede ao examinado que assinale a alternativa que demonstre a "intenção" do texto citado, a palavra "intenção" conota uma ideia de juízo de valor, as interpretações podem ser distintas de uma pessoa para outra. Também com referência a mesma questão, a alternativa "C" apresenta um erro de escrita, a DOAR não evidencia a DOAR evidenciava, por se tratar de um demonstrativo não mais utilizado. Assim, pelos motivos apresentados solicito a anulação da questão.

RESPOSTA AO RECURSO: Questão invalidade por ter sido alterado seu formato em relação ao original quando da citação da palavra evidencia quando o correto e evidenciava e por não estar referenciado no edital as leis e o demonstrativo doar no enunciado da questão. **Anular questão.**

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
26	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
RECURSO 01 – Peço alteração do gabarito da alternativa d. pois segundo o cpc 27 'Depreciação é a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo da			

sua vida útil', ou seja, o registro da redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência. o item I afirma que depreciação pode ocorrer por acidente, o que não está de acordo com o referido CPC 27.

RECURSO 02 – Na questão número 26 a primeira afirmativa apresenta o seguinte conceito: Depreciação é a perda de valor que sofrem os bens, em decorrência do uso, da ação do tempo, de acidentes ou outros fenômenos físicos ou químicos. Ao passo que, o MCASP 7ª edição pág. 167 partes II traz a definição de depreciação como sendo a redução dos valores tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência. Comparando os conceitos pode-se verificar que o conceito trazido pela questão do concurso apresenta um erro ao afirmar que ACIDENTE gera depreciação, quando na realidade é contabilizado como perda. Para MARTINS, (2003) Perda – Não se confunde com a despesa (muito menos com o custo), exatamente por sua característica de anormalidade e involuntariedade; não é um sacrifício com a obtenção de receita.

RESPOSTA AO RECURSO: Questão invalidade motivo o conceito do item I do enunciado ter pouca fundamentação e por não se encontrar de acordo com as novas normas contábeis. **Anular questão.**

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
28	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
RECURSO 01 – Segundos os artigos 2º e 13º da referida lei, a receita é discriminada por fonte e a despesa por elemento.			
RESPOSTA AO RECURSO: consideramos a questão correta por evidenciar no item III da questão referirmos a despesa orçamentaria e não todas as despesas. Manter questão.			

PORTUGUÊS NIVEL FUNDAMENTAL

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
01	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
RECURSO 01 – Questão 22, de conhecimento específico a resposta lixo orgânico também se enquadra em cascas, e bagaços, como lixo orgânico está questão tem duas alternativas corretas, espero que revejam no mais obrigado.			
RESPOSTA AO RECURSO: Prezado(a) candidato(a), informo que este não é o espaço correto para questionar sobre lixo orgânico (Q. 22) já que a demanda foi feita para responder à primeira questão de Português Fundamental. Manter questão.			

MATEMÁTICA NIVEL FUNDAMENTAL

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
06	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
RECURSO 01 – Resolvendo a questão 06, cálculo de matemática básica, verifica-se que soma obtida não consta nas alternativas expostas, portanto a soma correta encontrada não condiz com a publicada no gabarito. Assim sendo necessito da			

anulação da questão exposta. $0,1213+0,1417+2,1= 2,363$
RECURSO 02 – A resposta não seria 2,3630 no lugar de 2,3730?
RECURSO 03 – A resposta da 2,3630 pois se fosse $0,1213 + 0,1417 + 2,11$ a resposta seria 2,3730! Então no lugar do 0 do número 2,10 será 1.
RECURSO 04 – O resultado da soma dos números decimais descritos na questão é 2,363. E não 2,373 como sugere a resposta mencionada no gabarito (letra C)
RESPOSTA AO RECURSO: Ao digitar a questão houve um erro de lançamento do último número decimal que deveria ser 2,11 e não 2,10. Com isso a soma daria 2,373 ou 2,3730. No caso com 2,10 a soma realmente é 2,363 ou 2,3630. Portanto, não há nenhuma alternativa para assinalar. A questão deve ser anulada.

CONHECIMENTO ESPECIFICO DO CARGO DE OFICIAL ADMINISTRATIVO

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
16	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
RECURSO 01 – Esta questão faz referência à Resolução 013/2014 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Guarapuava. No entanto, a referida resolução não está prevista no conteúdo programático deste concurso e, deste modo, deverá ser anulada.			
RECURSO 02 – Vem pleitear a anulação da referida questão (16), uma vez que essa teve como avaliação o "Regimento Interno da Câmara Municipal de Guarapuava - Resolução nº 013/2004", que não estava relacionado ao conteúdo programático da prova do cargo de Oficial Administrativo, e sim era objeto de avaliação do cargo de Analista Legislativo.			
RECURSO 03 – A questão de número 16 tem como tema conhecimento específico. Apesar da compreensão inicialmente estabelecida por esta Banca Examinadora, requer a ponderação de que o Edital nº 001/2017 em seu ANEXO II dos conteúdos das provas escritas não citou o conteúdo sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Guarapuava para a prova do cargo para Oficial administrativo, tão pouco mencionou número de Lei. Assim não cabendo estudo/conhecimento (conforme edital) sobre tema. Requer a avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a anulação de gabarito da questão.			
RECURSO 04 – A questão 16 traz uma divergência em seu gabarito, segundo o comando da questão falta perguntar se a função legislativa é a primária ou secundária, ou seja, a função consiste em legislar ou fiscalizar. Desta forma, amparado pela Constituição federal a função legislativa tem outra função, a mesma está presente na questão como alternativa "C". VEJA: Art 31 da CF/1988- A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. § 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver. § 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal. § 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade,			

nos termos da lei. § 4º É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais. Visto que nas alternativas há esta resposta como alternativa C, solicito alteração do gabarito para a mesma, na qual o amparo legal encontra-se na constituição federal de 1988.

RECURSO 05 – A questão nº 16 do caderno de provas que trata sobre a Função Legislativa segundo o disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal de Guarapuava, conforme a Resolução nº 013/2004 todas as alternativas estão corretas.

RESPOSTA AO RECURSO: Como não foi contemplado no Edital de abertura do Concurso, sobre a estrutura e normas da Câmara Municipal, para o cargo de Oficial Administrativo, a questão será tornada inválida. **Anular questão.**

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
	(X) Manter	() Anular	() Alterar
17			
<p>RECURSO 01 – Atos Normativos contêm comando geral do Executivo, visando à correta aplicação da lei. A essa categoria pertencem os Decretos regulamentares e os regimentos, bem como as resoluções, deliberações e portarias. Assim, a competência exclusiva dos Chefes do Executivo. Decreto regulamentar ou de execução é o que visa explicar a lei e facilitar sua execução. De acordo com o C.T.N., que reuniu sob o título de normas complementares os vários atos e fatos administrativos que ocorrem na aplicação prática da legalidade tributária e acentuou a garantia que sua observância dá ao contribuinte, estas classificam-se em quatro grupos: Artigo 100 - São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções e dos direitos: I - Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas; II - As decisões de órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a quem a lei atribua eficácia normativa; III - As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas; IV - Os convênios que entre si celebram a União, os Estados, Distrito Federal e os Municípios. Parágrafo Único: a observância das normas referidas neste artigo exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo. Mas dependendo do ato normativo somente o chefe ou autoridade superior pode ordenar e não qualquer autoridade administrativa.</p>			
<p>RESPOSTA AO RECURSO: Resposta correta: Os atos normativos são expedidos por autoridades administrativas competentes, estabelecendo normas ou regras, com vista à correta aplicação da lei. O restante das alternativas não define as normativas, pois, as duas primeiras alternativas compreendem definição de processo, a terceira se refere a demanda judicial externa, e a última apresenta vício, pois, atos vinculados a Administração, passíveis de anulação, de acordo com juízo de conveniência e oportunidade (é vedado no serviço público usar juízo de conveniência e oportunidade – definindo: Conveniência: aquilo que pode trazer vantagens para a pessoa que o utiliza; relacionamento de conveniência – Oportunidade: Situação que convém ou é apropriada para; circunstância oportuna). Sendo assim, mantém a alternativa D. Manter questão.</p>			

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
20	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p>RECURSO 01 – Carta comercial e ofício não possuem mesma FINALIDADE conforme a questão afirma. O significado da palavra finalidade é: objetivo, propósito. Conforme bibliografias sobre Redação Oficial e a leitura de exemplos de cartas comerciais pode-se perceber que a carta comercial tem a função de comunicação escrita trocada entre empresas ou seus clientes visando iniciar, manter ou encerrar transações, ou seja, busca (objetiva) manutenção de relacionamento, não necessariamente formal ou oficial, enquanto a finalidade do ofício é tramitação de matéria exclusivamente administrativa ou social (formal) sem finalidade de iniciar, manter ou encerrar transações. Embora a estrutura dos documentos seja semelhante pode-se dizer que talvez possuam a mesma função, porém, não se pode dizer que possuem a mesma finalidade.</p>			
<p>RESPOSTA AO RECURSO: Carta Comercial é um meio de comunicação muito utilizado na indústria e no comércio, e tem por objetivo iniciar tratativas, manter e encerrar transações. Ofício é uma correspondência formal destinada a alguma autoridade pública, empresa ou mesmo pessoa física, para solicitar, reivindicar ou comunicar algo. Seu texto deve ser escrito de maneira formal e conter argumentos coerentes e consistentes, de forma a justificar o pedido. Portanto, a mesma finalidade, só em esferas diversas – Privada e Pública. Manter questão.</p>			

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
21	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p>RECURSO 01 – A questão 21 trata de – registro de uma decisão – considerando como resposta a alternativa “D”. Diante da compreensão estabelecida por esta Banca Examinadora, considero a alternativa “B” como resposta também, pois, não encontrei nenhum registro sobre resolução ou despacho no Manual de Redação da Presidência da República. Como o enunciado da questão cita órgão colegiado, termo que faz referência ao judiciário, em que o Termo despacho é usado para registro de decisão. Assim como ao pesquisar a definição de “despacho” encontramos “resolução “ como sinônimo. Sendo assim, peço a alteração/anulação do gabarito desta questão.</p>			
<p>RESPOSTA AO RECURSO: Definição de Despacho: decisão de autoridade pública sobre qualquer negócio, escrito, requerimento. É nota que dá andamento ou solução a um pedido. Em relação a Resolução, é uma decisão de ÓRGÃO COLEGIADO, que são aqueles em que há representações diversas e as decisões são tomadas em grupos. Portanto, a resposta correta é a alternativa D. Manter questão.</p>			

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
22	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p>RECURSO 01 – O gabarito dado como certo na questão é a alternativa C que responde "Protocolo". Porém o comando da questão refere-se ao "ATO DE" seguido de mais 4 verbos de ação. O Protocolo não realiza ação nenhuma. Segundo o dicionário Priberam, protocolo refere-se a Formulário, atas de conferências, registro, regulamento. Dessa forma, solicito que o gabarito da questão seja alterado para a alternativa A</p>			

(SERVIDOR), pois este sim realiza as ações através do Protocolo, e não o Protocolo por si só.

RECURSO 02 – A questão afirma que no Serviço Público, o ato de receber, identificar, registrar e distribuir os documentos é de responsabilidade da Secretaria, entretanto essas funções variam entre os diversos órgãos públicos, pois nas Prefeituras Municipais, Universidades e outros órgãos públicos essas responsabilidades competem ao protocolo. Conforme o manual "o Protocolo" do Governo do Estado de São Paulo disponibiliza no link <www.recursoshumanos.sp.gov.br/Arquivos/Promocao/Biblioteca/OProtocolo.pdf> O Protocolo tem por finalidade a execução dos seguintes serviços: a) recebimento de documentos e processos; b) classificação dos documentos recebidos; c) pesquisa sobre processo(s) antecedente(s); d) autuação ou juntada ou apensamento, conforme o caso; e) distribuição interna dos documentos e processos; f) controle de movimento de processos e documentos; g) informações sobre andamento de processos. Portanto é incorreto generalizar que no serviço público essas funções competem a Secretaria. Deste modo, solicito a anulação desta questão.

RESPOSTA AO RECURSO: O protocolo é o setor responsável pelas atividades elencadas na questão, não de responsabilidade do servidor. Permanece a resposta C. **Manter questão.**

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
	(X) Manter	() Anular	() Alterar
26			
RECURSO 01 – O gabarito considerou a afirmativa errada. Apesar da compreensão inicialmente estabelecida por esta Banca Examinadora, requer a ponderação de que o uso dos recursos de hardware pelos aplicativos não depende apenas do Sistema Operacional, mas também das configurações que podem ser efetuadas na BIOS, pelo usuário. Ademais, considerando que o Sistema Operacional possa ser um software livre, o usuário tem a total liberdade de alteração de como o sistema se comportará durante a execução de aplicativos. Assim, requer a avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a alteração de gabarito da questão, para a opção "Usuário".			
RECURSO 02 – Segundo citação direta do site da Microsoft fonte: https://technet.microsoft.com/pt-br/library/cc755056(v=ws.11).aspx " Você pode usar o Gerenciador de Recursos de Sistema do Windows para alocar recursos do processador e da memória para aplicativos, usuários, sessões de Serviços da Área de Trabalho Remota e pools de aplicativos dos Serviços de Informações da Internet (IIS)". Sendo assim, além do "Sistema Operacional" o "Usuário" pode adotar políticas para o uso dos recursos de hardware no Gerenciador de Recursos de Sistema, alocando mais ou menos recursos de processamento e memória para um aplicativo ou outro, principalmente nos casos de conflitos no uso de recursos do hardware que demonstra uma situação mal resolvida por parte do sistema operacional. Logo a alternativa "D=Usuário" está correta.			
RECURSO 03 – A questão apresenta ambiguidade, pois, duas alternativas podem ser consideradas corretas. Quando há conflitos no uso do hardware, o sistema operacional, elencado na letra B, determina quais serão as políticas de uso. Entretanto,			

no sistema operacional Windows XP, o usuário - elencado na letra D - pode definir manualmente as configurações do dispositivo utilizando o Gerenciador de Dispositivos. De acordo com o site da Microsoft, "você pode usar o Gerenciador de Dispositivos para alterar a forma de configurar seu hardware e para alterar a forma em que seu hardware interage com os programas de seu computador. Com o Gerenciador de Dispositivos, você pode atualizar os drivers de dispositivo para o hardware instalado no seu computador, modificar as configurações de hardware e solucionar problemas." Ainda, no sistema operacional windows 7, pode-se utilizar o Gerenciador de Tarefas e encerrar aplicativos e processos que não estejam de acordo com a sua vontade. Dessa forma, ao poder-se solucionar problemas de maneira manual, o usuário torna-se assim, uma interpretação correta da mesma questão. Portanto, de forma a manter a lisura do da banca e do certame, pede-se anulação da questão. Pede deferimento.

Fontes:

<https://www.microsoft.com/brasil/windowsxp/pro/usando/artigos/dispositivos.mspix>

<https://support.microsoft.com/pt-br/help/2499971>

RECURSO 04 – pelo presente recurso, pretende-se a modificação da resposta desta questão para a letra D, sendo que a ilustre Banca gabaritou a letra B. Sendo assim, conflitos de hardware ocorrem quando os componentes instalados tentam usar o mesmo recurso. Cada dispositivo instalado no PC requer seu próprio canal de IRQ, se dois dispositivos tentam compartilhar o mesmo canal, nenhum componente consegue se comunicar com o processador para pedir permissão para realizar a tarefa. O processador é o responsável por buscar e executar instruções presentes na memória do computador, é o "cérebro" do deste e executa os programas. O Sistema operacional (SO) é uma espécie de base sobre a qual são executados diversos programas utilizados por um computador. É um gerenciador de recursos, ou seja, controla quando e quais recursos podem ser utilizados. E quais aplicações (processos) podem ser executadas. Na prática, o SO consiste de uma série de programas gravados no disco rígido que são carregados na memória e são executados assim que o computador é ligado. Portanto, logo que o SO entra em funcionamento é feito um ajuste e, também, a verificação de todos os periféricos existentes. Então, o sistema fica esperando comandos do usuário. Ao emitir um comando desencadeia-se a execução de tarefas bem determinadas. Portanto, é o SO que recebe as ordens do usuário, traduzindo-as para uma linguagem compreensível pelo computador. Ou seja, o SO pode ser considerado um intérprete entre o usuário e o computador, além de ser um gerenciador das atividades realizadas pela máquina. Pelo exposto, conclui-se que o SO é uma coleção de programas capaz de inicializar o hardware do computador, fornecer rotinas básicas para controle de dispositivos, fornece a gerência, escalonamento e realiza a interação das tarefas e mantém a integridade do sistema. No entanto, não passam de meras atividades de execução, das quais, conforme se lê do enunciado da questão são "definidas" pelo próprio usuário. Igualmente, o SO é programado por um programador, que faz as definições de uso dos recursos, sendo que este próprio é considerado usuário, logo, não parece correto dizer que o SO é o responsável por definir tais tarefas, sendo que apenas executa as mesmas. Outrossim, em muitos casos, o próprio usuário é quem resolve tais conflitos, daí a importância do Gerenciador de Dispositivos em dar diversas informações sobre os dispositivos instalados, inclusive os recursos de hardware que estão sendo utilizados. Por fim, pelo

exposto, solicita-se que a alternativa correta passe a ser a de letra D.

RESPOSTA AO RECURSO: "Sistema Operacional é um programa de controle do computador. O Sistema Operacional é responsável por alocar recursos de hardware e escalonar tarefas. Ele também deve prover uma interface para o usuário - ele fornece ao usuário uma maneira de acesso aos recursos do computador." Sobell. "O conceito de um sistema operacional como provedor de uma interface conveniente a seus usuários é uma visão top-down (abstração do todo para as partes). Em uma visão alternativa, bottom-up (abstração das partes para o todo), o sistema operacional gerencia todas as partes de um sistema complexo. Computadores modernos são constituídos de processadores, memórias, temporizadores, discos, dispositivos apontadores tipo mouse, interfaces de rede. Segundo esta visão, o trabalho do sistema operacional é fornecer uma alocação ordenada e controlada de processadores, memórias e dispositivos de E/S entre vários programas que competem por eles. [...]. Sistemas operacionais modernos permitem que múltiplos programas sejam executados ao mesmo tempo. [...]. A principal tarefa do sistema operacional é manter o controle sobre quem está usando qual recurso, garantindo suas requisições de recursos, controlando as contas e mediando conflitos de requisições entre diferentes programas e usuários." (TANENBAUM, 2008, p 2-3).

Manter questão.

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
	(X) Manter	() Anular	() Alterar
27			
RECURSO 01 – venho interpor recurso sobre a referida questão visando sua anulação. Sintaxe da fórmula é a estrutura ou ordem dos elementos em uma fórmula. As fórmulas no Microsoft Excel seguem uma sintaxe específica que inclui um sinal de igual (=) seguido dos elementos a serem calculados (os operandos) e dos operadores de cálculo. CITRANGULO, Marcelo Rosin. Livro Passo a Passo Microsoft Excel 2000. São Paulo: Makron Books, 2000. Visto isso, a questão possui duas alternativas corretas, são elas A e D. Pois a questão vem acompanhada de imagem que representa a operação soma (D1:D3) na cédula D4, a qual após clicar enter não alcançará o resultado supostamente desejado por apresentar ERRO NA SINTAXE da função, ou seja, o objetivo da operação não foi atingido por falta do elemento (=). A Alternativa A não possui elementos que especifiquem que esse ERRO NA SINTAXE venha ser NOTIFICADO pelo sistema (o que tornaria a resposta incorreta), ela somente aponta a existência do erro, que é verdadeira. Sendo assim, conto com vosso bom senso para anulação da mesma.			
RECURSO 02 – A pergunta não específica qual planilha eletrônica está considerando. Com isso, não há como ter certeza de qual seria o resultado da função. Como exemplo, poderia ser uma planilha eletrônica programada pelo setor de tecnologia do órgão para uma necessidade própria, a qual poderia ter funções diferentes para a fórmula. Assim, requer a avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a anulação de gabarito da questão.			
RECURSO 03 – A questão traz como resposta correta no gabarito a letra D) A célula apresentará soma (D1:D3). Entretanto, na imagem do enunciado falta o sinal de "=" (igual) antes da palavra "soma": Soma (D1:D3) para que a fórmula esteja correta e			

<p>apresente o resultado. Sendo assim, a resposta correta é a letra A) A célula apresentará erro na sintaxe da função. Uma vez que a formula está errada, podendo-se comprovar em: https://support.office.com/pt-br/article/Usar-a-AutoSoma-para-somar-n%C3%BAmoros-543941e7-e783-44ef-8317-7d1bb85fe706 http://blog.luz.vc/excel/como-somar-no-excel/ https://www.youtube.com/watch?v=3LpvDCqE-SM Para que a formula apresente o resultado da soma, deve ser escrita da seguinte maneira: =soma(D1:D3). Aguardo deferimento.</p>
<p>RECURSO 04 – Apertando a tecla enter a caixa de função apresenta o tipo de função. E a célula apresenta o resultado da função. Neste caso o resultado da soma ou da função. Questão confusa, pois pergunta sobre a formula contida na célula e apresenta repostas sobre o que a célula vai apresentar. Sendo que a célula apresenta o resultado da formula ou número da soma na célula após dado o enter. e na caixa de função continua a visualização da formula e na célula o resultado</p>
<p>RECURSO 05 – Não é possível fórmula sem o sinal de igual "=". Caso fosse uma fórmula, a célula apresentaria erro - Letra A, caso contrário não poderia estar constando "fórmula" na pergunta. Ou a questão deveria estar sem a palavra "fórmula", ficando assim dúbia a resposta.</p>
<p>RESPOSTA AO RECURSO: Erro de sintaxe é apresentado quando é inserida uma função de maneira errônea. Toda função é precedida pelo sinal de = (igual). No caso em questão o sistema não reconhece a função contida na célula "D4", pois não foi inserido antes da palavra SOMA o sinal de igual. Logo ao pressionar as teclas ENTER ou TAB apresentará Soma(D1:D3). Manter questão.</p>

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
28	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p>RECURSO 01 – A questão é ambígua, pois não é explicitado o tipo de cursor a que se refere. Por exemplo, a definição de cursor da Wikipédia é "Em computação, um cursor é um indicador usado para mostrar a posição em um monitor de vídeo ou display que irá responder à adição de texto ou movimentos do mouse, por exemplo." Portanto, a questão poderia se referir ao cursor do mouse, o que tornaria a resposta incorreta.</p>			
<p>RESPOSTA AO RECURSO: Cursor (1) Em computadores gráficos, uma marca móvel usada para indicar uma posição no expositor (monitor). (2) Um sinal (símbolo de exposição) que funciona como uma marca de ajuda para localização de um ponto num texto, num comando do sistema ou num armazenamento qualquer. (3) Um ponto móvel numa tela (de display) usado para indicar onde o próximo caractere deverá ser introduzido. http://www.guiaup.net/2015/08/o-que-e-cursor.html. Manter questão.</p>			

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
29	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p>RECURSO 01 – “Caso uma ou mais abas sejam fechadas acidentalmente, qual combinação de teclas permite reabrir a aba?” A questão não é clara com relação a qual aba refere-se! A interpretação remete a dedução de que essa combinação reabriria qualquer aba (uma ou mais) e não é isso que ocorre, sendo que deve se</p>			

referir apenas à última aba fechada, ou seja, a aba mais recente. Conforme consulta ao "Mozilla Support"* o termo correto a ser empregado para o resultado da combinação Ctrl+Shift+T é "desfazer fecha aba" e não "reabrir a aba" como insinuado na questão proposta. E, ainda, a questão no formato em que foi proposta, propicia o entendimento de que esta combinação seria a única para reabrir a aba, sendo que, se tivermos o fechamento de uma aba única ele pode ser desfeito através da combinação de teclas Ctrl+Shift+N que reabriria a janela com aba única. * disponível em https://support.mozilla.org/pt-BR/kb/atalhos-teclado-execute-tarefas-comuns-rapidamente?redirectlocale=enUS&as=u&redirectslug=Keyboard+shortcuts&utm_source=inproduct

RECURSO 02 – “Caso uma ou mais abas sejam fechadas acidentalmente, qual combinação de teclas permite reabrir a aba?” A questão não é clara com relação a qual aba refere-se! A interpretação remete a dedução de que essa combinação reabriria qualquer aba (uma ou mais) e não é isso que ocorre, sendo que deve se referir apenas à última aba fechada, ou seja, a aba mais recente. Conforme consulta ao "Mozilla Support"* o termo correto a ser empregado para o resultado da combinação Ctrl+Shift+T é "desfazer fecha aba" e não "reabrir a aba" como insinuado na questão proposta. E, ainda, a questão no formato em que foi proposta, propicia o entendimento de que esta combinação seria a única para reabrir a aba, sendo que, se tivermos o fechamento de uma aba única ele pode ser desfeito através da combinação de teclas Ctrl+Shift+N que reabriria a janela com aba única. * disponível em https://support.mozilla.org/pt-BR/kb/atalhos-teclado-execute-tarefas-comuns-rapidamente?redirectlocale=enUS&as=u&redirectslug=Keyboard+shortcuts&utm_source=inproduct

RECURSO 03 – A questão diz uma ou mais abas, não se refere a site de algum endereço eletrônico, dando a entender que são apenas abas, assim pode ser aberta e reaberta qualquer aba, não necessariamente a anterior, pois seria ilusório, achar que o tempo prosseguindo a frente poderia o computador retroceder e reabrir a mesma aba, mesmo que reabra uma aba nunca será a mesma, podemos fazer um paralelo com a água do rio quando o indivíduo toma daquela água a cada instante, nem a água é a mesma, pois já foi consumida, nem o indivíduo é o mesmo, pois já se transformou, envelheceu, nem que seja por segundos. Por isso, há duas alternativas para assinalar como resposta corretas para abrir abas, Assim, requer da respeitável banca que seja considerada como correta a letra "C" ou então a anulação da questão.

RESPOSTA AO RECURSO: Conforme é citado na questão: "Caso uma ou mais abas sejam fechadas acidentalmente, qual a combinação de teclas que permite reabrir a aba?" O contexto da questão é o mesmo do comando denominado "desfazer fecha aba". O comando Ctrl+Shift+N abre uma nova instância do navegador na página inicial ou conforme configuração, desde que se esteja com o FIREFOX aberto e ativo, e não desfaz o fechamento de uma aba. Já o comando CTRL+T abre apenas uma nova aba de navegação, não possibilita retroceder a ação que acidentalmente foi efetuada. **Manter questão.**

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
30	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
RECURSO 01 – Alguns mecanismos de buscas também aceitam usar + no lugar do espaço para pesquisa de uma frase em sua integralidade.			
RECURSO 02 – Quando se realiza uma pesquisa no maior buscador do mundo, Google, ele além de obter resultados significativos, apresenta aqueles que são descartáveis. O mesmo resultado pode ser segmentado por um simples símbolo, as aspas (""). Mas, pode ser utilizado também o "mais" (+). Então peço anulação da questão http://www.logicadigital.com.br/pesquisa-do-google/			
RESPOSTA AO RECURSO: A questão requer como resposta somente os resultados que contenham EXATAMENTE (esta expressão ou frase exata) o que foi inserido no campo de pesquisa. Somente a utilização de "" (aspas) confere que a pesquisa retorne exatamente o que inserido no campo. Conforme pode ser observado por meio do site do desenvolvedor da ferramenta em: https://www.google.com.br/advanced_search Todos os outros mecanismos de pesquisa utilizam a mesma metodologia. Manter questão.			

CONHECIMENTO ESPECIFICO DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
21	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
RECURSO 01 – Nesta questão tanto a alternativa "D" quanto a "E" estão corretas. Segundo o Manual de Redação da Presidência da República, no capítulo 3, existem três tipos de documentos oficiais que se enquadram no PADRÃO OFÍCIO os quais são: aviso, ofício e memorando. Devido às suas semelhanças estruturais esses documentos são agrupados nesse padrão. Logo a alternativa "D" também estaria correta.			
RESPOSTA AO RECURSO: O Ofício é um instrumento de correspondência do serviço público, de autoridade para autoridade, elaborado em linguagem formal, não sendo meio de comunicação interna ou interdepartamental. Difere do Memorando que serve para comunicações internas sobre assuntos rotineiros, caracterizando-se pela linguagem simples, concisa e clara A questão apresentada não se refere ao PADRÃO OFÍCIO, e, sim, ao documento Ofício. Diante disso, a alternativa E está correta. Manter questão.			

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
26	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
RECURSO 01 – Nesta questão é feita a seguinte pergunta: "... a QUEM cabe definir as políticas para o uso dos recursos de hardware pelos aplicativos?" O gabarito segundo a banca é alternativa "B", sistema operacional. O uso do pronome relativo "quem", sendo mal empregado nessa questão, sugere que algo personificado, ou seja, uma pessoa que execute a ação. Logo a resposta seria a alternativa "D". Como o pronome "quem" poderia ser empregado a um sistema operacional? A questão foi mal formulada e deixa sentido ambíguo.			
RESPOSTA AO RECURSO: "Sistema Operacional é um programa de controle do			

computador. O Sistema Operacional é responsável por alocar recursos de hardware e escalonar tarefas. Ele também deve prover uma interface para o usuário - ele fornece ao usuário uma maneira de acesso aos recursos do computador. " Sobell. "O conceito de um sistema operacional como provedor de uma interface conveniente a seus usuários é uma visão top-down (abstração do todo para as partes). Em uma visão alternativa, bottom-up (abstração das partes para o todo), o sistema operacional gerencial todas as partes de um sistema complexo. Computadores modernos são constituídos de processadores, memórias, temporizadores, discos, dispositivos apontadores tipo mouse, interfaces de rede. Segundo esta visão, o trabalho do sistema operacional é fornecer uma alocação ordenada e controlada de processadores, memórias e dispositivos de E/S entre vários programas que competem por eles. [...]. Sistemas operacionais modernos permitem que múltiplos programas sejam executados ao mesmo tempo. [...]. A principal tarefa do sistema operacional é manter o controle sobre quem está usando qual recurso, garantindo suas requisições de recursos, controlando as contas e mediando conflitos de requisições entre diferentes programas e usuários. " (TANENBAUM, 2008, p 2-3). **Manter questão.**

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
27	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
RECURSO 01 – Solicito corrigir a divulgação do Gabarito Provisório referente a questão 27 pois a resposta correta é a de letra C , já que o somatório da planilha entre os intervalos de D1 D2 e D3 será de 228 .			
RESPOSTA AO RECURSO: Para que o valor apresentado na célula D4 seja 228 é necessário acrescentar na função o sinal de = (igual) antes palavra SOMA, caso isto não seja feito apenas a expressão Soma (D1:D3) será apresentada no campo. Manter questão.			

CONHECIMENTO ESPECIFICO DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
21	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
RECURSO 01 – Q.21 A questão deve ser anulada pois existe mais de uma alternativa a ser assinalada, tanto "B" como "E" estão corretas conforme manual UNICAMPI-CAPÍTULO II - LEVANTAMENTO, TRANSPORTE E DESCARGA DE MATERIAIS. Pagina 17 aponta que A coluna deve ficar quase que reta. Se encurvar a coluna em demasia poderá ocorrer lesões graves na coluna vertebral. Lembre-se que a coluna é composta de pequenas vértebras intercaladas com um disco gelatinoso. A compressão então deve ser num sentido vertical. portanto requer a anulação da questão ou que seja convertido para alternativa "B".			
RESPOSTA AO RECURSO: Exatamente,"...quase ereta" isso comprova que não há duas questões certas (A coluna sempre ereta ao carregar muito peso); a alternativa do gabarito está corretíssima e mais: toda empresa e setores públicos tem orientações dos técnicos de segurança para utilizar equipamentos adequados. Manter questão.			

22	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p>RECURSO 01 – a resposta da questão 22 no gabarito é lixo molhado letra A, mas na letra C é lixo orgânico que são a mesma coisa. Lixo molhado é lixo orgânico. Gostaria que revessem esta questão. obrigado</p>			
<p>RECURSO 02 – Na questão 22 dos conhecimentos específicos marquei a alternativa C pois: Lixo orgânico é todo resíduo de origem vegetal ou animal, ou seja, todo lixo originário de um ser vivo; exemplos de lixo orgânico: restos de alimentos orgânicos (carnes, vegetais, frutos, cascas de ovos), papel, madeira, ossos, sementes, etc. Acreditando que essa seria a alternativa correta mas no gabarito a resposta certa seria a alternativa A sendo que lixo molhado é a mesma coisa que lixo orgânico acredito que nessa questão não deveria ter as duas alternativas e sim uma delas. Para mim a correta seria lixo orgânico alternativa C.</p>			
<p>RECURSO 03 – A questão n 22 do concurso da Camara Municipal de Guarapuava no cargo de Auxiliar Gerais, a questão que tem a pergunta é em relação ao lixo composto de cascas, e vegetais, comidas e alimentos estragados, o pelo que eu pesquisei se trata de um lixo orgânico, e não lixo molhado na concepção da prova no qual está resposta foi dada espero que vc revejam está questão no mais obrigado.</p>			
<p>RECURSO 04 – A alternativa correta a ser assinala é a “C”, pois a classificação correta segundo o site Mundo da Educação, http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/classificacao-lixo.htm consiste em: “O lixo pode ser classificado como: ” Lixo Domiciliar – gerado pelas atividades residenciais, em sua composição existe grande quantidade de matéria orgânica. É composto por restos de alimentos, produtos deteriorados, jornais, revistas, embalagens em geral, papel higiênico, etc. Lixo Comercial – originário das atividades comerciais e de serviços, como supermercados, estabelecimentos bancários, lojas, bares e restaurantes. O lixo desses estabelecimentos é composto principalmente por papeis, plásticos, restos de alimentos e embalagens. Lixo Industrial – oriundo das diversas atividades industriais. A composição desses resíduos varia conforme o tipo de indústria, podendo ser formado por cinzas, lodos, resíduos alcalinos ou ácidos, papeis, plásticos, metais, vidros, cerâmica, borracha, madeira, entre outros. Lixo dos Serviços de Saúde – produzidos por hospitais, clínicas, laboratórios, ambulatórios, consultórios odontológicos, farmácias, clínicas veterinárias e postos de saúde. São compostos por variados tipos de resíduos sépticos, seringas, agulhas, bisturis, ampolas, materiais radioativos, etc. Esse tipo de lixo deve receber tratamento especial (incineração), pois, em contato com o meio ambiente ou misturado ao lixo doméstico, poderão ser vetores de várias doenças. Lixo Público – originado nos serviços de limpeza pública, incluindo varrição de vias públicas, repartições públicas, limpeza de áreas de feiras livres, córregos, etc. É constituído principalmente por restos de vegetais, podas de árvores, embalagens, jornais, madeira, papéis e plásticos. Lixo Especial – formado por resíduos da construção civil e das atividades industriais, pode ser composto por restos de obras e demolições, pilhas, baterias, embalagens de agrotóxicos, embalagens de venenos, embalagens de remédios. Necessitam de tratamento, manipulação e transporte especial. Lixo Radioativo – resíduo resultante de rejeitos radioativos, composto de urânio enriquecido, possui elevada radioatividade. Deve ser enterrado em local com a devida estrutura de tratamento e segurança. Lixo Espacial – originado de restos provenientes de objetos lançados pelo homem no espaço. Composto principalmente por peças de foguetes, satélites artificiais e fragmentos de aparelhos que explodiram. Sendo assim devemos recorrer a outra classificação do lixo, podemos classificar em LIXO SECO e ÚMIDO, ficando</p>			

no rol do lixo ÚMIDO: "Lixo úmido inclui: alimentos cozidos e crus, restos de frutas e flores, folhas caídas... etc." E no rol o "lixo seco papel, plástico, borracha, metais, couro, trapos de pano, arame, vidro e etc. se enquadram na categoria de lixo seco. Para facilitar lembre-se que o lixo úmido é orgânico e o seco não é". Os itens acima em negrito são os que contam citados na questão, portanto são orgânicos. Ainda, a questão em pauta se utilizou de nomenclatura alheia a classificação de lixo, a alternativa "a" apontada como correta pela banca denota denominação simples, aquém do saber acadêmico e mesmo o saber popular, até mesmo o próprio site e onde provavelmente foi retirada a alternativa, denomina o lixo como "classificação simples" <http://www.portalsaofrancisco.com.br/meio-ambiente/classificacao-do-lixo>). Sendo assim pugno pela alteração o gabarito para a alternativa correta "C"

RECURSO 05 – Em relação ao lixo composto por cascas e bagaços de vegetais, assim como restos de comida e alimentos estragados, qual alternativa descreve de forma CORRETA a classificação deste tipo de lixo? A questão apresenta duas alternativas corretas, sendo elas "a) Lixo Molhado" e "c) Lixo Orgânico", tendo em vista que cascas e bagaços de vegetais, assim como restos de comida e alimentos estragados são classificados como lixo molhado e lixo orgânico, pois são formados por materiais orgânicos, conforme definição: Lixo orgânico é caracterizado pela sua origem. O lixo orgânico é aquele proveniente de um ser vivo, ou seja, é um resíduo que pode ser originário de animal ou vegetal. Portanto, quase sempre é aquele lixo composto por restos de alimentos. <http://www.recicloteca.org.br/material-reciclavel/organicos/>
<https://www.significados.com.br/lixo-orgânico/>

RECURSO 06 – LIXO ÚMIDO é formado por materiais orgânicos e não recicláveis: Material orgânico (cascas de frutas e legumes, folhas e restos de comida). Porém na questão ele menciona bagaços de vegetais, resto de comida e comida estragada que se caracteriza como material orgânico e não molhado, pois não tem nada que não se possa ser reaproveitado, pois todos viram adubos.

RECURSO 07 – A resposta a esta questão, quanto a classificação dos lixos é lixo Orgânico (letra C). E o termo "lixo molhado" (letra A) está incorreto, pois o correto seria "lixo úmido"

RESPOSTA AO RECURSO: Recurso de candidato procede. A questão está invalidada.

26	(X) Manter	() Anular	() Alterar
RECURSO 01 – A alternativa D desligar o registro da luz também é um procedimento correto, evitaria um acidente enorme			
RESPOSTA AO RECURSO: A alternativa do gabarito traz uma solução definitiva ao problema; enquanto a questão citada pelo candidato é paliativa e com alto risco de acidente. Manter questão.			

30	() Manter	(x) Anular	() Alterar
RECURSO 01 – sobre a limpeza correta do filtro do aparelho de ar condicionado, quando estudei a respeito, o manual de instruções recomendava retirar e lavar com água e sabão. No gabarito a resposta é remover o filtro com uma espátula, sacudi-lo até sair todos os resíduos e recoloca-lo. Mas dessa forma pode danificar o filtro. Gostaria que revessem esta questão, obrigado.			

RECURSO 02 – Na questão 30 marquei a alternativa A mas no gabarito a alternativa correta seria D. Não julgo necessário uma espátula para remover o filtro do ar condicionado, pois o filtro pode ser facilmente retirado com as mãos, e a melhor maneira de fazer a limpeza seria lava-lo com água e sabão para que todos os resíduos sejam retirados.

RECURSO 03 – Na questão 30 marquei a alternativa E acreditando ser a correta, mas no gabarito a alternativa correta foi a alternativa D, acredito que a maneira mais correta seria chamar uma empresa para efetuar a limpeza adequada do equipamento.

RECURSO 04 – A alternativa correta a ser assinalada é a letra “E”, pois conforme orientação de manutenção de ar condicionado em empresas de públicas deve obedecer a seguinte legislação segundo o Ministério da Saúde e ANVISA: Portaria 3.523/98, do Ministério da Saúde, que estabelece uma rotina de procedimentos de limpeza em sistemas de refrigeração de grande porte. A orientação é para que empresas e condomínios contratem técnicos ou um estabelecimento especializado para realizar limpezas periódicas. Nos termos o artigo 6º na referida portaria os proprietários, locatários e prepostos, responsáveis por sistemas de climatização, deverão manter um responsável técnico habilitado, com atribuições para a devida manutenção. Por assim, podemos concluir que a manutenção dos aparelhos de ar condicionado em empresas públicas deve ser realizada por empresa especializada, sob pena de a empresas públicas estar infringindo a legislação caso outra pessoa não habilitada faça tal manutenção. Ainda de acordo com o critério recomendado pelo PMOC, a “verificação do estado de manutenção deve ser feita por técnico devidamente capacitado que irá determinar a periodicidade da inspeção e limpeza.” Portanto, defendo que a alternativa correta a ser assinalada é a letra “E”, pois esta diz para contratar empresa especializada para correta manutenção conforme a legislação vigente.

RECURSO 05 – A questão não apresenta alternativa correta, pois a limpeza do filtro de aparelho de ar condicionado deve ser realizada apenas com a lavagem com água ou por empresa especializada. Conforme segue, "Para limpar o filtro, basta retirá-lo do ar condicionado e lavá-lo em água corrente". <http://www.doutorclima.com.br/como-limpar-o-filtro-do-ar-condicionado/> "De acordo com a Associação Nacional de Tecnologia de Ar Interior (Anatai), a tarefa de manter o ar interno saudável deve ficar a cargo de empresa especializada, capaz de cumprir as exigências da legislação." <http://www.airlinkfiltros.com.br/cuidados-com-a-limpeza-e-manutencao-dos-filtros-do-ar-condicionado/>
<http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/jornal/cidadania/limpeza/index.html>

RECURSO 06 – Venho através desta pedir a averiguação da questão 30 pois desconheço a limpeza do filtro do ar condicionado com álcool em gel, a mesma é feita somente com água corrente ou com o serviço de um técnico...

RESPOSTA AO RECURSO: A questão está invalidada. Procedente o recurso de candidato.

CONHECIMENTO ESPECIFICO DO CARGO DE AUXILIAR OPERACIONAL EXTERNO

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
16	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p>RECURSO 01 – Como estava no gabarito a resposta, certa da pergunta era o uso de veneno para controle de ervas daninhas. Essa técnica e proibida usar veneno (herbicida) em logradouro público segundo pela ANVISA, porque pode causa dano a saúde das pessoas, animais que passarem pelo local ou estiverem no local e também para plantas, sofrer danos. Então a forma correta para controle das ervas daninhas em logradouros públicos em capina manual uso das mãos para arranca os matos.</p>			
<p>RESPOSTA AO RECURSO: Procedente - recurso aceito. Erro de revisão.</p>			

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
18	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p>RECURSO 01 – A resposta da organizadora foi a letra E. Mas na minha opinião a correta seria a letra A, penso que é necessária a proteção das partes elétricas dos aparelhos contra chuva e não desnecessárias como consta na questão E, como não proteger? Se eu estiver utilizando um cortador de grama elétrico e chover não devo protegê-lo ?</p>			
<p>RESPOSTA AO RECURSO: A alternativa do gabarito está correta porque é mais ampla envolve a questão de segurança em momentos de chuva nunca utilizar aparelhos elétricos - os que são possíveis vem com proteção de fábrica. Manter questão.</p>			